

===== **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM TRINTA DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E DEZ:** =====

===== *Aos trinta dias do mês de Setembro do ano dois mil e dez, pelas dezasseis horas e trinta minutos, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Excelentíssimo Senhor **António Luís da Fonseca e Grifo**, Segundo Secretário, Secretariado pelos Senhores **José Alves da Silva** - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e **Francisco de Jesus Jacinto** - Presidente da Junta de Freguesia de Macinhata da Seixa e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto um:** *Votação das actas n.º 6 e 7;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto três:** *Protocolo de colaboração celebrado com o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, para funcionamento do Banco Local de Voluntariado de Oliveira de Azeméis – Autorização/ Ratificação;* =====

===== **Ponto quatro:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Florestal do Entre Douro e Vouga, para a constituição de uma Equipa de Intervenção em Espaços Florestais – Autorização;* =====

===== **Ponto cinco:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a GEDAZ no âmbito do programa “Escola a Tempo Inteiro” – AEC’s – Autorização;* =====

===== **Ponto seis:** *Protocolo de colaboração a celebrar com várias entidades, para a criação da Comissão Municipal para a Prevenção de Toxicodependências de Oliveira de Azeméis – Autorização/ Ratificação, bem como convalidação de todos os actos entretanto praticados;* =====

===== **Ponto sete:** *Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a UAC – “Associação de Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis” – Autorização;* =====

===== **Ponto oito:** Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a CERCIAZ – “Centro de Recuperação de Crianças e Jovens Deficientes e Inadaptadas de Oliveira de Azeméis, C.R.L” – Autorização; =====

===== **Ponto nove:** Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Palmaz, para a realização de obras de manutenção e conservação da Escola EBI de Palmaz – Autorização; =====

===== **Ponto dez:** Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Travanca, para a realização de obras de manutenção e conservação da Escola EBI de Travanca – Autorização; =====

===== **Ponto onze:** Acordo de colaboração a celebrar com a Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) – Transportes Escolares – Aprovação; =====

===== **Ponto doze:** Fornecimento de refeições para alunos do 1.º Ciclo e Jardins-de-Infância do concelho para o ano lectivo de 2010/2011 – Repartição de encargos em mais do que um ano económico – Autorização; =====

===== **Ponto treze:** Juntas de Freguesia – Realização de investimentos - Deliberação genérica – Autorização; =====

===== **Ponto catorze:** Adesão do Município ao Pólo de Competitividade e Tecnologia Engineering & Tooling – Pool_net Portuguese Tooling Network – Autorização; =====

===== **Ponto quinze:** Proposta de Criação do Conselho Municipal do Idoso – Aprovação; =====

===== **Ponto dezasseis:** Regulamento do Arquivo Municipal de Oliveira de Azeméis – Aprovação final; =====

===== **Ponto dezassete:** Prestação de Serviços de Auditoria Externa das Contas Municipais – Adjudicação; =====

===== **Ponto dezoito:** Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 30 de Junho de 2010 – Apreciação; =====

===== **Ponto dezanove:** Certificação legal das Contas do Município - Parecer do Revisor/ Auditor externo – Conhecimento e apreciação; =====

===== **Ponto vinte:** *Revisão ao Orçamento – Inscrição de Novo Projecto/Acção (n.º 132/2010 – “Centro Escolar de Ul”)* – Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e um:** *Fixação da Taxa de Derrama para 2011;* =====

===== **Ponto vinte e dois:** *Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2011;* =====

===== **Ponto vinte e três:** *Fixação das Taxas sobre os Prédios Urbanos no âmbito do Imposto Municipal de Imóveis (IMI) para 2011;* =====

===== **Ponto vinte e quatro:** *Definição de percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos de 2011 – Fixação de percentagem;* =====

===== **Ponto vinte e cinco:** *Alteração do contrato de concessão de exploração do estacionamento de superfície celebrado com a Costa Parques, S.A. – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e seis:** *Projecto de sinalização da zona da Escola Secundária Ferreira de Castro, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e sete:** *Proposta de sinalização vertical na Rua dos Ingleses, freguesia de Macieira de Sarnes – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e oito:** *Proposta de sinalização vertical na Rua Padre Manuel Marques (Mestre), freguesia de Palmaz – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e nove:** *Proposta de sinalização na Ponte do Caminho dos Moinhos, freguesia de Santiago de Riba-Ul – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta:** *Proposta de alteração de sinalização na zona das Aldas/ Portela, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e um:** *PI/4489/2010 – Marinho & Valente, Lda. – Pedido de isenção de taxas pela ocupação de espaço público – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e dois:** *PI/2938/2009 – António Joaquim da Costa Almeida e outros – Margem de acerto e rectificação;* =====

===== **Ponto trinta e três:** *PI/884/2010 – Limpária- Recolha e Reciclagem de Resíduos, Lda. – Margem de acerto e rectificação;* =====

===== **Ponto trinta e quatro:** *PI/13821/2009 – Filinto da Costa Ferreira Alves – Margem de acerto e rectificação.* =====

===== *Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:* =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Manuel da Costa Alves Rosa, Marco António Guimarães de Castro Azevedo, António da Silva Xará, José Francisco Brandão de Oliveira, Helga Alexandra Freire Correia, Jorge Fernando da Rocha Pinto de Paiva, Rui Filipe Fernandes Nunes, Paula Regina Fernandes Duarte de Oliveira Pinto, Francisco Borges de Almeida Alves, José Filipe da Silva Carvalho, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, Diamantino Melo de Almeida, Américo de Almeida Carvalho, Manuel Rebelo da Costa, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, Carlos Manuel Pinho Silva, Ilídio Barbosa Lopes, Pedro Joaquim da Silva Ribeiro, Hugo Manuel Gomes Silva Pereira e António de Jesus Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Manuel Francisco dos Santos Valente, Fernando Manuel Pais Ferreira, Helena Maria Dinis dos Santos, Fernando Ricardo Gomes Oliveira Bastos, José Ramos da Silva, Ana Lúcia Nunes de Sousa, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Manuel José Tavares Soares, Ana Raquel Simões Teixeira, Bruno Armando Aragão Henriques, José António Domingues Marques Lourenço, Cristina Maria Valente de Pinho, Rui Jorge da Silva Cabral, Armindo Fernando Martins Nunes e Bernardo Amaro Moreira Simões.* =

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *Miguel Ângelo de Carvalho Santos Portela e João Carlos Amaral Osório Nunes Silva.* =====

===== **Independente:** *Rodrigo Moreira da Silva.* =====

===== **Ausência dos Membros:** *Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva, José da Silva Santos e André Lourenço Pinheiro Ribeiro.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: Marco António Guimarães de Castro Azevedo, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Prof. Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena – Primeira Secretária; Helga Alexandra Freire Correia, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves e Jorge Fernando da Rocha Pinto de Paiva, que marcou presença nesta Assembleia*

para substituir o seu colega de Partido José Domingos Campos da Silva, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício deu início à Sessão declarando: =====

*===== Boa tarde a todos os presentes. Dar-vos nota de que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Jorge Oliveira e Silva e a Senhora Primeira Secretária Prof.ª Isabel Vilhena não podem estar presentes nesta sessão por motivos de saúde, pelo que presidirei à mesma. Para me ajudar na condução dos trabalhos chamo para a Mesa os Senhores José Alves da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e o Senhor Francisco Jacinto, Presidente da Junta de Freguesia de Macinhata da Seixa. Dar-vos nota também de que o Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou o agendamento por dois terços de mais dois pontos: **Ponto trinta e cinco:** Processo n.º 42-2010 – Aluguer e manutenção de equipamentos multifunções para as escolas do 1.º ciclo e jardins-de-infância do concelho de Oliveira de Azeméis – Repartição de encargos em mais do que um ano económico – Autorização; **Ponto trinta e seis:** Reconhecimento da excepcionalidade da necessidade de recrutamentos. Irá ser distribuída a documentação relativa a estes dois pontos e depois colocarei à votação a admissão ou não dos mesmos. Dar nota também de que chegou à Mesa um voto de pesar e vários votos de louvor. ==*

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD, para apresentar o voto de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Manuel Matos Ferreira. =====

===== No passado dia 03 de Julho faleceu o Paulo Ferreira. Perdeu-se a vida do Paulo, e com ela perdeu-se um exemplo. Um enorme exemplo! Um jovem que, do fundo da sua grande humildade arrancou, em cada dia da sua vida, uma enorme e, aparentemente, inesgotável vontade de servir. Lembrar o Paulo Ferreira, é lembrar uma referência. Pela sua capacidade de iniciativa, pelo seu empreendedorismo, pela sua garra, pela sua liderança, pela sua capacidade de aglutinar vontades em tornos dos projectos em que se envolveu ao serviço da comunidade. A sua curta vida não foi capaz de condicionar os seus muitos projectos e as suas mais variadas conquistas: - Esteve ao serviço de várias comissões de festas, quer na sua freguesia quer no concelho ao liderar a comissão das Festas em Honra de Nossa Senhora de La-Salette; - Ao serviço das autarquias, como membro da Assembleia de Freguesia do Pinheiro da Bemposta e como membro desta Assembleia Municipal; - Ao serviço do Associativismo do concelho, como Vice-presidente da Direcção e Secretário da Assembleia Geral da FAMOA; - Como Presidente do Grupo Juvenil do Pinheiro da Bemposta durante mais de uma década. Mas foi, sem dúvida, ao serviço do Atletismo, modalidade que amava de corpo inteiro, que desenvolveu um trabalho notável que extravasou a pequenez da sua freguesia, o Pinheiro da

Bemposta, para uma dimensão internacional. - Foi Vice-presidente da Associação de Treinadores do Distrito de Aveiro; - Foi o grande impulsionador do Circuito Concelhio de Atletismo, grande pilar do desenvolvimento da modalidade do nosso concelho; - Foi Director do Grande Prémio do São Paio, que no passado domingo cumpriu nova edição com uma sentida e muito merecida homenagem; - Ganhou vários prémios que distinguiram a excelência do seu trabalho; - Foi treinador de muitos e muitas jovens que formou, não somente como atletas, mas a quem transmitiu as suas qualidades de Líder e de Homem íntegro e lutador. Por tudo isto, cremos que é dever de gratidão de toda a comunidade oliveirense o reconhecimento pela sua vida de entrega pelo que propomos que a Assembleia Municipal aprove um Voto de Pesar pela sua partida. =====

===== Colocados à votação o voto de pesar e o minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor Paulo Manuel Matos Ferreira, foram os mesmos aprovados por unanimidade. =====

===== Fez-se um minuto de silêncio. =====

===== O Grupo Parlamentar do PSD, apresentou o seguinte voto de louvor: “O PSD vem por este meio propor um voto de louvor à secção de basquetebol da União Desportiva Oliveirense pelo feito alcançado. O plantel sénior do basquetebol da Oliveirense conquistou o título nacional, obtido na última época e a respectiva subida ao CNB1.” =====

===== O Grupo Parlamentar do CDS/PP, apresentou o seguinte voto de louvor: “O CDS- Partido Popular, vem propor a esta Assembleia Municipal um voto de louvor à equipa sénior de basquetebol da União desportiva Oliveirense (UDO), pelo facto de se ter sagrado campeã nacional da CNB2, subindo assim de divisão. Enaltecemos a dedicação e o trabalho desenvolvido pela UDO Basquetebol, nomeadamente nas escolas de formação.” =====

===== Colocados à votação os votos de louvor à Equipa Sénior de Basquetebol da União Desportiva Oliveirense, pelo facto de se ter sagrado Campeã Nacional da CNB2, subindo assim de Divisão, foram os mesmos aprovados por unanimidade. =====

===== O Grupo Parlamentar do CDS/PP, apresentou o seguinte voto de louvor: “O CDS- Partido Popular, vem propor a esta Assembleia Municipal um voto de louvor à Escola Bento carqueja, pela atribuição de um prémio – com o alto patrocínio do Sr. Presidente da República – cuja cerimónia teve lugar no dia 28 de Setembro, na Fundação Montepio, e que visava distinguir o bom desempenho dos estabelecimentos de ensino do País, assim como estimular a apresentação de projectos educativos inovadores e orientados para a melhoria das condições de aprendizagem e a promover a disseminação de boas práticas. A Escola Bento

Carqueja foi uma das 4 galardoadas, sendo o título do seu projecto – “Empreendedorismo no Séc. XXI”. =====

===== Colocado à votação o voto de louvor à Escola Bento Carqueja pela sua distinção a nível nacional com o “Prémio Escolar Montepio”, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =

===== O Senhor Presidente em exercício colocou à votação a admissão do agendamento por 2/3 dos dois pontos na Ordem de trabalhos, tendo sido deliberado por unanimidade o seu agendamento. =====

===== Deste modo, ficou a constar da Ordem de Trabalhos mais estes dois pontos: ==

*===== **Ponto trinta e cinco:** Processo n.º 42-2010 – Aluguer e manutenção de equipamentos multifunções para as escolas do 1.º ciclo e jardins-de-infância do concelho de Oliveira de Azeméis – Repartição de encargos em mais do que um ano económico – Autorização; =====*

*===== **Ponto trinta e seis:** Reconhecimento da excepcionalidade da necessidade de recrutamentos. =====*

===== O Senhor Presidente em exercício deu início à Sessão. =====

*===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====*

===== No uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu a palavra ao Senhor Armindo Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro da Bemposta.

===== Venho a esta tribuna para falar de um assunto que interessa em especial aos Presidentes de Junta e que tem a ver com o financiamento das Juntas de Freguesia, no sentido amplo do termo. Erradamente foi-se adquirindo a ideia de que o financiamento das freguesias é o Protocolo de Colaboração Financeira celebrado anualmente com as Juntas de Freguesia, penso que resultado da aplicação uma qualquer fórmula de cálculo, que é autorizado por esta Assembleia. Sem dúvida um processo transparente e equitativo. Mas falemos por agora nele, para dizer que o bolo distribuído é demasiado exíguo para as necessidades reais das freguesias. Fala-se aqui, amiúde, no corte que o anterior Executivo fez às Juntas de Freguesia. De facto, verificou-se um brutal corte no financiamento das freguesias, que é destinado, como se sabe, à execução de obras do PPI e que na minha freguesia, fez passar um subsídio de € 55.000,00 (cinquenta e cinco mil euros) em 2005 para € 33.000,00 (trinta e três mil euros) em 2010. É

consensual que nas freguesias os tostões se transformam em milhões, porque todos estamos habituados a esticar o pouco que temos para fazer face às muitas necessidades que todos os dias nos aparecem. A estrutura é muito reduzida, a organização do trabalho é cuidadosa e a decisão está sempre à mão. Há proximidade com a comunidade, é mais fácil promover parcerias e sinergias, em suma, o resultado final tem eficácia acrescida. Também todos sabemos que a situação das contas do Município é difícil, mas pelas circunstâncias apontadas é indispensável que a Câmara reforce as transferências para as freguesias. Esta é a ocasião para falar deste assunto, uma vez que o orçamento para 2011 estará já em preparação e sei que o Senhor Presidente tem grande sensibilidade aos problemas das Juntas e não deixará de se preocupar com elas, dando-lhe uns tostões que saberemos aplicar-lhe o milagre da multiplicação. Mas o que quero evidenciar, porque não é habitual falar-se aqui neste aspecto e que é para mim tanto ou mais importante do que o protocolo de colaboração financeira, é nas chamadas obras do PPI da Câmara e do Plano de Obras de Administração Directa. Só para exemplo, constam do documento orçamental variadíssimas obras em Pinheiro da Bemposta e não me estou a referir a piscinas ou outros equipamentos equivalentes em termos de oferta de qualidade de vida, que são necessários mas que não podem tomar o lugar daquelas que são as necessidades primárias da população. Refiro-me às vias de circulação, que são uma necessidade básica da população. Para o Pinheiro da Bemposta, constam do orçamento diversas obras destas, nem era preciso constarem porque fazem parte dos trabalhos que deveriam ser correntes e periódicos do pessoal da Câmara. A título de exemplo, consta a conservação da Rua do Futebol Clube Pinharenses, no Fundo do Pinheiro, e da Rua do Fojo, que é a continuação desta. A rua, por onde passam os forasteiros que vêm assistir aos jogos de futebol, estava num estado deplorável. Apesar disso, se quisemos dar um “jeito” à rua, tivemos de adquirir o alcatrão, cedendo a Câmara algum pessoal, máquinas e gravilha. Mas o mais caricato é que, tendo o alcatrão faltado, e apesar dos responsáveis presentes terem garantido que quando houvesse alcatrão, viriam acabar o trabalho, não o fizeram até hoje. Isto aconteceu há mais de 3 meses. Não me vão responder certamente que não voltou a haver alcatrão, porque se o fizerem tenho de os desmentir. O outro caso é a repavimentação da Rua do Vidigal, no Curval. Consta do PPI da Câmara, mas tivemos de comprar o tapete para conseguir que a Câmara desse pessoal e máquinas para a fazer. Espero que tenha direito a um protocolo de delegação de competências para os mais de €6.000 (seis mil euros) que gastamos. O resto são trabalhos avulsos, de cedência de máquinas e pessoal por breves espaços de tempo, para regularizar e compactar caminhos em “maquedame”. E mesmo a massa a frio, para tapar os buracos das ruas que a Câmara devia tapar, é arrancada a ferros, mesmo sendo o trabalho feito por nós. Apenas mais um caso: Como se sabe, no lugar dos Covais, a freguesia de Pinheiro da Bemposta faz fronteira com a Branca. Os moradores não se cansam de nos atirar à cara que do lado da Branca está tudo pavimentado a tapete e do nosso lado são quase todas ruas esburacadas. Claro que isto são as consequências de opções diferentes dos Executivos dos dois lados e não quero responsabilizar o Senhor Presidente enquanto Presidente da Câmara por esta situação. Só falo nisto porque dei conta hoje de que

afinal não é preciso estar em municípios diferentes para isto acontecer. A principal ligação entre o Pinheiro e o lugar de Alviães da vizinha freguesia de Palmaz (que me desculpe o Miguel por falar na sua freguesia; faço-o apenas para melhor ilustrar o caso e saudando-o por ter conseguido esta reparação), é feita através de uma rua que do lado do Pinheiro tem o nome de Rua Abel da Silva Ribeiro, que passa na Junta, pelo posto médico e por outros serviços e que do lado de Palmaz tem o nome de Rua 10 de Agosto, salvo erro. O pessoal da Câmara está hoje a iniciar a reparação desta rua. E não querem saber que sendo embora uma única e a mesma rua, toda ela em péssimo estado, a reparação só está a ser feita a partir da fronteira das freguesias, no lado de Palmaz, eventualmente recuando até ao pontão, segundo me diz o Sr. Miguel? Competente programação dos trabalhos. Posto isto, que são meros casos concretos que valem o que valem, é preciso tirar dos procedimentos que os originam, as necessárias conclusões. Consta-me, também, que esta programação não é feita pelos técnicos, mas sim feita casuisticamente pelo staff da presidência, que hoje manda para aqui e amanhã manda para acolá. Agradeço que confirme esta informação, na certeza de que, não sendo verdade, identificarei o responsável por ela. Isto é, naquilo que é a vertente mais importante do apoio da Câmara às freguesias, a que mais afecta o seu desempenho e que, por isso, mais preocupações de rigorosa equidade deve merecer do Presidente e da sua equipa (fala-se muito nas transferências dos Protocolos de Colaboração Financeira e não se fala neste apoio, que é o mais importante e de aplicação discricionária). Será esta uma gestão moderna e transparente dos apoios às Juntas de Freguesia? Só o será, quando se instituir um método de custeio claro, que contemple estes custos, de modo a que se fique a saber com rigor e de forma quantificada, o que foi feito em cada freguesia. Se me vierem dizer que o Relatório de Gestão Anual responde a isso, eu respondo que não chega. Lanço o desafio ao Senhor Presidente e aos Senhores Vereadores para que pensem neste problema. Tenho dito. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Ramiro Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis. =====

===== Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis, não podia deixar de aproveitar este fórum para salientar o 50.º Aniversário do Rancho Folclórico de Cidacos. Esta data merece saliência, mas o trabalho, a actividade e o contributo deste grupo para a promoção e a divulgação das nossas tradições, vivências e cultura Oliveirenses também merece a consideração e o respeito de todos nós. Bem-haja a todos os elementos do rancho que ao longo destes cinquenta anos nos proporcionaram tanta alegria e satisfação. E ao falar no Rancho de Cidacos temos necessariamente de falar na D. Isabel Maria Calejo. Oliveira de Azeméis não se podia deixar de congratular com a atribuição do Óscar Mundial de Folclore à D. Isabel Maria Calejo, prémio merecido que premeia o trabalho de uma vida dedicada ao folclore com muito sucesso, que ajudou a divulgar a nossa música tradicional, a nossa cultura, a

nossa vivência por todos os cantos do mundo, bem como a qualidade da nossa gastronomia. Bem-haja D. Isabel Maria Calejo. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa em exercício concedeu a palavra ao Senhor José Ramos, do PS. =====

===== Boa tarde a todos os presentes. Eu vou iniciar a minha intervenção com algumas perguntas dirigidas ao Senhor Presidente da Câmara sobre alguns assuntos. Eu queria saber se está previsto o asfaltamento de algumas das ruas principais da cidade antes do Inverno. O Inverno está aí à porta e gostaria de saber se vai haver alguma intervenção, pelo menos em algumas delas. Claro que eu sei que não vai haver intervenção na maioria, mas pelo menos algumas, entre as quais deixo aqui a sugestão de duas que são das principais. Como normalmente a Câmara diz e o Senhor Presidente também, não há dinheiro para fazer tudo, mas penso que há que começar por algum lado, portanto se não fizermos asfaltamento de rua nenhuma, com certeza que irá ser muito pior e quando chegarmos ao Inverno depois não é possível fazer esse trabalho. Tinha aqui uma sugestão, uma das ruas que realmente está muito mal e que é umas das ruas principais e que tem uma parte do piso que está bom, por isso é que eu estou a falar nessa rua, mas tem uma parte que é a da Garagem Justino até ao Auto-parque que está realmente em muito mau estado. Eu penso que como não é um trajecto muito grande, se fosse possível esta deveria ser uma intervenção a ser feita. E a outra, que é uma parte também não muito grande de rua, que é a rua de acesso à variante, do stand da Renault para baixo, até porque dá muito má imagem a quem passa na nossa cidade e a quem se dirige à variante para norte ou para sul, esse bocado de trajecto, porque o resto, a Rua dos Jeitos está em bom estado mas esse bocado está em muito mau estado. Haveria muitas mais, deixo só aqui estas duas, vamos dizer assim “como início de algum asfaltamento nas ruas principais. Queria também saber se está prevista alguma avaliação ao trânsito nas ruas principais da cidade. Eu já na última Assembleia, antes desta claro, houve uma altura em que se falou precisamente nisso, as alterações ao trânsito já foram há alguns anos, creio eu há dois, e penso que fazendo uma avaliação das ruas principais há possibilidade de nós melhorarmos a fluidez do trânsito. Eu gosto de chamar a atenção para esses pormenores, dando sempre que possível alguma sugestão. Eu estou-me a lembrar agora de alguns pontos, mas por exemplo temos três travessas a subir para a rua principal, que é à que vai à Farmácia Falcão, que é a que vai à Caixa Geral de Depósitos e a do Justino. Eu penso que a do Justino se fosse invertido o trânsito iria ajudar muito a fluidez de trânsito para não ser só a rua que vem ali junto ao antigo Mercado Primavera, rua do Caracas. Todos os dias ando a pé e vejo que essa travessa não tem quase trânsito nenhum de acesso acima, poucos carros usam essa travessa, essa travessa se fosse no sentido contrário até porque tem acesso directo à variante, penso que seria uma forma de nós melhorarmos muito a Rua do Caracas, principalmente essa que nas horas de ponta tem uma grande fluidez de trânsito e penso que seria fácil de resolver isso. Outro ponto, que eu gostaria

de saber, se me vão responder, quanto tempo é necessário para a colocação de um sinal, em geral? Estou a falar de um sinal de trânsito, quanto tempo será preciso, é que eu já falei aqui nestes sinais de trânsito e vou voltar a lembrar dois que tenho aqui, há cinco meses e está tudo na mesma, por isso é que eu pergunto. Se me disserem assim “é preciso seis meses, sete meses ou oito meses”, eu vou esperar por esse tempo, senão me disserem nada em cada Assembleia eu virei aqui falar do mesmo. Chamava a atenção para as situações da rua do pavilhão, aqui ao lado, é uma coisa simples, não custa nada colocar lá o sinal e já agora eu na altura tinha falado na colocação de um sinal de proibido virar à direita mas penso que se calhar era melhor pôr dois sinais, um de obrigação para trânsito obrigatório à esquerda e um de trânsito proibido, porque quem vem aqui à biblioteca e são muitos os casos em que as pessoas não sabem fazem a inversão de marcha e vão em sentido contrário. Como eu moro aqui vejo isso quase todos os dias. Se fosse ali colocado um sinal de obrigatório virar à esquerda e um ali a dar indicação, para aqueles que não vêm daqui de baixo claro, de que era proibido transitar naquela rua, é fácil, penso que resolvíamos ali dois problemas com facilidade. E o outro sinal era aqui junto ao antigo Centro de Saúde de inversão de marcha. Se me disserem que não vai ser lá colocado nenhum sinal eu em vez de ir à rotunda vou passar a inverter ali a marcha também, até porque eu saio da minha garagem e vou sempre lá abaixo porque acho que ali deve haver um sinal de inversão de marcha como está no sentido contrário, mas se me disserem que não vai ser colocado lá nenhum, vou partir do princípio de que vai ficar assim e, portanto, as pessoas podem lá inverter a marcha porque não há nenhum sinal que o proíba. E vinha lembrar novamente a retirada do muppie ali em frente ao palacete, acho que já muito temos falado sobre isso mas continua na mesma. Outro ponto que não tem a ver com isto, é diferente, eu queria saber se existe entre a Câmara e a empresa de limpeza e recolha de lixo algo no contrato que obrigue a empresa do lixo a lavar os passeios, não é a limpar, é a lavar os passeios, por exemplo de quinze em quinze dias, ou uma vez por mês. Diz-se que é proibido os cães andarem nos passeios e fazerem as suas necessidades, o que é certo é que nós não conseguimos evitar isso e eu que caminho normalmente por esses passeios, vejo semana após semana os restos das necessidades que os cães fazem nos passeios, que continuam lá na mesma. Se fosse possível de vez em quando pelo menos fazer uma limpeza. O ponto com que vou terminar, eu sugeria que na zona pedonal fossem colocados uns pilares do Justino para baixo. Há um abuso a quase a toda a hora, há lá um sinal de trânsito proibido, excepto cargas e descargas, mas isso não funciona. E como para cargas e descargas tem o acesso lateral da clínica, não faz sentido que esteja aberto porque é um convite para as pessoas virem por ali e saírem lá em baixo, ainda hoje eu vi isso, a seguir ao almoço. É tudo, obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Francisco Borges, do PSD. =====

===== *Finalmente, Oliveira de Azeméis tem um novo Centro de Saúde. Era uma aspiração antiga que agora é uma realidade. Uma realidade que dota o concelho com uma estrutura moderna e mais capaz para responder com qualidade dos serviços de saúde prestados aos seus utentes. O processo de edificação deste novo edifício não foi fácil, nem rápido, mas uma vez concluído deve motivar-nos a todos a conseguir mais e melhores condições uma vez que ainda são reconhecidas algumas lacunas que importam colmatar. Não posso neste momento deixar de salientar a forma clara como a Câmara Municipal apoiou este novo investimento, quer na cedência do terreno, quer na participação da sua construção. Temos que saudar com imensa satisfação estas parcerias entre o Poder Local e o Poder Central, mesmo que nesta matéria a responsabilidade coubesse por inteiro ao Ministério da Saúde. Oliveira de Azeméis e os Oliveirenses ficaram a ganhar pelo envolvimento da Câmara Municipal, sensibilizando com o seu apoio os responsáveis para a necessidade que era esta estrutura de saúde. Estou certo de que estaremos a falar de valores muito avultados, que somam ainda os arranjos exteriores e o parque de estacionamento que a autarquia concluiu em tempo útil e com a qualidade que é visível no local. Importa ainda manifestar a minha satisfação pessoal e da Bancada Social Democrata ao ver que a relação de parceria se mantém entre a Câmara Municipal e o Governo para encontrar as melhores soluções para a construção do futuro Centro Hospital de Entre o Douro e Vouga. Muito obrigado.* =====

===== *Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Mesa em exercício concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Dar as boas-vindas ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta à luta política. Seja bem-vindo Senhor Armindo Nunes. Talvez se tenha esquecido na sua intervenção ponderada e reflectida, falou nas dificuldades das contas das freguesias, das contas do município e esqueceu-se das contas do país, mas foi por esquecimento porque seguramente que sabe perfeitamente também qual é o estado das contas do País e seguramente que também sabe que o Município de Oliveira de Azeméis no ano de 2010 sofreu uma redução através do PEC 2 de perto de € 600.000,00. E, portanto, dizer-lhe que apraz-me registar a receptividade dos Senhores Presidentes de Juntas, todos sem excepção, para estas dificuldades, que não são exclusivas do Município de Oliveira de Azeméis e nós não podemos ter dois pesos e duas medidas, para o que nos dá jeito achamos que o País está cor-de-rosa, mas para outras coisas isto está uma miséria. Portanto, como eu não sou muito catastrofista, tenho esperança e confiança e também tenho a noção clara daquilo que estamos a fazer, convidava o Senhor Armindo Nunes para no final do ano poder fazer um balanço relativamente a essa matéria e depois poder avaliar os critérios de transparência, de rigor entre as freguesias. E atendendo até à sua boa relação com todos os Presidentes, que eu saúdo que é importantíssima, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Palmaz pode-lhe dizer até onde é que comprou o alcatrão*

para estar a asfaltar as ruas na freguesia de Palmaz, como outros Presidentes de Junta lhe podem explicar como é que fazem, como seguramente todos os Presidentes de Junta lhe perguntam a si como é que o Senhor faz. Portanto, não se preocupe relativamente aos critérios de equidade, porque eles vão ser públicos, vão ser tornados públicos e Senhor terá depois aí sim oportunidade, no caso de sentir que houve algum prejuízo da sua freguesia porque compete a si como é evidente defender o interesse dos seus fregueses, e aí nessa altura eu cá estarei para lhe dar razão e o Senhor para poder gritar bem alto que foi injustiçado ou que está a ser maltratado. Como lhe disse estamos na altura da preparação do Orçamento, vamos obviamente falar com todos os Presidentes de Junta, o Senhor terá oportunidade, porque algumas coisas que o Senhor falou na sua intervenção já discutimos aqui nestas Assembleias Municipais. A construção do Orçamento para este ano não foi a melhor, eu reconheci isso, assumi sem qualquer problema e este ano vamos fazer diferente, vamos falar com todos os Presidentes de Junta e vamos dentro daquelas que são as nossas possibilidades satisfazer aquelas que sejam as prioridades estabelecidas pelos Senhores Presidentes de Junta e tem sido assim ao longo do tempo. Agora, é evidente que há questões que nós nos vamos habituando a trabalhar e formas de trabalhar e convido o Senhor Armindo a fazer esse balanço mais tarde, que ainda é cedo para fazer esse balanço, até porque ainda não terminamos o ano de 2010. Quanto à programação ser feita de forma avulsa e casuística não é justo Senhor Armindo dizer isso, não é justo mas obviamente que o Senhor lá terá as suas razões. Temos uma preocupação fundamental para quando se inicia uma obra, as instruções que são dadas é para que ele termine, nem sempre isso acontece, muitas vezes a responsabilidade nem é nossa, é por motivos alheios. Nós cá estamos para assumir as responsabilidades e para poder ouvir o Senhor Armindo a dizer isso e os outros Senhores Presidentes de Junta onde isso acontece, porque infelizmente isso tem acontecido, não é o nosso desejo, nós demos instruções rigorosas à Divisão de Obras por Administração Directa que é quando as obras são iniciadas têm que ser terminadas. E eu e o Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares já tivemos que fazer intervenções, quando muitas vezes se tenta dizer “não, se calhar depois vamos começar ali, antes de acabar acolá”, não, começa acaba, começa acaba. Isto muitas vezes só pode ser feito com a compreensão dos Senhores Presidentes de Junta, porque quando se começa tudo ao mesmo tempo depois não acaba bem e a nossa intenção é essa, é essa a nossa forma de trabalhar, com transparência, com rigor e serão todos os dados tornados públicos, aliás as contas terão que ser aprovadas e os protocolos terão que ser assinados e o Senhor Armindo Nunes vai também ter a oportunidade de assinar um protocolo de delegação de competências com a Câmara Municipal e depois aí eu convido-o então a voltar a fazer a análise que hoje fez. Quanto à intervenção do Senhor Ramiro Rosa, relativamente ao Rancho de Cidacos obviamente que nós nos congratulamos, apoiamos, a Câmara Municipal apoiou a realização de um Festival de Folclore que se realizou na Praça da Cidade. Um festival de folclore que teve muita gente, muita gente que aderiu a estes cinquenta anos do Rancho de Cidacos e a um conjunto de outras iniciativas que marcam cinquenta anos de uma instituição, de um grupo folclórico que nos orgulha a todos e que tem projectado tão longe o nome de

Oliveira de Azeméis. Obviamente também que ficamos satisfeitos, aliás apoiamos a deslocação através de umas lembranças da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis que a D. Isabel Maria Calejo levou para Itália quando recebeu o Óscar Mundial de Folclore. E veio de lá também já com um novo sonho, que temos uma reunião marcada para Outubro, eu e a Dra. Gracinda Leal, porque estes contactos internacionais da D. Isabel Maria Calejo põe-na a sonhar com outras coisas e, portanto, sem querer adiantar porque será ela, se se concretizar, que o terá que fazer mas temos aí mais ideias a fervilhar na cabeça da D. Isabel Maria e vamos reunir com ela em Outubro. Ideias que têm a ver com o folclore e, portanto, iremos trabalhar com ela, fazer uma análise custo/ benefício e depois percebermos se temos ou não temos condições para satisfazer esse sonho, mais esse sonho da D. Isabel Maria que é claramente uma personalidade incontornável do nosso panorama cultural em Oliveira de Azeméis. Quanto às questões que o Senhor José Ramos colocou, deixe-me dizer-lhe o seguinte: é verdade que na cidade estavam identificadas e aliás o Senhor Ramos já aqui falou na Assembleia Municipal, estavam identificados dois grandes problemas, que com o passar do tempo não eram resolvidos: a Rua do Cruzeiro e a Rua Bento Landureza. Portanto, é bom percebermos que a Rua do Cruzeiro não está terminada, a Rua Bento Landureza também não está terminada, estão em fase de conclusão, mas eram as ruas que na minha opinião, e na análise que fizemos, que estavam em pior estado no centro da cidade. Quando fala em intervenções na cidade, deixe-me dizer-lhe Senhor Ramos que nós temos outras prioridades nas freguesias, a nossa rede viária é extensíssima e há estradas em diversas freguesias do nosso concelho que estão em muito pior estado do que essas ruas que falou. Por exemplo, aquela rua que fala da Renault, quando se corta à direita, que é um acesso agora à variante norte/sul, portanto antigamente era só para o sul, agora é também para o norte depois da alteração do Pocinho, aquilo tem ali, fruto das passagens das viaturas pesadas, uma coisa que não é bonito nem seguro. Eu não lhe queria estar a dizer, como também me fará justiça, relativamente a esta questão da rede viária, eu sempre que assumi um compromisso na Assembleia Municipal, ele foi cumprido. Portanto, eu não estou em condições de lhe dizer que até ao mês x ou à semana y se vai fazer essa intervenção, há um conjunto de intervenções preparadas na rede viária que é espalhada pelas diversas freguesias e que são casos que estão em pior estado do que estes da cidade, mas estaremos atentos a isso e logo que seja possível assim o faremos. Antes do trânsito uma questão de pormenor, mas tem toda a razão, que se prende com o muppie que falou ali, como sabe haviam dois que foram falados aqui na Assembleia Municipal que estavam em sítios mal colocados, um quem vai para a zona industrial e outro ali junto ao palacete. O da zona industrial era da propriedade da Câmara Municipal, os funcionários da Câmara retiraram-no, este é de uma concessão, a empresa já foi notificada e já escreveu à Câmara Municipal o seu plano de intervenções e, portanto, eu espero que durante o próximo mês isso fique resolvido. Naquele que nós podíamos mexer, mexemos, tiramos na descida da zona industrial junto ao Pingo Doce, este aqui não está tirado mas há o compromisso da empresa para o tirar. Quanto à questão da limpeza dos passeios e da lavagem dos passeios, a empresa faz isso com frequência,

mas eu tenho que pedir um relatório. Vou-lhe dizer que ainda recentemente o fez de maneira exagerada, porque logo às oito e meia da manhã, ali na zona pedonal o funcionário que estava a fazer a lavagem dos passeios o fez com o jacto de maior pressão, como o objectivo dele era limpar, e às vezes pensa-se que se está a fazer bem e está-se a fazer mal, o jacto era tão forte que naqueles paralelepípedos mais pequenos aquelas areias que ali estavam foram todas projectadas para as paredes, para as montras das lojas, etc. O Senhor tinha a obrigação de limpar o chão e então a agulheta ali no máximo para limpar o chão e esquece-se que estava a sujar as paredes. Eu falei com o Senhor Vereador às nove da manhã e às dez da manhã veio outra brigada, que se calhar devia estar a fazer outras coisas, limpar os vidros, as portas e as paredes que tinham andado a sujar. Portanto, a limpeza é feita, agora a frequência não lhe consigo dizer. Deixe-me dizer-lhe também que essa questão dos dejectos dos animais, dos cães e dos gatos e é verdade que o Senhor anda muito a pé e vê isso e tem de se desviar como qualquer pessoa, isso tem a ver com um bocadinho de civismo. Isso acontece à porta de minha casa, eu também tenho muita gente a passear cães e há lá um cão que escolheu ali a zona de saída da minha porta para fazer isso, não deve ser por mim porque vive muito mais gente, se eu morasse sozinho achava que era para mim, mas não é e já conversei com os vizinhos sobre isso e ninguém está de mal com Deus, mas acontece é que há um cão que escolhe ali aquela zona. A gente ri-se com isto, mas as pessoas quando são confrontadas com isto pensam duas vezes. Independente da questão dos cães e isso tem a ver com um acto de cidadania e de educação nada mais, deixem-me dizer-vos que a limpeza das ruas e a lavagem das ruas é feita, a frequência não lhe sei dizer, mas depois posso-lhe dar esse dado, porque isso faz parte do contrato com a empresa. Quanto aos pilares, aqueles daquela loja, acho que “Dimensão”, em frente à Associação Comercial, aqueles pilares já foram roubados duas vezes, já forma repostos, nós já participamos à GNR porque houve uma vez pessoas que viram às duas da manhã um carro com a matrícula, identificou-se, fez-se queixa e os pilares nunca mais apareceram, eu não sei se aquilo dá para fundir, se dá para vender aos sucateiros, não faço a mínima ideia. O problema de lá colocar pedras é que vem uma pessoa com mobilidade condicionada, cai, racha a cabeça, somos uns assassinos, os bombeiros precisam de passar, isto é tudo muito complicado. Esta é uma questão que nos preocupa bastante e eu hoje ainda fiz um comentário nem de propósito porque estava na zona pedonal e passaram três carros seguidos e eu disse “isto parece uma rua com movimento”. Nós já alertamos a GNR, a GNR que às vezes é tão zelosa a fazer algumas coisas, que recordo aqui, por exemplo, não sei se os Senhores sabem mas agora decidiu ir multar em frente à Escola Ferreira de Castro, a GNR vai lá agora multar os carros, anda lá obras, os professores deixam os carros um bocadinho fora dos sítios normais e a GNR decide lá ir e aquilo é um fartote, cada professor leva um carro, portanto, imaginem as multas que ali são feitas. Mas se nós lhes dissermos para virem ali controlar o trânsito na zona pedonal, ou não ouvem, ou não têm efectivos. É uma coisa que eu acho que se de uma vez por todas a GNR se empenhasse nessa matéria, porque está regulamentado, está tudo aprovado, não há problemas de sinalização, as pessoas que ali andam sabem que não podem andar mas

insistem em andar e um dia destes há mesmo um acidente grave, há uma situação complicada e depois há aqui d'el rei que seguramente a culpa será minha sempre, como é evidente, se alguma coisa correr mal a culpa é sempre minha, mas nós já alertamos várias vezes a GNR para essa matéria, mas a GNR faz um bocadinho orelhas moucas para essa situação. A questão do trânsito, meu caro amigo Deputado José Ramos, não se resolve mudando o sentido de uma rua para cima, para baixo, fechar, abrir, nós temos que resolver o problema do trânsito de forma estruturada e eu inclino-me muito para, e estamos a trabalhar no sentido de encontrar o parceiro ideal por causa dos custos, inclino-me muito para uma parceria, um protocolo com uma Universidade que tenha esta especialidade e possa do ponto de vista da mobilidade dar-nos alternativas, mas alternativas integradas. O que é que tem acontecido muitas vezes? Até nós já fizemos isso na reunião de Câmara e na Assembleia Municipal, às vezes alteramos o sentido, colocamos um Stop no sítio, tiramos e essa também não é uma boa política porque os condutores são animais de hábitos e às vezes acham que o sinal de Stop esteve ali e, portanto, vai estar sempre ali. Se quer que lhe diga até acho simpática a sua proposta, eu como utilizador também acho que naquela rua que se sobe também se havia de descer. Resolve alguma coisa? Pode resolver, mas do ponto de vista integrado não resolve. Nós estamos à procura de encontrar um parceiro junto de uma Universidade como lhe disse, por causa de podermos fazer uma parceria a custos reduzidos ou a custo zero, porque se nós encomendarmos um estudo de trânsito àquelas empresas especializadas, ouça é uma brutalidade do ponto de vista financeiro e acho que há outras coisas onde temos que afectar os nossos recursos. Como lhe disse, neste momento não lhe consigo adiantar mais nada sobre isso, a não ser que estamos à procura desse mesmo parceiro para realizar um estudo integrado e não um estudo avulso e um estudo casuístico. Quanto ao Senhor Dr. Francisco Borges e as questões do Centro de Saúde, todos nós tivemos a oportunidade de assistir à inauguração do Centro de Saúde, é mais uma infraestrutura de grande qualidade no Município de Oliveira de Azeméis, que obriga e obrigou a alguns ajustamentos e que ainda precisa também de outras melhorias, nomeadamente a questão da mobilidade e a frequência do TUAZ levando os Utentes ao Centro de Saúde e se calhar habituando mais os Utentes a irem espaços públicos utilizando os transportes, neste caso concreto o TUAZ. Estamos a falar de cá de fora, não de lá de dentro, a nossa responsabilidade enquanto Município é cá fora das paredes, dos muros e não lá dentro, mas achamos que aquela zona tem de ser mais iluminada, ou seja, agora quando mudar a hora e for noite mais cedo, há pessoas que estão ali de idade, pessoas que têm os carros estacionados e que vão ter pouca luz, portanto, já indicamos à EDP para colocar ali mais uns postes de electricidade. Como sabem a relação com a EDP é muito lenta e muito demorada, o Centro de Saúde que o diga, eu ainda hoje falei com o Vice-Presidente da ARS do Norte Dr. Pimenta Marinho, precisamente por causa disso, porque o próprio Centro de Saúde está a ter dificuldades de funcionamento lá dentro, que tem a ver com a potência da energia que está disponível. Na Bento Landreza temos um problema que quisemos asfaltar os passeios e os postes que a EDP se comprometeu a tirar e não tirou e, portanto, lá está, mais uma vez aquela coisa inédita, tudo prontinho e o poste lá no

meio. É a EDP que temos e temos contactado com as pessoas que disseram que era o nosso interface, que são as pessoas responsáveis que subcontratam outras empresas, mas o que é certo é que o serviço não nos agrada, já demos nota disso quer por escrito, quer em reuniões de trabalho à EDP. Tirando esta questão da luz e depois há ali necessidade de proteger aquela zona com a GNR que está feio, vê-se aquele parque de sucata da GNR e nós aí também temos que fazer uma intervenção, nós já falamos com o Comando Distrital da GNR e vamos fazê-la. Portanto, esse espaço exterior precisa de mais luz, mas é uma infra-estrutura de grande qualidade e houve também um trabalho de articulação e de parceria com a ARS Norte e a Câmara Municipal para que tudo estivesse pronto, daquilo que são as nossas atribuições e competências para a abertura do Centro de Saúde e por isso nós esperamos que seja também do agrado dos utilizadores, quer de quem lá está e trabalha: os médicos, os enfermeiros e o pessoal auxiliar, mas acima de tudo dos Utentes que têm que se deslocar ao Centro de Saúde para serem atendidos. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício concedeu novamente o uso da palavra ao Senhor Armindo Nunes, Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta. =====

===== Senhor Presidente, eu não gosto de deixar assuntos a meio e também não falo de cor. Portanto, queria-lhe dizer duas coisas: apesar de não ser um profissional da política eu tenho noção do que é um Parlamento Nacional, onde se definem questões de regime e de orçamento para um país e uma Assembleia Municipal onde são tratados os assuntos de um município. Posto isto, queria-lhe dizer que, se eu não me expliquei claramente, o Pinheiro também já fez isso, já comprou, se quis fazer a Rua do Vidigal e se quis fazer a reparação da Rua do Futebol, tivemos que comprar o material e Câmara não nos fez mais nenhum, tivemos de comprar o material. Eu devo dizer que até tapete para tapar buracos já tive de comprar. É não gosto de deixar assuntos a meio, é só para esclarecer. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício concedeu novamente o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos. ==

===== Já agora só para esclarecer a questão das desigualdades Senhor Armindo Nunes, porque fica bem também não deixar nada a meio. É que a Junta do Pinheiro tem, por exemplo, dois funcionários da Câmara Municipal, confirma, não confirma? Tem dois? Tem, é só para saber, é que há aqui alguns Presidentes de Junta que não têm nenhum. Quando se fala em desigualdades, temos que pegar em desigualdades desde o início até ao fim. Portanto, se o Senhor confirma que tem dois funcionários, eu fico satisfeito. Os funcionários estão lá para trabalhar no Pinheiro da Bemposta e com isto me calo. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Rui Cabral, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro.* =====

===== *Boa tarde a todos. Nesta minha primeira intervenção na Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis quero, em primeiro lugar e de forma transparente informar os presentes do que penso sobre a minha presença e de todos os outros Presidentes de Junta neste Órgão Deliberativo, opinião também já expressa no último Congresso Nacional da ANAFRE. Desta forma, considero que se alguém não tivesse faltado à palavra dada, neste momento já teríamos nova Lei Autárquica. Em 2009, as candidaturas às Câmaras teriam sido já mais ágeis e adequadas aos novos tempos. Em vez de duas listas, Câmara e Assembleia Municipal, passaria a existir só uma, ou seja, a Assembleia Municipal tal qual desde sempre aconteceu na eleição dos Autarcas das Juntas de Freguesia e esta mudança parece que retirava poder de voto aos Presidentes de Junta nas Assembleias Municipais mas dava-lhes no fundo mais independência, o que seria benéfico apesar de muitos alegaram que não faria sentido algum não poderem votar, por exemplo, ao nível do Plano Orçamental. Não vejo nenhuma perda de poder nisso, os Presidentes de Câmara também não estão na Assembleia da República aquando da votação do Orçamento Geral do Estado. Desta forma, alguns Presidentes de Junta mais influenciáveis não ficariam reféns de qualquer disciplina de voto ou de colocarem em causa em certos casos a aprovação de um Orçamento para um concelho, por exemplo, de cinquenta mil habitantes por causa de uma freguesia de dois ou três mil habitantes. E a sua presença nas Assembleias Municipais sem poder de voto traria mais democracia ao Órgão Deliberativo do Município, pois há casos em que os Membros de cada Bancada estão separados por um ou dois Deputados, como é aqui o nosso caso e noutros concelhos também isso acontece, e os Presidentes de Junta vêm inquinar essa representatividade, no fundo uma falsa representatividade. Participar nelas por inerência e intervir é uma coisa, votar é outra. O Povo quando vota, vota actualmente em três boletins e sabe separar bem as eleições, mas a Lei depois na prática junta através do voto os eleitos dessas duas eleições, ou seja, os da Assembleia Municipal e os primeiros eleitos das Assembleias de Freguesia, são depois na prática os Presidentes de Junta, e junta tudo numa só. Os Presidentes de Junta devem trabalhar em prol das suas freguesias e não terem o poder de em alguns casos, como de vez em quando acontece por este País, condicionar o trabalho dos seus colegas. Para olhar de forma imparcial por todas as freguesias de um concelho, temos o Executivo Municipal. Assim sendo, quero dizer-vos claramente que tudo farei para defender esta minha visão da nossa participação nas Assembleias Municipais. Esta é a minha opinião e considero importante que todos aqui presentes, gostem ou não, saibam dela. Mas deixando opiniões pessoais de lado e passando a outro nível de colaboração para com este Órgão e para com a Câmara Municipal, agora que estamos todos a terminar o primeiro ano de mandato, trago hoje aqui algumas sugestões que considero pertinentes que se discutam para o bom funcionamento de todos, algumas já feitas em anteriores intervenções. A primeira, tem a ver com as regras para alargamentos de vias e conseqüente construção de muros que já referi até com o*

Senhor Presidente e com o Senhor José Oliveira. Considero que neste momento o interesse privado se está a sobrepor ao público e deveria ser ao contrário. Sugiro que agora que estamos quase a ter um novo PDM se consiga obrigar nos casos que assim o exijam a todos quantos façam novas habitações ou outras infra-estruturas, da obrigatoriedade de recuo e aí a Câmara tem um instrumento do qual se pode valer para conseguir alinhar novos arruamentos mais largos e com passeios se for essa a sua vontade, capazes de responderem às exigências da sociedade actual. É minha sugestão que a Câmara, falando com as Juntas de Freguesia, só permita licenciar algo depois de certificar que o recuo é o pretendido e que o proprietário faça à sua conta o respectivo muro. Se assim não for, continuaremos a permitir aberrações urbanísticas, ou seja, pessoas com terrenos de cem metros de fundo que constroem casas novas, mantêm os muros velhos e estão dessa forma a usar o interesse público. Muitos proprietários valem-se também desta falta de controlo da autarquia para chantagearem os Presidentes de Junta obrigando-os muitas vezes a ter que despende de materiais e mão-de-obra se querem ver a rua com melhor acessibilidade. Tem que haver como já houve no passado essa interligação Juntas/Câmara, pois só assim seremos dezanove freguesias, um só coração. A segunda sugestão que aqui deixo à Câmara é que à semelhança do “GAM Sobre Rodas” queria também, em jeito de brincadeira poderíamos lhe chamar o “MOAJ”, ou seja, Máquina e Operacionais de Apoio às Juntas, uma equipa operacional de duas ou três pessoas a rodar pelas freguesias, que além de uma máquina retroescavadora possa resolver pequenas avarias e proceder a pequenas obras, pelo menos uma vez por mês, um dia ou dois. Acho que isso era muito importante para as Juntas de Freguesia. A terceira sugestão, necessidade sentida também por muitos colegas, é a descentralização de funcionários, ou de alguns funcionários, tema que também já aqui foi abordado hoje, mediante os critérios estabelecidos pelo Fundo de Financiamento de Freguesias, ou outro. Se nestas contas do deve haver, Loureiro tiver funcionários a mais, estou disposto a ceder para outros, mas parece que a nível geral não é esse o caso e todas as Juntas precisam de ser reforçadas e tenho a consciência de que outras estão muito pior do que Loureiro, assim sendo vamos andar para a frente, enfrentar este desafio com garra e colocar muitos dos nossos funcionários municipais, ou alguns deles pelo menos, nas freguesias onde são mais acompanhados e onde produzirão decerto mais e melhor. Não é só com dinheiro que a Câmara nos pode ajudar, esta é outra forma. Para finalizar esta minha intervenção, não podia deixar de pedir ao Executivo Municipal que defina também critérios de atribuição de materiais para as Juntas caso queiram continuar com esse processo como vinha do passado. Estou a falar relativamente a tout-venant, cimento, blocos, etc., para que em cada ano todos possamos saber com o que contamos. Para isso seria de ponderar uma reunião geral entre todas as Juntas de Freguesia e o Executivo Municipal, para que todos em conjunto possamos encontrar formas mais vantajosas para o Município no seu conjunto. Já por várias vezes referi em conversas que vão surgindo com este ou com aquele sobre o assunto, que não me importo nada de não receber materiais da Câmara desde que todos os outros sejam da mesma forma sacrificados. Estou disponível para ajudar a reduzir o passivo da Câmara desde que sinta que a meu lado estão os

outros dezoito, afinal e como acima referi dezanove freguesias, um só coração, o coração Oliveirense que dá corpo ao nosso “Azeméis é Vida”. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Manuel Rebelo, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo. ==

===== Boa tarde a todos. Estimados Oliveirenses, em nome da nossa Bancada quero lembrar as tragédias que tanto fizeram sofrer as nossas gentes Oliveirenses. De certa forma, este Verão ficará na memória de todos nós. À semelhança de outras terras também fomos atingidos pela tragédia dos malditos incêndios. Malditos, porque entendo ter sido de grande maldade, pondo em perigo áreas de vegetação pura, que tanta falta nos faz na regeneração do ar que respiramos, bem como também estiverem em perigo vidas humanas, habitações e bens materiais, assim como perda de viaturas. Quero aqui prestar o agradecimento público muito especial a todas as Corporações de Bombeiros pela forma incansável pela luta que travaram contra este inimigo em muitas freguesias do nosso concelho. Também à Protecção Civil, chefiada pelo Senhor Presidente da Câmara Dr. Hermínio Loureiro, pela presença no local dos incêndios, bem como o Senhor Governador Civil Dr. José Mota, porque sem estes autarcas responsáveis e presentes em todos os momentos difíceis, não seria possível meios aéreos para o combate aos incêndios de que fomos atingidos. A todos muito obrigados. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Muito boa tarde. Hoje trago-vos alguns temas que acho que são importantes não deixar passar, daí a minha intervenção ser um bocadinho mais longa. Antes de mais queria desejar as melhoras à Prof.ª Isabel Vilhena e ao Dr. Jorge Oliveira e Silva, por não poderem cá ter estado hoje por motivos de saúde. O CDS-PP vem saudar a Câmara Municipal pela cedência de estruturas que estejam desocupadas como é o caso de algumas escolas primárias. Chegou ao nosso conhecimento a cedência da Escola Primária de Ul à Associação de Ex-comandos. Será de louvar a reafecção de instalações para o uso por parte de associações do nosso concelho e pensamos ser importante avaliar caso a caso, ver os objectivos do pedido de cedência e mais-valias para a comunidade na reafecção destes espaços. Neste sentido deixem que vos fale da delegação da REP (Rede dos Emissores Portugueses) de Aveiro, que tem a sua sede em Oliveira de Azeméis funcionando neste momento em casas particulares. É verdade que no elenco anterior foi proposta uma Escola Primária de Palmaz, penso eu, para sede desta associação, no entanto as características geográficas da zona (um vale) não permitem o funcionamento favorável dos equipamentos de rádio comunicações. Tendo nós estado em contacto com elementos da Delegação REP - Aveiro estes sugeriram a cedência da Escola Primária de Casal Dias na Freguesia de S. Martinho da Gândara, ou outras com condições geográficas e técnicas

favoráveis, pois lá estão reunidas as condições para os equipamentos que deverão existir nestas instalações. É claro que esta associação zelaria pela boa utilização do espaço não desvirtuando os princípios promotores da sua cedência. A criação deste espaço iria permitir condições condignas aos radioamadores do concelho oliveirense para trabalhar e colaborar com a protecção civil como é estipulado por lei. A criação destas instalações iria facilitar a criação de protocolos com escolas e outras entidades interessadas para desenvolver actividades de índole pedagógica. No entanto mais associações culturais e recreativas poderão usufruir de espaços abandonados que se reutilizados poderão ter um uso condigno, posso nomear a título de exemplo o Grupo de Teatro Gota que luta com falta de instalações há tanto tempo, não merecerá este grupo de teatro que tão bem tem levado o nome de Oliveira de Azeméis a outras paragens também a um espaço condigno. Mais associações recreativas e culturais sem fins lucrativos estarão neste momento a necessitar desta hipótese de melhorar as suas condições de existência, o CDS-PP apoiará a edilidade para que promova esta rentabilização dos seus espaços. Vamos falar agora também do Plano Municipal de Protecção Civil. A segurança dos cidadãos é, e sempre será, uma das maiores preocupações dos responsáveis nacionais e locais pelo que este deverá ser um tema a ter sempre em constante atenção. Neste sentido a actividade da Protecção Civil Municipal tem como objectivos fundamentais prevenir no território municipal os riscos colectivos e a ocorrência de acidente grave ou catástrofe deles resultantes; atenuar na área do município os riscos colectivos e limitar os seus efeitos no caso das ocorrências; socorrer e assistir no território municipal as pessoas e outros seres vivos em perigo e proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público e apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas nas áreas do município afectadas por acidente grave ou catástrofe. Assim e de acordo com a Lei 65/2007 (a qual define o enquadramento institucional e operacional da protecção civil municipal e define as competências do Comandante Operacional municipal), venho colocar ao Executivo algumas questões que consideramos muito importantes. A Lei determina que a Comissão Municipal de Protecção Civil integre um Comandante Operacional Municipal. A situação leva-nos a colocar a questão se existe esse Comandante no Município e se senão porquê? Segundo o nosso entendimento em Oliveira de Azeméis não existe até à data Comandante Operacional Municipal. De acordo com a Lei referida, no seu art.º 13º no número 1, diz que “ Em cada município, existe um Comandante Operacional Municipal e no art.º 14º, vem definir as suas competências, entre outras enumera-se algumas mais importantes: - Acompanha permanentemente as operações de protecção e socorro, ao nível municipal; - assume a coordenação das operações de protecção e socorro, ao nível municipal; - promove a elaboração de planos prévios de intervenção, nas áreas de risco e cenários previsíveis, em articulação com os meios do município. Também no art.º 3º da mesma Lei, diz ainda que o Comandante Operacional Municipal integra a Comissão Municipal de Protecção Civil. Na actual Comissão Municipal, essa “figura” pensamos que não existe. No art.º 13º no nº 5, diz ainda que “Nos municípios com bombeiros municipais ou mistos, criados pelas respectivas câmaras municipais, o Comandante desse Corpo é por inerência o

Comandante Operacional Municipal”, isto penso que não acontecerá em Oliveira de Azeméis, então o Comandante Operacional Municipal terá de ser nomeado, de acordo com o nº 4 do mesmo art.º 13º, de entre o universo que a Lei define para a nomeação dos Comandantes Distritais. A Lei determina também que o Serviço Municipal de Protecção Civil tenha nos seus quadros de pessoal funcionários com formação na área. É importante sabermos se existem funcionários com formação específica e qual a formação dos funcionários afectos ao Serviço Municipal de Protecção Civil. Segundo o entendimento do CDS-PP, em Oliveira de Azeméis não existe em termos físicos o Serviço Municipal de Protecção Civil. Na Lei 65/2007, no art.º 9º “Os municípios são dotados de um serviço municipal de Protecção Civil, responsável pela prossecução das actividades de protecção civil no âmbito municipal”. Também no art.º 10º diz-nos que “Compete ao (SMPC) Serviço Municipal de Protecção Civil, assegurar o bom funcionamento de todos os organismos municipais de protecção civil, entre muitas outras funções descritas.” Para isso, é necessário que os seus funcionários tenham formação específica. No art.º 23º, fala que os funcionários do Serviço Municipal de Protecção Civil, devem ter essa formação já devidamente estruturada pela (ANPC) Autoridade Nacional de Protecção Civil a qual pode ser frequentada no Ensino Superior. A Lei determina que os planos municipais em vigor dever estar actualizados em conformidade com a nova legislação de protecção civil. Existe Plano Municipal de Protecção Civil? Quando sofreu a última actualização? Segundo é o do nosso conhecimento o Plano Municipal de Emergência de Oliveira de Azeméis, foi elaborado em 2000 e aprovado em reunião de Câmara em 01 de Fevereiro de 2000. A Lei 65/2007, no art.º 19º diz que “Os planos municipais de Emergência em vigor, devem ser actualizados em conformidade com a nova legislação de protecção civil, bem como a presente Lei, no prazo de 180 dias, contados a partir das orientações técnicas da Comissão Nacional de Protecção Civil”. Ora estas orientações técnicas, foram aprovadas pela Resolução da Comissão Nacional de Protecção Civil, nº 25/2008, em 18 de Julho de 2008. A Lei diz que o plano deve ser actualizado sempre que se verifique alguma alteração, quer de meios humanos, materiais e até de novos riscos, ou seja, deve ser dinâmico. Isto tem acontecido em Oliveira de Azeméis? Outras questões pertinentes: O Presidente da Câmara Municipal, conhece o Plano Municipal de Emergência? Tem conhecimento se os Agentes Municipais de Protecção Civil (Corpos de Bombeiros, Forças de Segurança, Cruz Vermelha), o conhecem? Os agentes locais, sabem agir articuladamente com o plano em vigor, mediante as diversas situações de risco? Já alguma vez foi testado este plano foi testado em Oliveira de Azeméis? E o Plano Operacional Municipal, elaborado pelo Gabinete Técnico Florestal e aprovado antes do Verão, foi testado? Foi eficaz nesta campanha de fogos florestais? Quantas vezes os Bombeiros de Oliveira de Azeméis e de Fajões, trabalharam em conjunto no município? E se o fizeram foi o Serviço Municipal de Protecção Civil que o activou? Estas eram as questões que tinha sobre o Plano de Protecção Municipal. Para concluir mais dois aspectos. Já muito se tem falado nesta Assembleia da zona do Calvário e chegou mesmo a ser referido pelo Senhor Presidente da Câmara que tentaria resolver a situação até às Festas de La-Salette, coisa que não foi possível.

Ora se dantes era vital a criação destes passeios, com a abertura do novo centro de saúde esta situação tornou-se inadiável. O trânsito naquela artéria aumentou em consequência das deslocações dos utentes ao centro de saúde, mais grave ainda, por causa daqueles que se deslocam a pé ao centro de saúde pelas mais variadas razões. Sabemos e saudamos o reforço do Tuaz nesta zona, mas sabemos que mesmo assim muita gente opta por circular em viatura própria ou a pé, daí a nossa preocupação com esta situação. Para terminar, venho falar da abertura das grandes superfícies ao domingo. O encerramento das grandes superfícies ao domingo tem sido discutida e o Governo decidiu atribuir aos Municípios a competência para definir os horários de funcionamento das mesmas. Sabemos que é uma matéria onde o consenso é difícil e na altura o Grupo Parlamentar do CDS-PP votou contra, com base na protecção do direito de igualdade do consumidor. Segundo notícias tornadas públicas, o Governo irá atribuir aos Municípios a competência para definir os horários de funcionamento das grandes superfícies comerciais, sem quaisquer restrições relativamente ao seu funcionamento durante domingos e feriados nacionais. Considerando que a possibilidade de abertura das grandes superfícies comerciais aos domingos e feriados nacionais irá gerar injustiças e distorções ao nível do comércio tradicional, considerando que o alargamento do horário de funcionamento das grandes superfícies, apresentado como uma medida benéfica para os consumidores e geradora de emprego nesses estabelecimentos, gera necessariamente mais desemprego, falências e acrescidas dificuldades económicas junto do tecido comercial tradicional da Cidade de Oliveira de Azeméis, constituído essencialmente por pequenos e médios comércios que já vivem dias muito difíceis, considerando que importa que a Câmara Municipal salvasse os legítimos interesses da cidade e dos seus comerciantes tradicionais. Desta forma pensamos que não deverão, no Concelho de Oliveira de Azeméis, ser alargados os horários de funcionamento das grandes superfícies aos domingos e feriados nacionais para além do que já se pratica hoje. Poderão dizer que neste momento não será significativo pelas grandes superfícies existentes, no entanto lembramos que a abertura de precedentes nos poderá obrigar no futuro a permitir a outros que venham exigir as mesmas condições. Só em nota de rodapé duas notas uma positiva e uma negativa: finalmente já há piso condigno na Rua Bento Landureza e voltaram os carros à rua pedonal com mais intensidade, temos que ver o que é possível fazer. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Filipe Carvalho, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. Entre os dias 16 e 22 de Setembro comemorou-se mais uma Semana Europeia da Mobilidade. Recordo que esta iniciativa teve início em 2000 com o Dia Europeu sem Carros, tendo-se revelado um sucesso. O nosso concelho aderiu em 2004 a esta iniciativa, permitindo que todos possamos reflectir sobre os nossos hábitos de mobilidade, designadamente sobre hábitos de condução mais eficiente e segura. Durante a referida semana existiram diversas iniciativas aludindo à mobilidade, desde rastreios visuais, auditivos,

glicemia, colesterol, etc., passando pelos ateliers de desporto, nomeadamente as caminhadas nocturnas, recolha de sangue e demonstrações com vista à diminuição do consumo de combustível e conseqüente redução da emissão de gases poluentes, sensibilizando para o uso do carro de forma responsável. Esta acção procura sensibilizar a população, nomeadamente para a utilização do transporte público em Oliveira de Azeméis, TUAZ, em detrimento do transporte privado, em defesa do meio-ambiente e conseqüentemente da nossa saúde. Dada toda a conjuntura económica em que se vive deve-se com elevação e com o interesse comum acima de tudo, felicitar todos os intervenientes nesta acção, desde a Câmara Municipal, passando pelas associações e terminando no sector privado pelo esforço feito para que durante uma semana se promovessem diversas actividades, cativando assim centenas de Oliveirenses a participar nas mesmas. De salientar as actividades para as crianças, o recordar de tempos antigos com a desfolhada, pois permitiu ao mais jovens reviver o tempo dos seus pais e dos seus avós. Com estas iniciativas acompanhamos o crescimento de um concelho melhor, graças à consciência, atitude e novos comportamentos de todos nós face ao ambiente e à sua protecção. Senhor Presidente, se me permite a oportunidade, já que estamos a falar de qualidade de vida, pode-nos dar o ponto de situação relativamente à água e saneamento no concelho? Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Hermínio Loureiro, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Começando pela intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, Senhor Rui Luzes Cabral, e que falou na questão da nova legislação autárquica e dos avanços e recuos nessa matéria, eu também tenho uma opinião pessoal relativamente ao actual modelo e às alterações que eles precisam, não só no funcionamento da própria estrutura Órgão Deliberativo - Assembleia Municipal, mas eu vou mais longe, Órgão Executivo – Câmara Municipal, e Executivo também extensivo às Juntas de Freguesia, porque em muitas situações hoje com a actual legislação temos algumas freguesias deste País que não têm soluções de governabilidade. Ainda há pouco tempo se repetiram eleições, porque não há condições para se formar o Órgão Executivo da Junta de Freguesia. Portanto, eu julgo que a legislação precisa de ser actualizada e também comungo dessas preocupações, podemos não ter a mesma opinião, mas achamos que a legislação precisa de ser alterada, de ser revista e de ser actualizada como tudo na vida. Relativamente à questão que propôs, fez aqui uma explanação relativamente à questão dos muros, deixe-me dizer-lhe que subscrevo integralmente aquela que é a sua visão, mas temos que ter a noção clara que nem sempre os próprios instrumentos do PDM serão decisivos para nós podermos ter uma intervenção a esse título. É verdade que muitas vezes acontece, a propósito da recuperação dos muros, constrói os muros nos sítios muito antigos e depois disso vem a construção da casa e outras coisas e a própria implantação da casa. Agora é uma preocupação e eu agradeço o ter falado nela, eu julgo que aqui também se tem que mudar

os canais relativamente à postura ou à posição, chame-se parecer ou opinião das Juntas de Freguesia, porque estamos a falar de se poder pôr em causa projectos de alargamentos de caminhos, de ruas e até numa perspectiva de projecção para o futuro também colocar em causa mesmo o desenvolvimento. Portanto, isso parece-me que é pertinente e para todos nós, seguramente que cada um dos Senhores Presidentes e cada um dos autarcas tem um exemplo para contar duma situação que gostava de ter alargado ou gostava de alargar, gostava de crescer, de projectar a outros níveis e não o pode fazer e muitas vezes emperra em questões administrativas, burocráticas e em enquadramentos legais. Dar-lhe nota e permita-me que aproveite neste momento a sua intervenção para poder já aqui anunciar uma questão que eu queria fazer neste momento, mas vou aproveitar e até porque responde às suas preocupações, era para nas conversas que vamos ter com os Senhores Presidentes de Junta na preparação do Orçamento para 2011, do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2011, a criação duma brigada, que não tem esse nome que você lhe tentou dar, mas que se chamará SOS Freguesias, ou seja, muito a exemplo daquilo que é o SOS Cidade, haver uma brigada com um conjunto de profissionais da Câmara Municipal, de assistentes operacionais e outros com outras responsabilidades, que possam de alguma forma estar adstritos a todas as freguesias. Portanto, pegando um bocadinho no funcionamento do SOS Cidade poder transportá-lo para as freguesias, é evidente que aqui a capacidade de resposta, a hora da resposta não vai ser a mesma, porque são dezanove freguesias espalhadas por 163 km², mas a exemplo daquilo que foi uma iniciativa feliz por proposta do Senhor Vereador Isidro Figueiredo da criação da Brigada das Escolas, aquela que operacionaliza o funcionamento das escolas, nós entendemos estendê-la às freguesias e para o próximo ano ela será uma realidade, estará no terreno e eu espero a funcionar bem. Teremos também, e aproveito também o momento da preparação do Orçamento, a questão dos funcionários, que é para podermos de forma clara, objectiva e sem dúvidas e que ninguém esteja a olhar para o lado para ninguém, que se possa saber que tipo de funcionários e o número de funcionários que estejam adstritos a cada uma das freguesias. A mesma coisa na questão dos materiais também, que não haja dúvidas sobre a afectação de materiais à Junta A ou à Junta B, que se possa consultar sem nenhum problema. Essa reunião que o Rui Luzes Cabral sugeriu, eu concordo que ela deva ser feita, mas como nós vamos ter a oportunidade de conversar com todos os Presidentes de Junta, depois desta primeira ronda de conversações fazer uma reunião a seguir, já se calhar para apresentar as grandes linhas do Orçamento, fazemos essa reunião a seguir. Aceito a sugestão, acho que é importante assim o fazer e assumo aqui o compromisso de realizar essa reunião com todos os dezanove Presidentes de Junta de Freguesia a seguir às conversas que iremos ter individuais. Relativamente à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, o Senhor Manuel Rebelo, e ela entronca um bocadinho nas questões levantadas pelo Senhor Deputado Miguel Portela sobre o papel e o trabalho que está a ser desenvolvido do ponto de vista da Protecção Civil. Eu acho que quando estamos a falar de incêndios é de elementar justiça destacarmos e enaltecermos aqui o papel dos Bombeiros Voluntários, neste caso concreto das Corporações dos

Bombeiros Voluntários de Fajões e dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis. Eu tive a oportunidade de já participar em diversas reuniões da Protecção Civil a nível distrital, porque estas corporações também têm intervenção noutros municípios do Distrito de Aveiro e são sempre referidas a qualidade do trabalho prestado por estas corporações de bombeiros. Depois dizer-lhes também que do ponto de vista quer da Autoridade Nacional de Protecção Civil, quer do Governo Civil de Aveiro, quer do Comandante Operacional, houve uma relação de excelência com quem estava no terreno, nomeadamente os Bombeiros, os Comandantes dos Bombeiros, o Comandante Abreu e o Comandante Paulo Vitória e, portanto, houve uma articulação perfeita e obviamente que em momentos de aflição é preciso ter a cabeça fria e aí nesse aspecto uma vez mais os Bombeiros demonstraram que são uns homens extraordinários, generosos, de uma dedicação brutal. Houve inclusive perda de bens materiais, os Bombeiros de Fajões perderam num incêndio em Arouca, que estavam a fazer entre Arouca e Castelo de Paiva, uma viatura. O compromisso que existe é que essa viatura seja retomada, porque foi em teatro de operações e, portanto, que os Bombeiros de Fajões tenham direito a essa viatura, que lhe seja resposta essa viatura. Mas dizer-lhes também que há aqui outros elementos, que daquilo que se chama o trabalho que é feito pela protecção civil, que são muitas vezes esquecidos e permitam-me que eu aproveite a oportunidade para saudar, para além obviamente da boa vontade da população que é extraordinária, que são os Presidentes de Junta. E os Presidentes de Junta e neste caso concreto nesta época de incêndios que tivemos, foram todos eles inexcusáveis, não tinham horas para dar resposta às pretensões dos Bombeiros, estavam sempre disponíveis. Infelizmente, a avaliação que temos neste momento de área ardida, estamos a falar de 9% da área florestal do Município de Oliveira de Azeméis, estamos a falar de 894,13 hectares e, portanto, é uma área considerável e estamos a falar de freguesias muito afectadas, só para terem uma noção, na freguesia de Pinheiro da Bemposta arderam, segundo as indicações que temos neste momento ao nosso dispor 378,27 hectares, na freguesia de Ossela arderam 245,54 hectares e depois em terceiro lugar, em ordem de grandeza, em Macieira de Sarnes que foi um grande incêndio também que depois se espalhou para Nogueira do Cravo e para S. Roque e no mesmo dia em Carregosa também, em Macieira de Sarnes arderam 72,10 hectares. Eu queria fazer aqui esta referência, aliás um dos primeiros a ter que me mostrar esta operacionalidade foi precisamente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta, o Senhor Armindo Nunes, e a sua resposta foi inexcusável, porque já a horas desconformes mostrou disponibilidade para marcar refeições para os Bombeiros, tudo o que fosse preciso. Todos sem excepção e queria-lhes aqui manifestar esse agradecimento público porque todos foram inexcusáveis no seu trabalho e colocaram todos os seus meios à disposição dos Bombeiros. Pegando nas questões que foram colocadas pelo Dr. Miguel Portela nesta matéria, é verdade que há legislação que enquadra essa questão do Comandante Operacional Municipal e deixe-me dizer-lhe que a Protecção Civil de Oliveira de Azeméis já deu provas de eficiência e eficácia e os treinos e essa preparação deixamos obviamente para quem sabe da matéria que são os Comandantes, quer o Comandante Abreu de Fajões, quer o Comandante

Paulo Vitória de Oliveira de Azeméis, e mais do que os testes é no terreno ter que mostrar a sua competência. E isso deixe-me dar-lhe aqui nota, porque depois as pessoas esquecem-se de repente destas matérias, nós tivemos aqui um sinistro de elevada gravidade, em que a Protecção Civil funcionou em pleno e vou-lhe já passar a explicar, que foi uma pensão que existe ali na Rua Bento Carqueja, que quando veio um temporal enorme levantou uma cúpula que tinha lá em cima, ali junto à Mercantil. A pensão estava cheia e estava com pessoas acamadas e idosos e foi preciso fazer uma intervenção porque não havia condições e punha em causa inclusive a segurança do edifício. E dar nota que os serviços municipais estiveram imediatamente no terreno, neste caso eram os Bombeiros de Oliveira de Azeméis e o Comandante Paulo Vitória que estava também no terreno e para que não subsistisse qualquer dúvida eu próprio tomei a decisão que quem mandava, quem ordenava nos funcionários da Câmara Municipal era o Senhor Comandante dos Bombeiros, estava o Chefe de Divisão, estava o responsável pelas equipas operacionais e para não haver tanta gente a mandar, ali mesmo, debaixo de chuva e vento, disse assim “os senhores funcionários da Câmara Municipal respondem ao Senhor Comandante Paulo Vitória, é o único responsável pela operação” e assim foi. Quando falou na coordenação entre os Bombeiros de Fajões e de Oliveira de Azeméis, nós nesta época de incêndios tivemos n exemplos de cooperação, de trabalho em conjunto do Comandante Abreu, por exemplo eu estive com o Senhor Governador Civil numa frente de incêndio em Vale de Cambra que era o Comandante Abreu que estava a tomar conta das operações, portanto houve uma grande interacção e uma grande disponibilidade das duas corporações, nomeadamente dos dois comandantes, que é fundamental que isso aconteça para que tudo corra bem. Já agora dizer-lhe, dentro daquela panóplia de legislação que o Dr. Miguel Portela apontou e obviamente que ela existe e está publicada, há também por parte da Associação Nacional de Municípios um conjunto significativo de argumentos, podíamos estar aqui a noite toda a falar, em que a Associação Nacional de Municípios tem colocado resistências à implementação dessas leis e, portanto, tem de alguma forma desmontado essa questão. Com mais algum conhecimento de causa e de terreno, hoje deixe-me dizer-lhe que eu acho que é importante existir um Comandante Municipal, depois vamos lá ver quem é, como é que se lá chega, o que é que ele vai fazer, se quem lhe paga é a Câmara Municipal se é a Autoridade Nacional de Protecção Civil, agora eu acho que para o bom funcionamento da protecção civil, como tudo na vida, importa haver uma voz de comando, alguém que mande, que assuma responsabilidades, porque muitas vezes depois quer eu, quer o Senhor Vice-Presidente que esteve também que estar algumas vezes de serviço, nós fomos chamados a tomar decisões e se alguns gostam mais outros podem não gostar tanto e, portanto, há sempre aqui responsabilidades que obviamente naquilo que foi Oliveira de Azeméis, sempre as partilhámos com os Comandantes dos Bombeiros como eu disse, neste caso com o Comandante Abreu e com o Comandante Paulo Vitória. Quanto ao nosso plano, dizer-lhe que nós temos neste momento uma candidatura, fruto de uma candidatura na Associação de Municípios Terras de Santa Maria, os cinco municípios apresentaram uma candidatura em conjunto para os cinco planos e, portanto, está a decorrer essa mesma

candidatura e eu espero num espaço muito curto de tempo termos o plano disponível e o plano operacional, para que ele seja cumprido a exemplo daquilo que fizemos do ponto de vista da prevenção também do Plano das Florestas. Deixe-me pegar agora aqui nas suas primeiras questões, que se prendem com a utilização de espaços que ficam devolutos, nomeadamente com o encerramento das escolas. Nós procuramos dar ocupação a esses espaços dentro daquelas que são também as necessidades do movimento associativo. Nós queremos dar outra utilização às escolas quando elas deixam de ter aquela sua função principal que é de educar e onde se dão as aulas, onde se ensina a ler e a escrever. Nem todas têm, é evidente que aquelas que estão mais centrais têm outra apetência e há algumas escolas, recorro aqui, por exemplo, e lamento ter que o dizer e a responsabilidade no limite poderá ter que ser assacada à Câmara Municipal e cá estamos para a assumir, mas eu ainda no outro dia fui à freguesia de Palmaz, a Vilarinho de S. Luís e vi a Escola de Vilarinho de S. Luís completamente degradada, mas quando vínhamos a descer chegamos a Nespereira e a Escola de Nespereira já está utilizada, vamos a Travanca e as Escolas de Travanca já estão utilizadas por associações e muitos outros exemplos. A ideia é que as escolas não fiquem ao abandono, não se deteriore e estejam ao serviço da população. Quanto à questão do Calvário, tem toda a razão, nós não conseguimos fazer aquilo a que nos tínhamos comprometido por uma razão muito simples, estamos a falar da zona do corte para o hospital, estou a falar do lado direito quem sobe, aquela zona de casas com passeios, depois temos um muro e depois temos uma loja de bebidas e de petiscos ali do lado direito. Aquele muro tem que recuar, ou seja, não fica bem fazer um passeio para além do muro, porque a via fica estreitíssima e então o nível de perigosidade aumenta. Como há pedidos de licenciamento para aquele terreno, os proprietários do terreno têm algumas pretensões para aqueles mesmos terrenos, nos estamos a procurar sensibilizá-los no sentido de eles nos darem, cederem e, portanto, estamos nesta fase da cedência e obviamente se ela não resultar temos de passar para outra e por isso o atraso, ou seja, a obra estava programada, o nosso objectivo era que ela tivesse sido concluída antes das Festas de La-Salette, era esse o objectivo, estávamos preparados para responder no terreno a essa mesma pretensão, mas infelizmente não houve oportunidade de chegarmos ali a acordo com os proprietários dos terrenos. Vamos continuar a sensibilizá-los e depois então temos que accionar outros mecanismos. Achamos que não poderá ser de grande dimensão, mas será um passeio que dará segurança e obviamente que será apelativo para que as pessoas possam fazer as caminhadas e que já são muitas para o Parque de La-Salette. Quanto à questão das grandes superfícies, nós neste momento não temos nenhuma em Oliveira de Azeméis, ou seja, nós temos médias superfícies e por isso é que elas trabalham ao domingo, o limite são dois mil metros e o Intermarché deve estar mesmo no limite daquilo que é uma média superfície, porque é dividido em três unidades. Às que funcionam e as que trabalham em Oliveira de Azeméis ao domingo, estamos a falar do Pingo Doce, estamos do Modelo, esta legislação não vai intervir em nada, ou seja, elas já funcionam porque não são consideradas grandes superfícies, quando tivermos uma grande superfície cá teremos também que auscultar a vossa posição e tomarmos decisões relativamente a essa matéria. Para terminar,

ao Eng.º Filipe Carvalho, relativamente à Semana Europeia da Mobilidade, é mais um contributo que a Câmara Municipal desde a primeira hora acedeu, é mais um contributo de prevenção, de sensibilização. Os expositores que estiveram no Largo da República tiveram um grande sucesso, estiveram as duas Corporações de Bombeiros, esteve uma Unidade de Saúde Familiar, estiveram os Lions e os Rotary, a Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Cucujães. Estiveram a fazer um rastreio à saúde, tiveram um trabalho de prevenção, houve quem trabalhasse também na questão da doação de medula óssea, houve filas de pessoas a quererem fazer os testes para poder saber se são doadores ou não. Portanto, penso que os objectivos que estavam definidos foram atingidos e foi mais um trabalho de sensibilização e de prevenção para que as pessoas possam ter outros hábitos de vida mais saudáveis e não usem tanto o automóvel. Quanto à questão que colocou da água e do saneamento, eu agradeço a questão porque talvez seja o momento para podermos fazer um ponto da situação. Nós temos um compromisso assumido com os Oliveirenses para a execução da água e do saneamento para que o nosso concelho atinja níveis que nos orgulhem a todos, estamos a falar de 100% de cobertura. Foi esse o compromisso político que foi assumido e é nisso que estamos a trabalhar. Deixe-me dizer-lhe que ainda hoje de manhã tive a oportunidade de conversar com os meus colegas de Executivo relativamente às várias opções que temos em cima da mesa para essa questão. Como sabe estamos a falar da privatização. Imagine que nós tínhamos optado por uma parceria com as Águas de Portugal, a partir de ontem, da intervenção do Senhor Ministro das Finanças Dr. Teixeira dos Santos, nomeadamente relativo aos investimentos públicos, ficávamos na mão, ou seja ficávamos pendurados. Ficávamos pendurados porque, conforme ontem foi bem explícito por parte do Senhor Ministro e eu hoje já tive a oportunidade de conversar também com outros autarcas que estão profundamente preocupados com esta situação, alguns deles têm investimentos programados, não é em curso, programados com as Águas de Portugal e que neste momento ninguém das Águas de Portugal ainda sabe dizer nada. Nós tivemos diversas reuniões e temos e mantemos com as Águas de Portugal, temos aliás uma reunião agendada para os próximos dias. Nós estamos a falar de um volume de investimento que pode chegar aos setenta e cinco milhões de euros, se nós falarmos na questão da construção das ETAR's, nomeadamente nas ETAR's que são necessárias construir, porque há também um outro modelo em que a construção das ETAR's será por quem fica a fazer a exploração da rede em alta, mas no limite o investimento rondará os setenta e cinco milhões de euros. Nós temos que ter a noção clara da situação financeira e económica que o País atravessa e eu acho às vezes até muito curioso, para não dizer outro termo, que haja aqui na avaliação dessas matérias dois pesos e duas medidas, ou seja, que as pessoas por um lado achem muito bem e percebam que alguém tenha prometido cento e cinquenta mil postos de trabalho e não tenha cumprido, que alguém tenha dito que fazia isto e fazia aquilo e fazia as auto-estradas e depois não faça nada e as pessoas digam "isto é a crise", mas relativamente ao Município de Oliveira de Azeméis isso não interessa nada, porque a crise é só lá em Lisboa, aqui em Oliveira de Azeméis não falta anda. Até como é óbvio, um investimento desta natureza precisa de um parceiro e de um parceiro

financeiro e, acho que não estou a dar novidade a ninguém, a Banca não vive os seus melhores dias e tem que haver aqui um parceiro financeiro, nomeadamente um banco ou um conjunto de bancos. Posso-vos dizer também que a situação podia estar resolvida, já podia estar resolvida e já podíamos estar com obra a andar, tenho aqui um projecto, quer um caderno de encargos para o concurso como o estudo feito para todo o Município. Caderno de encargos e programa de concurso está aqui. Agora, interessa-nos acautelar os interesses dos munícipes de Oliveira de Azeméis naquilo que diz respeito ao preço da tarifa a pagar no futuro e, portanto, nós não podemos a qualquer preço entregar, concessionar a qualquer preço e, portanto, há aqui que acautelar claramente para evitar aquilo que acontece hoje noutros municípios que não tiveram esta preocupação, que hoje têm redes maiores daquelas que nós temos mas a um preço absolutamente anormal e sem qualquer influência nessa tarifa, ou seja, não podem fazer nada, a única coisa que têm que fazer é pagar. Nós mantemos essa firme disposição de termos a maior frente de obra na história de Oliveira de Azeméis, eu espero que ainda este ano e aqui assumindo um compromisso, que neste ano de 2010 este processo fique já definido e esteja a decorrer a sua tramitação porque isto passa por um conjunto de procedimentos concursais complexos, mas dizer também que paralelamente a isto tudo tivemos alteração de diversa legislação que teve que sofrer essas mesmas alterações. As empresas privadas, já agora dizer-vos isto também, que nos contactaram e são várias, algumas são internacionais, não são portuguesas sequer, mantêm todo o interesse e acham que o concelho, até pela taxa de cobertura que tem, é um concelho fortemente apeteçível. Mas como lhes disse, nós temos que salvaguardar os interesses dos Oliveirenses, não podemos à pressa, não podemos em cima do joelho tomar decisões relativamente a essa matéria, porque são decisões que nos vão comprometer nos próximos vinte ou trinta anos e por isso há aqui um compasso de espera, que não é agradável, nem nós estamos obviamente satisfeitos com esse compasso de espera, mas eu espero que esse compasso de espera seja compensado por uma melhor negociação por quem vier que ter que fazer esse trabalho, naquilo que diz respeito à água e ao saneamento. Peço desculpa, Senhor Presidente, que me alonguei, mas acho que era importante dar estes esclarecimentos a esta questão que foi colocada pelo Senhor Eng.º Filipe carvalho. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia em exercício foi dito: =====

===== Vamos iniciar a terceira ronda de intervenções, não sem antes de eu saudar o regresso de forma formal a este sala de dois profissionais da comunicação social, que há algum tempo passaram uma fase menos boa e que hoje estão aqui a reiniciar as suas funções, a Dra. Gisélia Nunes e o Henrique Bastos. Bem-vindos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Santos, do PS. =====

=====
Boa tarde. Vou tentar ser breve, até porque já nos estamos a alongar muito neste período, mas não queria deixar de dizer para entrada duas coisas: uma delas, queria também manifestar o desejo de melhoras na saúde do meu colega Jorge Oliveira e Silva e da D. Isabel que estão doentes e também vou, tal como os meus colegas, frisar a nota positiva em relação ao novo Centro de Saúde. Não é demais falarmos nisso, até porque considero que é concerteza um dos eventos mais importantes que marcou socialmente e até politicamente a realidade do concelho e da cidade de Oliveira de Azeméis durante este ano, pela importância e pelo impacto, que já foi aqui falado diversas vezes. No entanto, não quero deixar de salientar uma nota que nos causou algum constrangimento e até alguma tristeza e que se prende com o facto que logo que cheguei de férias e quando levanto o blackout do meu consultório me aperceber que aqueles espaços interiores merecem ser ajardinados, não me parece que seja uma questão tão complicada assim, tinha ervas até meio da janela. Essa é uma parte triste daquela obra que quer profissionais, quer cidadãos têm vindo a manifestar e eu própria sinto que aquilo manifesta se calhar alguma distração que não tem tanto a ver com a crise económica, mas se calhar tem mais a ver com uma crise emocional ou afectiva, porque efectivamente não me parece assim tão complicado. Lembro que o Senhor Presidente efectivamente quando fez o seu discurso no período de inauguração, estive atenta a isso, falou de alguma ideia de ajardinar a parte de trás, o canteiro que está atrás, esse até menos visível, mas não menos importante. Agora realmente quando se entra ali e se vê aquela zona em frente empedrada, só com pedrinhas e depois aquela zona interior que sem dúvida nenhuma cria alegria àquele espaço e eu quero lembrar que este tempo de crise que todos já aqui falamos, estamos sempre a falar de crise, é uma crise, a crise pode ser construtiva, portanto crise só não é uma coisa negativa. Agora, nós não estamos só a atravessar tempo de crise, estamos a atravessar se calhar até uma realmente, mas interessa-nos a realidade local e nacional, estamos a atravessar período de grande depressão e essa sim deve preocupar todas as pessoas, porque já não estamos só a falar só de uma coisa que impulsiona a mudança, mas estamos a falar de um problema que tem que ser tratado e é deveras preocupante. Portanto, Senhor Presidente, em relação a esses espaços ajardinados que se calhar para algumas pessoas é uma questão menor, para mim é uma questão maior e tem sido muito comentada quer pelos funcionários, quer pelos cidadãos e pela pessoas que por ali passam e que quero lembrar que se calhar as pessoas não têm noção mas passam por ali umas centenas largas, senão mesmo um milhar de pessoas por dia, porque são muitos médicos, muitos utentes, muitos profissionais que ali estão a trabalhar, portanto a visibilidade dessa questão é grande. Em relação a isso, eu gostaria que me respondesse se assim não for possível, com uma resposta que não fique assim por aquela situação “eu estou a pensar nisso ou estamos a pensar nisso”, mas gostaria até de uma resposta mais concreta do que é que vamos fazer e de quando é que vamos fazer, até porque as pessoas questionam-me sobre isso e eu gostaria de ter uma resposta sobre essa questão. Da mesma forma, para não me alongar, colocava-lhe o pedido também de uma resposta idêntica a algumas questões que já aqui têm sido abordadas e que até se prendem de certa forma com o tema que eu aqui trouxe, porque tem a ver com a cultura, com o

entretenimento e isso é que são os factores que não podendo ser resolvidos rapidamente podem ser anti-depressivos para uma comunidade. Estou a falar do Cine-Teatro Caracas, estou a falar do Café Arcádia mais uma vez e acrescento ainda a questão do Salão Nobre que vejo aquilo ali parado, não sei qual é o projecto, o ex Salão Nobre, aquela zona ao pé do mercado e esta é uma zona central, antiga e cultural que deve ser preservada e que eu tenho notado que está assim um bocadinho ao abandono, as pessoas já pouco por lá passam porque realmente não há ali aspectos atractivos que as façam ali passar. Portanto, é da vida afectiva que eu estou aqui a falar hoje, para que o slogan “Azeméis é Vida” não caia naquilo que eu já tenho estado a ouvir muitas vezes dizer “Azeméis é crise ou Azeméis é triste”. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Marco Azevedo, do PSD. =====

===== Boa tarde. O mês que agora termina ficou marcado pelo arranque do ano escolar. No nosso concelho de Oliveira de Azeméis, o início do ano escolar ocorreu sem sobressaltos, com a actividade a decorrer de forma normal e organizada. Neste particular, é com agrado que registamos o investimento que o Executivo Camarário tem efectuado na área da educação. Pensamos que a aposta na educação e o investimento nesta área, nunca é demais, dada a importância do ensino para tornar o nosso Concelho ainda mais competitivo. Os agentes políticos têm de encarar a educação como uma prioridade. Um pilar fundamental para o desenvolvimento de Oliveira de Azeméis e de Portugal. Gostaria sobre este propósito, destacar a planificação atempada dos investimentos, intervenções e reparações que foram realizados pela Câmara Municipal nos estabelecimentos de ensino e que permitiram que no arranque das aulas os alunos de diversas escolas do concelho tivessem à sua disposição as melhores condições de aprendizagem. Falo especificamente de investimento na melhoria dos estabelecimentos de ensino que ascenderam a aproximadamente 150.000€. Em tempos difíceis, temos noção do esforço realizado, mas consciência que esta visão de melhoria das condições de ensino tem de ter continuidade no futuro, pois não obstante o muito já realizado, ainda muito há certamente a fazer. No entanto, para promover a qualidade de ensino não basta apenas proporcionar as condições materiais. É pois com satisfação que registamos que os serviços de transporte e acesso a refeições estão a funcionar bem. Gostaria ainda de realçar a distribuição dos kit's de material escolar a todos os alunos do concelho como uma medida particularmente importante no incentivo aos alunos carenciados. De todos os investimentos no sector da educação que foram realizados recentemente no nosso concelho, temos de destacar o novo Centro Escolar de Azagães, um centro escolar de excelência, construído de raiz e que está já a servir uma importante comunidade escolar. É com agrado que constatamos a grande qualidade do estabelecimento, assim como estar dotado de todas as valências, desde salas de aulas, refeitório, salas polivalentes e biblioteca escolar, necessárias para a qualidade no ensino. Como Carregosense, reitero o convite a participarem na inauguração deste Centro Escolar, integrado

nas Comemorações do Centenário da República. Ainda no âmbito do tema da educação, não poderia terminar esta minha curta intervenção sem deixar de dar os meus parabéns ao Agrupamento de Escolas Bento Carqueja, distinguido com o prémio Escolar Montepio. O prémio Escolar Montepio foi criado em 2008 pela Fundação Montepio e visa distinguir o desempenho dos estabelecimentos de ensino do nosso país e estimular a apresentação de projectos educativos inovadores e orientados para a melhoria das condições de aprendizagem e formação dos alunos. O projecto apresentado pela Escola EB2/3 Bento Carqueja foi um dos quatro premiados este ano. Repito que se trata de um prémio de excelência, de âmbito e projecção nacional, e que dá visibilidade à qualidade bem patente do ensino público que existe em Oliveira de Azeméis. Este prémio reforça certamente o incentivo de todos os agentes com responsabilidades na área da educação, desde os alunos aos professores, passando pelos pais e auxiliares, para trabalharem com o objectivo de promover uma efectiva e contínua qualidade de ensino. São estes exemplos que dão força para continuar o bom trabalho efectuado. Obrigado.

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS. =====

===== Quero só falar do Ano Europeu ou Mundial da Erradicação da pobreza, que vai encerrar dentro de dias e que foi uma campanha que sensibilizou todas as freguesias de uma forma séria, organizada e bastante intensa. Dizer que o ano acaba, mas muito mais se pode fazer e aproveito esta oportunidade para dizer qual é a minha participação nesta iniciativa. Vou dar continuidade àquilo que no ano passado apelidei de Corridas Solidárias, que no ano 2009 rendeu cerca de € 3.100,00 (três mil e cem euros), rendeu € 1.500 para a Santa Casa da Misericórdia, €850 salvo erro para o Lar Pinto de Carvalho e €830 se não estou em erro para a CERCIAZ. Assim, no ano 2011 a iniciativa irá voltar com o mesmo princípio, irá ser qualquer coisa arrojada, será uma corrida de Setúbal até Oliveira de Azeméis, qualquer coisa como cerca de 300 kms, será feito normalmente em etapas. Foram já escolhidas as associações: uma delas faz uma luta tremenda contra a pobreza todos os dias, os Vicentinos de Oliveira de Azeméis e a outra já se falou aqui muito nela, é de todo o mérito e beneficia todo o concelho embora seja sediada na minha freguesia, que são os Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis. Nesta fase o que se pretende é só divulgar, estão cá os Presidentes de Junta, está aqui a Assembleia Municipal, está aqui a Câmara Municipal, são as pessoas que serão os tentáculos em todas as freguesias da iniciativa, que pretende só juntar dinheiro, se bem que esse dinheiro reverterá a favor destas associações e que nesta fase o que se pretende é a divulgação dessas duas e principalmente dos Vicentinos, que é menos conhecido o trabalho que eles fazem, estão ali sedeados perto da paróquia e qualquer pessoa pode todos os dias ir lá e ver o trabalho excepcional que essas pessoas fazem. A minha participação para além do que já fiz das outras vezes, por cada quilómetro que eu faça atribuo um euro, as senhas de presença da Assembleia Municipal irão para esta campanha, as senhas da Assembleia Metropolitana irão

para esta campanha, mesas de voto e outros prémios de mérito e outras coisas que de vez em quando surgem irão para esta campanha. Devo dizer que ainda não começou e já lá tem cerca de € 1000. O que se pretende neste momento é divulgação e que todos estejam sensibilizados para isto, porque quanto maior for o sucesso da campanha mais estas instituições receberão. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Hermínio Loureiro, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Pegando já nesta última intervenção do Ricardo Bastos, tenho que lhe dar os parabéns pela iniciativa e pelas corridas solidárias e que tenha muita força nas pernas para fazer muitos quilómetros que isso é bom sinal e uma boa maneira de estar em forma e estar em forma com solidariedade e, portanto, tenho de o felicitar obviamente por isso. Dar-lhe nota que chegará a altura para fazer o balanço do Ano Europeu da Luta contra a Pobreza e Exclusão Social e que foi dito pelo Senhor Presidente do Instituto da Segurança Social, Dr. Edmundo Martinho, que estas comemorações em Oliveira de Azeméis competiam com as comemorações nacionais, foi dito por ele aqui, portanto, não foi ninguém que ouviu, foi ele que disse aqui e acho que ele foi justo e esse trabalho tem sido superiormente coordenado pela Dra. Gracinda Leal, pela sua Rede Social e tem nos dezanove Presidentes de Junta os pilares fundamentais para o sucesso da Estafeta da Solidariedade que tem decorrido e está a percorrer todas as freguesia e cá estaremos depois para o encerramento. O Ano é Europeu, depois também temos o Dia Mundial da Erradicação da Pobreza com um outro conjunto de iniciativas que nós vamos assinalar, porque conforme o Senhor Deputado Ricardo Bastos disse esta questão da pobreza é uma questão que estará cada vez mais em cima da mesa, pobreza envergonhada, outro tipo de pobreza, mas infelizmente por razões que não vale a pena estar aqui porque nós não devemos politizar essas questões, nós não devemos politizar essas matérias, mas infelizmente a nossa sociedade nessas matérias tem tendência a piorar. Quanto às questões colocadas pela Dra. Helena Santos, deixe-me dar-lhe aqui uma nota que é para ficarmos todos a perceber do que é que estamos a falar: se a Senhora não gosta daquele jardim cá de fora, do estacionamento e do tapete betuminoso, a responsabilidade é da Câmara Municipal; do muro para dentro, Senhora Dra., a responsabilidade é toda da Administração Regional de Saúde. Quero-lhe dizer, aliás já o disse aqui na Assembleia Municipal, que uma vez entrei lá e um senhor perguntou-me o que é que eu lá andava a fazer e eu saí, era o empreiteiro que lá estava que não me conhecia de lado nenhum, não tinha razão nenhuma para me conhecer e disse “o que é que o Senhor anda aqui a fazer?” e eu disse “só ando a ver” e ele disse “mas a ver o quê? ponha-se lá fora” e eu vim-me embora obediente. A Senhora Dra. Odete Pinho, tudo aquilo que nos tem pedido, solicitado, nós temos feito porque entendemos que é fundamental uma parceria e o bom relacionamento. Relativamente ao ajardinamento do espaço interior, nós gostamos que toda a gente se sinta bem

em Oliveira de Azeméis, mas que toda a gente se sinta bem, não é agora dizer “mas os Senhores não fizeram”, nós não fizemos nem temos nada que o fazer, se fizermos é porque queremos e porque achamos que as pessoas merecem e queremos que elas se sintam bem. E o compromisso que foi assumido foi: “os senhores colocam o sistema de rega e nós tratamos dos jardins”. Repare que eu tenho sempre os Senhores Presidentes de Junta a reclamar da rotunda A e a rotunda B e depois estar a gastar dinheiro em jardins interiores no Centro de Saúde. Eu acho que isto não é gastar dinheiro, porque eu quero que aquilo esteja muito bonito, muito bonito, aliás o seu gabinete está muito bonito como eu tive a oportunidade de ver quando foi a inauguração do Centro de Saúde. Mas dizer-lhe que o que nós queremos é que as pessoas que lá vão se sintam bem e isto é uma parceria e eu vou obviamente na segunda-feira, amanhã não, mas na segunda-feira vou falar com a Dra. Odete Pinho e vou dizer “Senhora Dra. já tem a rega, já meteu a rega?” e ela diz-me “já” e eu garanto que nessa semana começa o jardim. A Senhora Dra. não se deve preocupar, nem se preocupe com isso, peço imensa desculpa isto não é nada pessoal, mas repare uma coisa: a resposta da Câmara Municipal perante aquilo que nós somos confrontados diariamente nas relações com outras instituições quando vamos pedir alguma coisa a algum instituto público ou qualquer coisa a resposta é não e acabou, eu bem posso reclamar “fica bonito”, mas dizem que não e é não. Repare a resposta da Câmara Municipal a essa sua pretensão podia ser não, agora Senhora Dra. nós mostramos boa vontade para colocar o Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis mais bonito, não me parece justo a Senhora vir aqui perguntar “ouça lá, então quando é que faz lá o jardim e a rega”. Ouça a Câmara Municipal não tem que fazer nada, está a perceber? A Câmara Municipal já disse que fazia, mas também deixe-me dizer-lhe uma coisa, não é a Senhora Dra. que vai obrigar ou pressionar a Câmara Municipal, porque nós relacionamo-nos com instituições e eu falo com Senhora Directora do ACERS e é com ela que eu me entendo. Fica resolvido esse assunto, é com ela que eu tenho que me relacionar. Eu até pensei que a Senhora Dra. ia falar que os computadores iam abaixo, que o elevador não está lá, sabe porquê? Porque eu recebo dezenas de cartas de pessoas a dizer “os senhores fizeram o Centro de Saúde e não puseram lá o elevador” e eu podia cometer a indelicadeza e dizer “eu não tenho nada que meter o elevador. Escrevam ao Eng.º Sócrates”. Não faço isso, respondo às pessoas a dizer “remeto essas cartas para o Centro de Saúde” e nem digo às pessoas de quem é a responsabilidade, porque se não está lá o elevador é porque não houve possibilidades de pôr o elevador, se os computadores vão abaixo é porque o sistema da EDP, a rede energética ainda não está bem feita. E o que ainda pode vir a acontecer relativamente a essas questões das EDP, isto rege-se por instituições. Ainda hoje falei com o Senhor Vice-Presidente da ARS sobre essa matéria, porque o próprio empreiteiro que estava lá a fazer a obra não fez tudo como devia fazer e como sabe a EDP é uma empresa muito rigorosa e se aquilo não está igual ao projecto a EDP diz “nós não vamos fazer, porque aquilo não está igual ao projecto” e andamos aqui todos com paninhos quentes a tentar ver se a coisa funciona bem e como o jardim vai ser bonito, vamos arranjar umas plantas bonitas, porque eu quero aquilo bonito e quero que os profissionais que lá trabalham andem

satisfeitos e as pessoas que lá vão para serem atendidas também sejam bem atendidas. Quanto às outras questões que me colocou, são questões que estão em agenda. A questão da recuperação do Cine-Teatro Caracas como sabe nós tivemos uma reunião com o Ministério da Cultura, tive aqui a oportunidade de o dizer, para a requalificação da sala, havia um primeiro projecto e uma primeira ideia de uma sala com mais de seiscentos lugares. Neste momento, não há qualquer financiamento para esse tipo de salas e, portanto, quer o QREN, quer os regulamentos nacionais não apoiam salas com este número de lugares, nem em capitais de distrito, portanto aquilo que nós temos e já estamos a trabalhar, já temos um projecto diferente que está a ser trabalhado com o próprio Ministério da Cultura, com a Direcção Geral dos Espectáculos, os nomes estão sempre a mudar, mas acho que é este, ou Direcção Geral das Actividades Culturais para que nós possamos ter o Caracas requalificado. A questão do Arcádia, infelizmente não tenho novidades para lhe dar, como sabe aquilo está nas mãos de um privado, o processo são montanhas de papéis, aquilo já andou até ao Supremo, o privado está à procura de parceiros, foi isso que ele nos disse na última conversa que tivemos com ele, porque nós pressionamo-lo no sentido de abrir o espaço e ele disse que neste momento de crise está à procura de um parceiro para poder abrir o espaço e estamos também a trabalhar num projecto de requalificação do Salão Nobre para uma candidatura ainda ao QREN e isso está nas mãos do nosso Departamento de Obras Municipais, na Arqt.^a Maria Emília. Quanto à questão que o Senhor Marco Azevedo falou, já aqui foram dados os parabéns ao Agrupamento de Escolas Bento Carqueja, o prémio foi de € 25.000 (vinte e cinco mil euros), foram quatro escolas escolhidas, um júri bastante exigente, com ex-Ministros da Educação e com personalidades incontornáveis e dar nota que também registamos com apreço a tranquilidade do início do ano escolar e que ainda estamos a avaliar. Estão todos convidados no próximo 05 de Outubro para a inauguração do Centro Escolar de Azagães, que não será ao meio-dia como inicialmente e foi muitas vezes dito, porque houve uma alteração de procedimentos a nível do Governo, porque o Governo quer estar presente nos cem estabelecimentos de ensino que vão ser inaugurados nesse dia e, portanto, como não havia cem Membros do Governo ao meio-dia teve que haver aqui algum desfasamento de horários, mas nós contamos com a presença de um Membro do Governo no dia 05 de Outubro em Carregosa, em Azagães e estão todos obviamente convidados para isso. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor José Oliveira, do PSD. =====

===== Muito boa tarde a todos. A minha intervenção prende-se não com um mas com um conjunto de factos e eventos desportivos que se têm realizado entre nós. Antes de mais, gostaria de salientar que tem sido com orgulho que o Partido Social Democrata de Oliveira de Azeméis sempre deu um especial destaque às questões do desporto. Somos um concelho com fortes tradições desportivas e onde há cada vez mais jovens a praticar desporto também fruto desse

constante investimento nessa área. É pois com agrado que registamos a realização nos últimos meses de eventos como o Open Ténis de Azeméis e a chegada de uma etapa da Volta a Portugal em Bicicleta. Os nossos jovens precisam de ter referências que os entusiasmem para a prática desportiva e nessa medida estes eventos são fundamentais porque motivam e estimulam a nossa juventude. Com a realização do Open Ténis de Azeméis assistimos ao regresso das grandes competições de ténis à nossa cidade. É reconhecido o sucesso que esta modalidade tem entre nós e também é reconhecido o trabalho de formação e desenvolvimento localmente. Um trabalho que em concreto neste torneio deu frutos muito positivos, já que o seu vencedor foi um Oliveirense, o João Domingues. Está de parabéns, pois, a Câmara Municipal e o Clube de Ténis de Azeméis por esta organização que esperamos possa ter continuidade no futuro. Da mesma forma está de parabéns a Câmara Municipal por ter conseguido atrair para a nossa cidade a chegada de uma etapa da Volta a Portugal em Bicicleta. Foi como sabemos uma aposta ganha, ganha a vários níveis. Do ponto de vista organizacional, ficou mais uma vez comprovada a nossa capacidade de estar à altura destes grandes eventos. Correu tudo bem apesar da logística complexa que um evento destes significa. Do ponto de vista benefício para o comércio local, de hotelaria a restauração em particular, penso que os efeitos foram mais dos que evidentes, julgo mesmo que alguns dos nossos comerciantes foram apanhados desprevenidos, não estando preparados para responder à afluência das pessoas que se verificou no dia 05 de Agosto na nossa cidade. Do ponto de vista desportivo, foi possível proporcionar aos Oliveirenses um grande acontecimento na sua própria cidade, assistindo a uma festa de desporto por excelência. Se virmos este evento do ponto de vista cultural e promocional então estamos a falar de um investimento absolutamente extraordinário. Um investimento com impacto difícil de calcular de tão significativo que é. Muitas das nossas associações, grupos musicais, produtos regionais como o pão de Ul tiveram aqui uma oportunidade única de se promoverem através do programa “Há Volta” da RTP. Estivemos em directo quase duas horas para o País inteiro a promover o que é nosso e fizemo-lo muito bem. A Bancada do PSD envia desde já as suas felicitações a quantos neste dia deram o melhor de si, para que este programa fosse considerado publicamente pelos responsáveis da RTP como um dos melhores. Temos de dar também os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara, pela forma como representou Oliveira de Azeméis neste mesmo programa. Deixou-nos muito orgulhosos da nossa terra, transmitindo para fora a imagem de um município moderno, dinâmico e de aposta no futuro. Queríamos ainda dizer que por nossa parte a Câmara Municipal terá sempre o nosso apoio para repetir sempre que possível estas ou outras iniciativas, porque Oliveira de Azeméis e os Oliveirenses é que ganham com isso. Obrigado. ==

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Eu queria falar dos votos de louvor. De acordo com a acta da última Assembleia Municipal, foram aprovados aqui quatro votos de louvor, entre os quais três referentes à arte da

bola: ao Cesarense, ao Carregosense e ao Oliveirenses Basquetebeol, que penso que foi o mesmo repetido hoje, de qualquer forma quatro votos de louvor, mal sabíamos nós que também teríamos que acrescentar a estes quatro votos de louvor o Sporting Clube de Bustelo, porque entretanto também foi promovido ao escalão nacional. É um pequeno lugar, é um grande clube, é uma gente bairrista que merece ser reconhecida. Parabéns particularmente à sua direcção e à massa associativa. Na arte da bola e do desporto estamos muito bem afirmados, assim o pudéssemos dizer nas outras artes e dimensões da vida. Outro assunto que eu queria referir, foi notícia esta semana, a homenagem ao Senhor Valdemar Silva, um homem do povo que dedicou a sua vida à arte de bem cantar ao desafio, fosse em romarias, fosse em espectáculos exclusivamente organizados para o efeito. Não há região do País onde ele não tenha sido convidado a actuar. Um dos seus maiores sucessos terá sido a representação desta região na Expo 98, a freguesia de S. Roque tendo-lhe já prestado homenagem a 08 de Dezembro de 1996, há catorze anos, não pode deixar de associar-se e solidarizar-se com mais esta homenagem municipal. Não sendo daquelas manifestações culturais que arrastam multidões, não deixa de constituir um reconhecimento oportuno a homenagem promovida pela Câmara no passado dia 25, que lhe proporcionou o merecido conforto e alento. Outro assunto que eu queria falar e que já foi aqui abordado é o saneamento. O Senhor Presidentes já se referiu de uma forma macro ao saneamento e eu queria-me referir ao nível da freguesia, se quisermos à dimensão micro do saneamento. Decorreram já os dois meses de moratória que o proprietário que tinha fechado o terreno nos deu para resolver a situação, os dois meses já passaram e nós estamos com problemas porque o proprietário a qualquer momento ameaça voltar e desta vez não é com fitas, desta vez ameaça mesmo fechar, até porque foi-lhe reconhecida legitimidade para o efeito. Dizer-nos que podemos descarregar em qualquer ponto da freguesia é inviável. Fazer o transporte de tractor até à ETAR como nos propõe é quase como propor-nos despejar o mar com a concha ou despejar o mar ao balde, não é possível. Sei que pelos serviços da Câmara Municipal estão a ser feitas diligências no sentido de encontrar uma solução que optimizaria e diria mesmo a 100% a rede instalada, porque nós temos felizmente muita rede instalada que não estamos a tirar proveito dela. Pedia ao Senhor Presidente da Câmara o ponto da situação sobre estas diligências que estão a ser feitas e já agora não permita que se instale ou se consolide nas nossas cabeças a ideia de uma desigualdade de tratamento. Eu sei que não é essa a sua proposta, sei que não é essa a sua forma de estar na vida, mas também sei que às vezes há colaboradores ou há pessoas que podem andar perto, que às vezes são mais papistas que o Papa, não permita que isso se instale e também não lhe quero dizer que nos prove o contrário, tenho a certeza que no seu espírito estará esse sentimento, portanto, não permita que isso possa nem num minuto pairar, isto a propósito da intervenção do Senhor Armindo que ele sente um bocado isso e se calhar esse sentimento começa a generalizar-se e era bom que isso não acontecesse. Obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Rui Nunes, do PSD.* =====

===== *Boa tarde a todos. A razão de ser desta intervenção prende-se com uma questão muito simples, mas que tem directamente a ver com o fenómeno que nos devia mover a todos e que basicamente consiste no seguinte: no flagelo que vivemos nestas épocas que todos quando ligamos os aparelhos, televisão e rádio, temos motivos para apontar os dedos uns aos outros. Independentemente das nossas cores partidárias, temos algo a enaltecer e esse algo prende-se com um movimento associativo, que tem a ver precisamente com a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, que comemorou no passado dia 15 ou 12, se não estou em erro, os seus vinte e cinco anos de existência. É importante perceber de que o caminho para o futuro passa por esta relação de dependência de todos os municípios que fisicamente estão ligados entre si e por vezes nós aqui tão perto, também em termos de densidade populacional e também em termos de espaço estamos tão pertinho uns dos outros, não vemos que as soluções passam por este esforço de união. Temos que assumir que esta Associação de Municípios de Terras de Santa Maria tem desenvolvido um esforço que aponta no sentido correcto que é o da conjugação de esforços, no sentido de encontrar soluções de consenso para a resolução de problemas que não se encontram à escala do concelho, à escala do distrito, à escala do País, à escala da Península, à escala da Europa e tão pouco à escala mundial. Portanto, é dentro deste contexto que eu talvez de uma forma enaltecida e com alguma ênfase deixo um apelo a todos nós, independentemente da cor que todos tenhamos, um é do Benfica, outro é do Sporting, isso não é muito importante, mas seria extremamente importante que para o futuro tomássemos por princípio este espírito de associação e de facto nos solidarizássemos com ele e de facto percebêssemos que só com esta conjugação de esforços, o encontrar soluções construtivas e pela positiva poderemos de facto resolver os problemas que a todos nos afligem, a quem nos vai suceder também vão afligir e que de alguma forma poderemos dar um contributo positivo para o crescimento não só da nossa região, mas também do nosso País. Parece-me que esta situação, da criação da Associação de Municípios, a celebração do seu aniversário, é digna de registo e merece da nossa parte um voto de louvor e este mesmo eu deixava à vossa apreciação, sendo certo que em termos pessoais expresso, e penso que também em termos da Bancada do Partido Social Democrata, um voto de agradecimento a todos que de forma directa ou indirecta têm colaborado para o engrandecimento da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou à votação um voto de louvor à Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, pelo trabalho desenvolvido ao longo dos seus vinte e cinco anos, o qual foi aprovado por unanimidade.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício disse:* =====

=====
Vou dar nota dos tempos gastos: o Partido Socialista dos 19m e 30s gastou 37m; o PSD de 36m e 30s gastou 21m; o CDS com direito a 3m gastou 10m. Por isso, continuamos a ser permissivos à obrigatoriedade que devia ser aqui cumprida no Regimento.
=====

=====
Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa em exercício concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.
=====

=====
Obviamente que nós nos associamos à questão do Bustelo, aliás é um clube que para além do sucesso desportivo não pára de fazer obra, que depois também nos dá uma dor de cabeça, não é Senhor Presidente da Junta? O Bustelo está ali a querer fazer mais obras, as alturas não são fáceis, mas também não podemos ficar indiferentes como disse ao trabalho que é feito e é um clube que tem dado provas, tem conciliado a requalificação do seu espaço desportivo com o sucesso também desportivo. A homenagem, fez bem em referir porque às vezes estas coisas passam despercebidas, a homenagem ao Senhor Valdemar Silva foi um momento importante do ponto de vista da valorização cultural do concelho. É evidente que é numa especialidade que é preciso gostar, nem toda a gente gosta de ouvir cantar ao desafio, mas eu fiquei com a sensação que apesar da idade o Senhor Valdemar Silva ainda ali está para as curvas e que temos descendentes aqui em Oliveira de Azeméis à altura, quer o filho, quer outras pessoas de Oliveira de Azeméis que tiveram oportunidade ali de cantar ao desafio, estão numa forma invulgar e acho que vamos continuar a ter por muitos anos também referências em Oliveira de Azeméis como foi o Senhor Valdemar Silva, que é claramente um ícone e uma referência extraordinária nesta matéria. A questão do saneamento básico como falou, já tive a oportunidade e por isso me penitencio também porque acho que gastei mais tempo do que aquilo que devia ter gasto hoje para corresponder aos pedidos do Senhor António Grifo, mas do ponto de vista da solução micro, que é aquela que estamos a trabalhar, nós demos ao Eng.º Fernandes até ao final do mês, tecnicamente acaba hoje, para nos apresentar uma solução técnica. Temos muita rede feita e que não está ligada, ou seja, há rede instalada e depois há o emissário e não há a ligação feita. Isto não implica nada com aquela questão macro, porque aquilo que estamos aqui a fazer é se calhar ganhar tempo e depois se optarmos pela solução da concessão o que conta por parte de entrada de investimento do Município é o que estiver feito, dentro daquelas que são as nossas possibilidades. Importa aqui também perceber o trabalho de sensibilização que é preciso ser feito para que as pessoas liguem e neste caso concreto atendendo até ao aglomerado populacional desta zona que o Senhor Presidente da Junta de S. Roque falou, eu julgo que era importante nós podermos encontrar aí uma solução para estes problemas até porque o emissário está ali perto, apanha ali uma parte de Nogueira do Cravo e portanto eu julgo que nós vamos esperar por uma boa solução do técnico Eng.º Fernandes, é um técnico municipal e conhece melhor do que ninguém toda a rede, quer de água, quer de saneamento e vamos ver se ele nos apresenta uma solução que se consiga fazer com custos reduzidos e temos

de ter essa preocupação também dos custos. Dar nota que a questão que foi colocada pelo Senhor José Oliveira sobre os eventos desportivos, dizer-lhe que a nossa preocupação é fundamentalmente atrair eventos desportivos desde que eles se demonstrem ser importantes para o concelho, que possibilitem a recuperação dos espaços desportivos, que possibilitem também a valorização da modalidade que diz respeito a esse evento desportivo e que por outro lado promova e dê projecção a Oliveira de Azeméis. É isso que temos procurado, uma relação custo/benefício, aproveitar as oportunidades e deu dois excelentes exemplos, quer o Open Ténis de Azeméis, quer a Volta a Portugal em Bicicleta. Dizer-vos também que a própria Associação Comercial, já nas reuniões que temos de trabalho sobre outras matérias, nos manifestaram bastante agradados com estes eventos e que nos pedem para fazer mais, mas também não podem ser feitos todos os dias, nem todos os meses, nem o nosso calendário, nem o nosso orçamento permite essa matéria. Obviamente temos outros em carteira, eu tenho conversado aqui com o Dr. Pedro Marques sobre isso, temos vários eventos desportivos de dimensão relevante em carteira, de diversas modalidades, porque também aqui queremos atingir diversos públicos, não concentrar tudo na mesma modalidade, mas poder sermos aqui ecléticos também do ponto de vista da organização dos eventos desportivos. Quanto à última questão, terminou com chave de ouro o período de antes da ordem do dia relativamente à Associação de Municípios. É verdade, no dia 16 a Associação de Municípios fez vinte e cinco anos e os actuais Presidentes de Câmara convidaram todos os Presidentes de Câmara da história da nossa democracia, porque mesmo antes de haver Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, já havia uma relação de proximidade entre todos os Municípios e isso foi verificado através da história e, portanto, todos os Presidentes de Câmara foram convidados, de Oliveira de Azeméis esteve o Senhor Ramiro Alegria, o Senhor Ápio Assunção, não esteve o Senhor Comendador Ângelo Azevedo que pediu dispensa para estar por razões de saúde e razões físicas mas esteve ao telefone. Foi um momento simpático porque todos eles usaram da palavra, todos eles contaram experiências e cada vez mais se reconhece que o caminho a seguir no futuro é o associativismo intermunicipal, ou seja, a resolução de problemas como estes que estamos a falar do saneamento, da água, do tratamento do lixo, portanto, há aqui um conjunto de questões relevantes e macro que só conseguem ser resolvidas através do associativismo. Portanto, a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria sempre foi vista como uma associação de referência, uma associação que é muitas vezes dada como exemplo por parte dos governantes pelas boas práticas e pelas boas maneiras e, portanto, foi com agrado que fizemos de forma simples também esta comemoração, assinalamos a passagem destes vinte e cinco anos. Obrigado. =====

===== Após todas as intervenções e esclarecimentos dados, o Senhor Presidente da Mesa em exercício deu como terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”. =====

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====*

===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

===== **Ponto um:** Votação das actas n.º 6 e 7. =====

===== Presentes para aprovação as seguintes actas: n.º 6 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 30.04.2010; n.º 7 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 25.06.2010. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Colocada à votação, a acta n.º 6 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 30.04.2010 foi aprovada por unanimidade. =====

===== Colocada à votação, a acta n.º 7 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 25.06.2010 foi aprovada por maioria, com uma abstenção. =====

===== **Ponto dois:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as actividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, a informação foi distribuída e estamos aqui disponíveis para prestar os esclarecimentos que entender necessários relativamente às actividades municipais que decorreram entre Junho e Setembro. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== Antes de mais boa tarde. No que respeita à informação, nós estivemos a ler com alguma atenção a informação que nos foi facultada e há desde logo uma situação que nos

preocupou, que nos deixou de alguma forma preocupados. Tem a ver com um processo judicial que consta da informação prestada também pelo causídico da Câmara, em que é discutida ou é solicitada a nulidade de uma informação prévia da Câmara Municipal na sequência de uma deliberação tomada em 15 de Setembro de 2009, estará a fazer mais ou menos um ano. Eu tive a preocupação de ler esta acta, a qual tenho aqui, para ver a que é que dizia respeito esta deliberação. Esta deliberação tem a ver com a aprovação de uma minuta de contrato e é referente a um arruamento referente à Rua José Vitorino Barata Feio e prolongando-se no sentido poente e a realizar com Irmãos Castro Gonçalves. O que é que se passa nesta situação? Na altura, a Vereação do Partido Socialista nesta reunião camarária alertou a situação porque de facto achou que além de haver uma violação clara do PDM havia um conjunto de violações urbanísticas que urgia de facto combater. Eu fui ver também, tive a preocupação de ir ver e consultar o parecer técnico da Câmara e mais uma vez não me surpreendi grandemente e mais uma vez fiquei de alguma forma preocupado, ainda mais preocupado com o parecer da equipa técnica da Câmara, que diz o seguinte: “não é aceitável uma proposta de habitação colectiva com estas características num quarteirão com moradias, também não estão garantidas as cedências obrigatórias, nem demonstrado o seu dimensionamento de cedências verdes, equipamentos de utilização colectivas e áreas mínimas drenantes de logradouro por edifício. Não é aceitável a proposta de inserção de um arruamento a menos de trinta metros de uma curva, não garante a largura mínima regulamentar de passeios, não é garantido o afastamento à via principal na proposta do PU. Emite-se parecer negativo.” E na altura a Vereação do PS referiu que havia além de uma violação do PDM um grave ataque urbanístico, até porque na altura vários técnicos estiveram reunidos em Oliveira de Azeméis, dos quais algumas pessoas estão aqui presentes e na altura os anteriores Membros da Assembleia, denunciaram diversas situações de agressão urbanística. Tudo isto ficaria por aqui como as outras agressões urbanísticas, agora surge de facto este pedido de nulidade do Ministério Público que é uma coisa que me preocupa grandemente. Quem fez esta proposta foi o Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares, naturalmente ele defenderá também a bondade da proposta que fez e naturalmente defenderá, mas eu queria saber concretamente qual é a posição do Presidente da Câmara neste momento. O que eu lhe queria perguntar, Senhor Presidente, é: primeiro, se isto não o preocupa; segundo, o que é que fez relativamente a esta questão, não me diga que a deixou aos Tribunais, não me dê essa resposta. Quero saber igualmente o que é que pensa sobre o enquadramento urbanístico disto. Portanto, no fundo além da responsabilidade solidária política que o Senhor teve com todos estes elencos camarários ao longo dos anos, certamente se solidarizará, eu gostaria de saber concretamente e de forma clara o que é que se passa com isto, quais são as implicações disto e o que é que pode acontecer se este pedido de declaração de nulidade eventualmente for aceite porque presumo que o Ministério Público será uma entidade absolutamente independente e que viu aqui de facto motivação para suscitar de facto a nulidade desta deliberação. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar de uma deliberação da Câmara Municipal de 15 de Setembro de 2009, este Executivo e estes Órgãos Autárquicos tomaram posse a 01 de Novembro de 2009, portanto, estamos a falar de uma decisão do mandato anterior. Depois tenho que lhe dizer e obviamente que isso não o surpreende, porque sabe que eu não misturo as coisas nem da política, nem da justiça, à justiça o que é da justiça, à política o que é da política, que estes processos estão a decorrer. E não estão só a decorrer no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, posso-lhe dizer que a Polícia Judiciária também está a acompanhar este processo, aliás a Câmara Municipal já foi notificada e já prestou declarações sobre isso e o Ministério Público. E, portanto, como lhe disse neste momento nós vamos aguardar os desenvolvimentos. A Polícia Judiciária esteve em Oliveira de Azeméis na Câmara Municipal e depois disso já foram técnicos da Câmara ao Porto, à Polícia Judiciária, prestar esclarecimentos e levar a documentação toda que a polícia pediu. Vamos aguardar obviamente pelo desenvolvimento do processo, não lhe posso adiantar mais nada. Nós estamos a falar de uma declaração de uma nulidade de uma minuta de um contrato, nem sequer é um contrato, é uma minuta. Eu enquanto Presidente da Câmara e este Executivo não assinamos contrato nenhum, portanto, aquilo que é pedido é a minuta de um contrato. Isto já foram informações que eu fui recolhendo por parte do jurista que presta apoio à Câmara Municipal. Nós somos a Assembleia Municipal, não somos o Tribunal, nem o Senhor é o Juiz do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, nem eu sou Inspector da Polícia Judiciária e aquilo que nós lhe podemos dizer é isto, não podemos dizer mais nada. O Senhor consultou o processo, pode ir à Câmara Municipal no exercício das suas funções de Deputado Municipal, agora não pode julgar, nem ser Juiz, nem podemos nós agora estarmo-nos a substituir, nem a queimar prazos. O processo está a decorrer, já lhe disse que a Judiciária veio à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, ouviu o Senhor Presidente, o Senhor Presidente falou, a seguir os Inspectores que cá estiveram foram para o Porto, voltaram a contactar a Câmara Municipal, a Câmara Municipal disponibilizou no mesmo dia e na mesma hora os técnicos para irem ao Porto, levaram a mala cheia de papéis, portanto, não vamos aqui nós agora estarmo-nos a adiantar ao trabalho da polícia judiciária, nem do Ministério Público, nem do Tribunal. Vamos aguardar, com toda a serenidade, que tudo se desenvolva. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu novamente o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira. =====

===== Eu não sou juiz, nem quero de forma alguma estar a antecipar decisões ou outras situações. Também não tenho a pretensão porque também sou Deputado Municipal e tenho o legítimo interesse e o dever de lhe perguntar o que é que se passa neste processo, sem o Senhor me estar a recomendar que se eu o quiser saber tenho de ir a Aveiro. Aquilo que eu lhe pergunto

é que o Senhor preste declarações do que é que está afinal em causa neste processo e o que é poderá acontecer neste processo. Eu acho que é legítimo e acho que toda a gente tem o direito de saber. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Toda a gente tem o direito de saber a seu tempo, quando eu tiver alguma coisa a dizer sobre o processo, neste momento como disse não tenho nada. O que eu sei do processo é isto que eu lhe disse, não sei mais nada. =====

===== A Assembleia Municipal tomou conhecimento da referida informação. =====

*===== **Ponto três:** Protocolo de colaboração celebrado com o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, para funcionamento do Banco Local de Voluntariado de Oliveira de Azeméis – Autorização/ Ratificação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado no desenvolvimento de acções indispensáveis à promoção, coordenação e qualificação do voluntariado; - As atribuições dos Municípios no desenvolvimento e consolidação de programas e projectos de interesse municipal, em parceria com as entidades competentes da Administração Central, consignadas pelo artigo 13º e 23º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, conjugado com o art.º 64, n.º4, alínea c) da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro; - Que os Bancos Locais de Voluntariado, criados por recomendação da Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários (2001), são estruturas locais de âmbito concelhio que, actuando em subsidiariedade e usufruindo da proximidade e do conhecimento das características de cada comunidade, contribuem para a promoção, organização e aprofundamento do voluntariado; -Que na promoção e organização do voluntariado, os Bancos Locais de Voluntariado têm um papel relevante que se traduz numa maior eficácia na utilização dos recursos e na dinamização das vontades locais; - O importante trabalho já desenvolvido no âmbito do Banco Local de Voluntariado de Oliveira de Azeméis, em funcionamento desde 2005, no âmbito do Projecto SOLIS, aprovado pelo ISS, I.P., ao abrigo da Medida 1 do Programa para a Inclusão e Desenvolvimento PROGRIDE (com o seu termo a 31 de Agosto de 2010), apresentando-se como uma acção relevante a dar continuidade. Propõe-se: - A aprovação da minuta do referido Protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º4 do artigo 64º alínea c) da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro; -Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os mesmos efeitos e do determinado na

alínea m) n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar da aprovação do protocolo para a criação do Banco Local de Voluntariado. Esta é uma questão que já funciona no nosso Município desde 2005, mas que nunca foi protocolado e a partir do momento em que foi demonstrada essa vontade, foi efectuado o protocolo que fundamentalmente se circunscreve à promoção do voluntariado e que tem feito um trabalho que é apreciado por todos, nomeadamente pela Rede Social. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar/ratificar o protocolo de colaboração celebrado com o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, para funcionamento do Banco Local de Voluntariado de Oliveira de Azeméis. =====

*===== **Ponto quatro:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Florestal do Entre Douro e Vouga, para a constituição de uma Equipa de Intervenção em Espaços Florestais – Autorização. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - O Sector Florestal é essencial ao desenvolvimento sustentável do País; - Cerca de 60% da área do Município de Oliveira de Azeméis é ocupada por espaços florestais; - É competência das Autarquias zelar pela defesa da floresta contra incêndios e protecção de população e respectivos bens, propõe-se: Que seja aprovada a minuta de protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Associação Florestal de Entre Douro e Vouga, e remetida à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar do protocolo de colaboração para a criação/ constituição da equipa de intervenção em espaços florestais. Estamos a falar de um protocolo com a Associação Florestal do Entre Douro e Vouga e como sabem é uma equipa de quatro elementos que

fundamentalmente trabalha na área da prevenção e da protecção do combate aos incêndios. Como sabem 60% da nossa área, é ocupada por espaços florestais e, portanto, há aqui um trabalho muito importante. Esta equipa de intervenção e este protocolo é importante que existam para termos mais um instrumento e mais um meio para resolvermos alguns problemas e um registo de proximidade em contacto com as autarquias e com as Juntas de Freguesia. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Associação Florestal do Entre Douro e Vouga, para a constituição de uma Equipa de Intervenção em Espaços Florestais. =====

*===== **Ponto cinco:** Protocolo de colaboração a celebrar com a GEDAZ no âmbito do programa “Escola a Tempo Inteiro” – AEC’s – Autorização. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Educação e Cultura, consignadas designadamente, nas alíneas d), e e) do n.º1 do art. 13º, art.19º e art. 20º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - A publicação de diplomas que instituem e regulamentam o Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular (AECs) no 1º Ciclo do Ensino Básico e o novo conceito de “Escola a Tempo Inteiro” criado pelo Ministério da Educação, designadamente o Despacho nº 14460/2008 do Ministério da Educação, que dá continuidade ao estipulado no despacho 12591/2006; - Que a Actividade Física e desportiva é uma área de abordagem obrigatória no âmbito do projecto de Actividades de Enriquecimento Curricular. - Que foram apresentadas quatro candidaturas para parcerias no âmbito do desenvolvimento da Actividade Física e Desportiva, todas com mérito e demonstrando possuir os requisitos e capacidade para a execução do projecto. - Que a GEDAZ Empresa Municipal tem vindo a demonstrar apetência para o desenvolvimento de projectos de férias e de formação para crianças e jovens, bem como estrutura e capacidade organizativa e interesse no Desenvolvimento de Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º ciclo, de acordo com o que é evidenciado na candidatura específica, aprovada para efeitos de estabelecimento de parceria neste âmbito. - Que a candidatura foi aceite de acordo com os parâmetros aprovados em reunião de Câmara com o objectivo da selecção de parceiros responsáveis pela coordenação e leccionação da área de Actividade Física e Desportiva no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular, propõe-se: - A aprovação da minuta do Protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a estabelecer com a GEDAZ; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do artº 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a falar das actividades de enriquecimento curricular e estamos a falar nomeadamente naquilo a que diz respeito às actividades de prática desportiva, de expressão física desportiva. A GEDAZ tem experiência nesta matéria e mostrou também disponibilidade para poder integrar estas AEC's e, portanto, este protocolo prende-se com isso, com a disponibilidade e com a demonstração de capacidade por parte da GEDAZ para prestar este serviço.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a GEDAZ no âmbito do programa “Escola a Tempo Inteiro” – AEC's.* =====

===== **Ponto seis:** *Protocolo de colaboração a celebrar com várias entidades, para a criação da Comissão Municipal para a Prevenção de Toxicodependências de Oliveira de Azeméis – Autorização/ Ratificação, bem como convalidação de todos os actos entretanto praticados.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Acção Social, consignadas pelo artigo 13º e 23º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, conjugado com o art.º 64, n.º4, alínea c) da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro; - O importante trabalho de prevenção primária desenvolvido pelo Município de Oliveira de Azeméis, no âmbito do “Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências” (2001-2005) e em outras acções e projectos nesta área, destacando-se no momento actual os Projectos “Trapézio com Rede” e “Riscos Calculados”, no âmbito do Programa Operacional de Respostas Integradas (PORI), coordenado pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência, IP, envolvendo nestas acções um conjunto alargado de entidades locais, entre outras. - A importância da definição de novas medidas e políticas de intervenção conjunta e de parceria activa nas áreas da prevenção das toxicodependências, de informação e sensibilização das populações, de formação de agentes de prevenção, com qualificação especializada e de abertura de oportunidades e reinserção social de indivíduos e grupos com problemas de dependência; - A necessidade de articulação de todas estas medidas de acção local, nas áreas da prevenção primária, secundária e terciária e sua integração num plano geral de intervenção na área das toxicodependências no concelho de Oliveira de Azeméis. Propõe-se: - A ratificação do referido Protocolo, documento este que fica*

arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo do disposto no artigo 137º do CPA, bem como de todos os actos entretanto praticados, com efeitos às datas em que os mesmos respeitem ou foram praticados. - Que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal, para os mesmos efeitos e do determinado na alínea m) n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Esta comissão foi criada e é constituída por doze entidades. Estamos a falar para além da Câmara Municipal, do Instituto da Segurança Social, do Instituto da Droga e da Toxicodependência, da GNR, do Agrupamento de Escolas Couto de Cucujães, da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Ferreira de Castro, da Associação Dianova, do Desafio Jovem, dos Amigos da Terra, da Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis, do Centro Social e Paroquial de Nogueira do Cravo e do Núcleo da Cruz Vermelha Portuguesa de Cucujães. Tem um trabalho importantíssimo na área da prevenção, da informação relativamente à toxicodependência. Depois tem aqui o trabalho de acompanhamento na reinserção social, quer de indivíduos, quer de grupos e, portanto, é muito importante a criação desta comissão, porque como sabem nós não podemos dar tréguas, nem podemos estar descansados e, portanto, temos que ter sempre uma atitude preventiva e não esperar pelas atitudes punitivas que muitas vezes não resolvem o problema e nesta perspectiva julgo que esta comissão pode dar um contributo muito importante a esta perspectiva colectiva que achamos fundamental no combate à toxicodependência.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por autorizar/ ratificar o protocolo de colaboração com várias entidades, para a criação da Comissão Municipal para a Prevenção de Toxicodependências de Oliveira de Azeméis, bem como convalidar todos os actos entretanto praticados.* =====

===== **Ponto sete:** *Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a UAC – “Associação de Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis” – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As acções desenvolvidas pela UAC, em prol da dinamização de centro urbano, no apoio prestado a comerciantes, nas várias acções de promoção do comércio tradicional que tem*

executado; - O Protocolo celebrado em 14 de Dezembro de 2009, precedido de aprovação do Órgão Executivo e Deliberativo de 29 de Setembro e 24 de Novembro de 2009, respectivamente; - Que é intenção dos outorgantes, alterar o teor das cláusulas terceira e quarta, propõe-se: A aprovação da minuta da Adenda ao citado Protocolo com a UAC – Associação de Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Nós estamos a falar de uma adenda que fundamentalmente cria aqui uma nova forma de poder ser efectuado o pagamento, obviamente sempre de acordo com as disponibilidades de tesouraria, mas que esse pagamento possa ser efectuado mensalmente e possa haver aqui possibilidades de resolver estes problemas com a periodicidade mensal, depois de obviamente ser aprovado o plano e de se trabalhar, mas é uma questão de operacionalização e, portanto, para que isto possa acontecer como disse todos os meses. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Bruno Aragão. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Boa tarde a todos. Aqui temos um bom momento para falar de igualdade e desigualdade depois de no “Período de Antes da Ordem do Dia” o assunto ter sido mais quente. A questão é muito simples, o que estava estabelecido, o que acontece com todas as colectividades, com as associações, com as Juntas de Freguesia é que há um plano de actividades. Há cabimento orçamental no caso das Juntas, as associações fazem as suas contas, no fim dessas actividades submetem esses relatórios à Câmara Municipal e a Câmara Municipal decide se comparticipa ou não essas actividades. Neste caso, há uma alteração ao protocolo e há um tratamento claramente diferente de uma associação. Até aqui nada a opor a menos que se justifique naturalmente porquê este diferente tratamento no caso da UAC. Independente dos seus méritos, naturalmente, o que é que justifica que neste caso em relação às outras instituições e colectividades e Juntas de Freguesia haja um tratamento diferente. É que aqui há o pagamento da despesa e posteriormente então a apresentação dos relatórios e de todos estes documentos. Este é claramente um caso que trata de forma desigual as associações. A menos que digam

quais são as especificidades das actividades da UAC, o que é que justifica a necessidade desta diferenciação, não faz sentido haver tratamento diferente para as associações. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Dar-lhe nota que a UAC não pode ser equiparada como uma outra associação. A UAC tem características muito próprias, tem especificidades muito próprias e entendemos que do ponto de vista da operacionalização e do funcionamento da UAC estes pagamentos possam ser feitos de forma mensal, mediante disponibilidade de tesouraria e sempre que se justifique que isso assim aconteça. Se não fizessemos esta adenda isso não era possível fazer-se e isso ia criar aumento de custos administrativos e outro tipo de custos, portanto, é uma forma de operacionalizar. Eu respeito a sua opinião como é evidente, é uma opinião válida, mas a nossa opção foi esta, poder criar condições para que este pagamento pudesse ser feito mensalmente. =

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu novamente o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão. =====

===== Eu percebo isso que disse, a minha questão não é se há especificidade nesta associação, uma banda de música não tem nada a ver com um clube desportivo. Cada um tem as suas especificidades, eu quero é saber quais são essas especificidades ou então que se dê a oportunidade a outras associações, colectividades e Juntas de Freguesia de fazer isso ou terem a mesma possibilidade. Essa é a minha questão, já não me contento com algumas respostas redondas, quais são? É muito simples e isso permitirá naturalmente avaliarmos melhor. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== É muito simples, claro que desejo dar os esclarecimentos todos, agora já sei que é muito difícil as pessoas mudarem de opinião. Qual é a diferença entre esta associação? Eu pensei que o Senhor sabia, é que da Banda de Música de Loureiro e da Banda de Música do Pinheiro eu sou sócio, mas é o Hermínio Loureiro, da UAC a sócia é a Câmara Municipal. A Câmara Municipal é sócia desta associação, é a Câmara Municipal e é a Associação Comercial. São as únicas duas e, portanto, por isso é que eu disse que era uma especificidade muito própria. A Câmara Municipal não é sócia das colectividades, eu sou do ponto de vista pessoal, de algumas, não sou de todas, mas a especificidade a que me referi é só essa. O pagamento pode ser anual, como também pode ser mensal ou semestral, nós entendemos que do ponto de vista da operacionalização devia ser mensal, mas respeitamos como é evidente quem pensa o contrário. =====

=====
Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por maioria autorizar a celebração da adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a UAC, com a seguinte votação: a favor - vinte e cinco votos do PSD, dois votos do CDS e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; contra – quinze votos do PS. =====

=====
Ponto oito: *Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a CERCIAZ – “Centro de Recuperação de Crianças e Jovens Deficientes e Inadaptadas de Oliveira de Azeméis, C.R.L” – Autorização.* =====

=====
Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Em 03 de Setembro de 2007, foi celebrado com a “Cerciaz - Centro de Recuperação de Crianças e Jovens Deficientes e Inadaptadas de Oliveira de Azeméis, C.R.L.”, Protocolo de colaboração, o qual define os termos e as condições da colaboração institucional com vista a, por um lado, permitir aplicar e rentabilizar as capacidades obtidas, pela formação profissional, na valência “jardinagem” e, por outro, a manutenção regular e sistemática de espaços verdes situados no Município de Oliveira de Azeméis; tendo sido em 26 de Outubro de 2007 e em 8 de Janeiro de 2008, objecto de Adenda, para alteração da redacção do número 1 e 3 da Clausula Terceira e da cláusula Quarta; - É intenção dos outorgantes, alterar o teor da Clausula Terceira do mesmo, propõe-se: - A aprovação da minuta de Adenda ao Protocolo de Colaboração, a celebrar com “Cerciaz - Centro de Recuperação de Crianças e Jovens Deficientes e Inadaptadas de Oliveira de Azeméis, C.R.L.”, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo da alínea b) do n.º4 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro; - Remetê-la à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea q) do n.º1 conjugada com a alínea m) do n.º2 do art.º 53º do mesmo diploma.” =====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
Estamos a falar do trabalho extraordinário que a Cerciaz faz no tratamento das rotundas, ou seja, no aproveitamento da formação que é ministrada aos jovens da Cerciaz na área da jardinagem. E, portanto, há aqui alteração das rotundas que estavam adstritas ao protocolo que a Cerciaz tinha comprometido, há aqui troca por outras noutras freguesias. Permitam-me que aproveite este ponto da ordem de trabalhos para dizer, porque acho que pelo menos se deve perspectivar ou dizer que está a haver um esforço de coerência paisagística nas rotundas da cidade de Oliveira de Azeméis e espalhá-las para as freguesias e uma preocupação muito especial, aliás já foi objecto de discussão em reunião de Câmara por proposta também do Partido Socialista, para que as rotundas das freguesias que fazem fronteira com outros

concelhos possam de alguma forma marcar um pouco a diferença para as pessoas sentirem que estão a chegar a Oliveira de Azeméis, que haja uma preocupação especial com essas rotundas. Nós temos muitas rotundas, o objectivo era embelezá-las todas com a tal coerência paisagística, estamos a fazer, estamos a trabalhar e nesse aspecto a Cerciaz tem sido um parceiro excelente nesta matéria e tem pautado com qualidade o trabalho que faz no tratamento destes espaços públicos. Muito obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração da adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a CERCIAZ – “Centro de Recuperação de Crianças e Jovens Deficientes e Inadaptadas de Oliveira de Azeméis, C.R.L”. =====

*===== **Ponto nove:** Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Palmaz, para a realização de obras de manutenção e conservação da Escola EBI de Palmaz – Autorização. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Educação, Tempos Livres e Acção Social Escolar consignadas designadamente, nas alíneas d), f) e h) do no n.º1 do art. 13º, art.19º, art. 21º e art. 23º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - As competências em matéria de planeamento gestão dos equipamentos educativos, designadamente, no domínio da construção, apetrechamento e manutenção dos Estabelecimentos Escolares do Ensino Básico, e do apoio ao desenvolvimento de actividades complementares de acção educativa – previstas na alínea b) do n.º1, e n.º3, alínea e) do art. 19.º do citado diploma; - O previsto no artigo da Lei 159/99, de 14 de Setembro e no artigo 37º conjugado com o artigo 66º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro relativamente à delegação de competências dos Municípios nas Juntas de Freguesia; - Que as Juntas de Freguesia deverão ser parceiros do Município no esforço de criação de condições e contextos mais adequados ao sucesso educativo das crianças, concretizando plataformas de colaboração, articulação e apoio à educação, no sentido da potencialização de recursos e da mobilização da sociedade civil; - Que o conforto, bem-estar das crianças e a garantia das condições necessárias a uma educação de qualidade são preocupações partilhadas pelo Município e pelas Juntas de Freguesia; - Que a Escola Básica de primeiro ciclo de Palmaz necessita de uma intervenção no sentido da sua manutenção geral, nomeadamente no que concerne ao estado das paredes e pinturas interiores e exteriores; - Que as entidades que se encontram junto das populações podem realizar intervenções mais eficazes devido ao conhecimento e proximidade com mesmas. Propõe-se: A celebração de um protocolo de delegação de competências na Junta de Freguesia de Palmaz, visando a realização

de obras de manutenção e conservação da escola EBI da Freguesia.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a falar de um protocolo de delegação de competências que foi feito para a realização das pinturas das paredes da escola, ou seja, a delegação de competências para manutenção geral da EBI de Palmaz. Houve também um trabalho de articulação com a Junta de Freguesia como não podia deixar de ser e com a Associação de Pais e com a comunidade escolar. Julgo que hoje a Escola de Palmaz está diferente, está melhor, está pintadinha, está toda bonitinha, ainda lá falta fazer algumas coisas, mas “Roma e Pavia não se fizeram num dia” e, portanto, foi para isso que foi este protocolo.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Palmaz, para a realização de obras de manutenção e conservação da Escola EBI de Palmaz.* =====

===== **Ponto dez:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Travanca, para a realização de obras de manutenção e conservação da Escola EBI de Travanca – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Educação, Tempos Livres e Acção Social Escolar consignadas designadamente, nas alíneas d), f) e h) do no n.º1 do art. 13º, art.19º, art. 21º e art. 23º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - As competências em matéria de planeamento gestão dos equipamentos educativos, designadamente, no domínio da construção, apetrechamento e manutenção dos Estabelecimentos Escolares do Ensino Básico, e do apoio ao desenvolvimento de actividades complementares de acção educativa – previstas na alínea b) do n.º1, e n.º3, alínea e) do art. 19.º do citado diploma; - O previsto no artigo da Lei 159/99, de 14 de Setembro e no artigo 37º conjugado com o artigo 66º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro relativamente à delegação de competências dos Municípios nas Juntas de Freguesia; - Que as Juntas de Freguesia deverão ser parceiros do Município no esforço de criação de condições e contextos mais adequados ao sucesso educativo das crianças, concretizando plataformas de colaboração, articulação e apoio à educação, no sentido da potencialização de recursos e da mobilização da sociedade civil; - Que o conforto, bem-estar das crianças e a garantia das condições necessárias a uma educação de qualidade*

são preocupações partilhadas pelo Município e pelas Juntas de Freguesia; - Que a Escola Básica de primeiro ciclo de Travanca necessita de uma intervenção no sentido da sua manutenção geral, nomeadamente no que concerne ao estado das paredes e pinturas interiores e exteriores; - Que as entidades que se encontram junto das populações podem realizar intervenções mais eficazes devido ao conhecimento e proximidade com mesmas. Propõe-se: A celebração de um protocolo de delegação de competências na Junta de Freguesia de Travanca, visando a realização de obras de manutenção e conservação da escola EBI da Freguesia.” ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O protocolo de delegação de competências neste caso é na Escola do Outeiro com a Junta de Freguesia de Travanca. Esta Escola e este complexo do Outeiro teve outras benfeitorias entretanto que extravasam este protocolo de delegação de competências e foi iniciativa da Junta de Freguesia de Travanca, nomeadamente a colocação de um tapete de relva sintética para que as crianças que andam naquela escola possam praticar desporto com outra qualidade e, portanto, este foi um trabalho da Junta de Freguesia. Como eu não gosto de ferir susceptibilidades e esta freguesia é uma freguesia onde andam lá pessoas muito nervosas, eu queria aqui dizer para não ser acusado depois de não agradecer às empresas, aos particulares e à associação de pais, porque é evidente que devemos agradecer a toda a gente que contribui para a melhoria do nosso parque escolar, aqui fica o agradecimento a todos aqueles que colaboraram e, portanto, dizer também que nós não precisamos de estar todos os dias a dizer que foi a actual Junta ou a ex-Junta. Estas coisas não se fazem de um dia para o outro, obviamente que este trabalho de recuperação é feito ao longo dos tempos, mas há pessoas que têm uma sensibilidade muito grande e, portanto, eu queria aqui enaltecer o trabalho ao longo dos anos que tem vindo a ser feito no parque escolar, muito concretamente em Travanca e, portanto, hoje temos uma escola onde os meninos são mais felizes e podem praticar desporto e estudar com outra qualidade. O agradecimento a todos. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Travanca, para a realização de obras de manutenção e conservação da Escola EBI de Travanca. =====

*===== **Ponto onze:** Acordo de colaboração a celebrar com a Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) – Transportes Escolares – Aprovação. =====*

=====
Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Educação, consignadas designadamente, nas alíneas d), e e) do n.º1 do art. 13º, art.19º e art. 20º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - As competências estabelecidas no Dec. Lei 299/84 de 5 de Setembro no que concerne à organização, controlo e concessão de transportes escolares; - As alterações que têm vindo a ser implementadas na Rede Educativa do Concelho, de acordo com as linhas gerais consignadas na Carta Educativa e que vão no sentido da agregação de estabelecimentos de ensino visando uma resposta mais consentânea com as necessidades de promoção de práticas educativas mais adequadas às realidades sociais, técnicas e científicas do Séc. XXI, rentabilizando recursos e meios; - Que a Associação Nacional de Municípios desenvolveu esforços no sentido de minorar o impacto sobre os custos com transportes escolares devidos à resolução do Conselho de Ministros com o número 44/2010, publicado a 14 de Junho de 2010, que levaram o Ministério da Educação a subsidiar o transporte das crianças do primeiro ciclo a deslocar para outras escolas como resultado do encerramento dos estabelecimentos que iriam frequentar; - Que este ano serão encerradas as Escolas EBI de Rebordões (Cucujães), EBI de Adães (Ul), EBI de Azagães (Carregosa), EBI de Pinhão (Pindelo), propõe-se: - A aprovação do acordo de colaboração apresentado pela Direcção Regional de Educação do Norte, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, nos termos propostos, tendo sido os dados constantes verificados com base nas matrículas existentes nas sedes de Agrupamento às quais pertencem as escolas listadas; - A submissão da presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
É o acordo que fizemos com a DREN. Queria aqui realçar o papel da Associação Nacional de Municípios Portugueses nesta relação que foi feita com o Ministério da Educação e dizer-lhes que a nossa relação com a Direcção Regional de Educação do Norte tem sido excelente, ou seja, muitas vezes os Senhores Presidentes de Câmara criticam os Directores Regionais e eu quero dizer que a Câmara de Oliveira de Azeméis tem tido uma relação de excelência com a Direcção Regional de Educação do Norte. Isto prende-se com o encerramento das escolas e o pagamento das deslocações, ou seja, como sabem fechou a EBI de Rebordões, de Adães, de Azagães e de Pinhão e isto é um valor a atribuir pelo número de alunos e a sua deslocalização e, portanto, este protocolo foi assinado sem qualquer problema com a DREN, dentro daquelas que foram as negociações que foram feitas entre a Associação Nacional de Municípios e o Ministério da Educação. =====

=====
Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

=====
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o acordo de colaboração a celebrar com a Direcção Regional de Educação do Norte.* =====

=====
 ===== **Ponto doze:** *Fornecimento de refeições para alunos do 1.º Ciclo e Jardins-de-Infância do concelho para o ano lectivo de 2010/2011 – Repartição de encargos em mais do que um ano económico – Autorização.* =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando e aprovando a Informação Interna nº I/37840/2010 anexa à presente proposta, da qual resulta a necessidade de alterar a Repartições de Encargos aprovada em Assembleia Municipal de 30 de Abril de 2010, propõe-se ao Órgão Executivo: - Submissão à aprovação do Órgão Deliberativo, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 22º, conjugado com o seu n.º 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, a seguinte alteração da repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico: Novembro de 2010 a Dezembro de 2010- 97.297,20€; Janeiro a Julho de 2011: 305.405,10€.”* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====
 ===== *Estamos a falar da alteração da repartição de encargos por mais do que um ano económico. Estamos a falar do valor de quatrocentos mil euros, que são distribuídos € 97.000 de Novembro a Dezembro de 2010.noventa e sete mais uns pozinhos, e de Janeiro a Julho de 2011 € 305.405,10. Prende-se com o valor que foi adjudicado o fornecimento das refeições para os alunos do 1.º Ciclo e dos Jardins-de-Infância para o ano lectivo 2010/2011. É só a autorização para esta alteração de utilização de dois anos em vez de um.* =====

=====
 ===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, para fornecimento de refeições para alunos do 1.º Ciclo e Jardins-de-Infância do concelho para o ano lectivo de 2010/2011.* =====

=====
 ===== **Ponto treze:** *Juntas de Freguesia – Realização de investimentos - Deliberação genérica – Autorização.* =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas*

de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - A necessidade de cumprimento integral dos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas; - A intenção manifestada pelas Juntas de Freguesia de realização de investimento, no domínio dos arruamentos, nas suas áreas de jurisdição; Em face do exposto e por forma a assegurar a equidade e igualdade de tratamento, propõe-se que: - A Câmara Municipal delibere autorizar, genericamente, a realização de investimentos (compreendendo o alcatroamento, pavimentação e beneficiação), pelas Freguesias, nos arruamentos da sua área de jurisdição, desde que, apresentado relatório de execução das obras realizadas, seguindo as orientações dos serviços municipais; - Seja remetida a mesma à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea q) do n.º1 da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º5-A/2001 de 11 de Janeiro.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Este assunto, não desta forma, mas já foi abordado no “Período de Antes da Ordem do Dia”, com as intervenções dos Senhores Presidentes de Junta. Esta é uma deliberação genérica que depois vai ser concretizada nos protocolos de delegação de competências Junta a Junta e prende-se com os investimentos na área dos arruamentos, da pavimentação, da conservação e da manutenção da rede viária. Nós entendemos que era melhor seguirmos por esta deliberação genérica e agora então prosseguirmos com o caminho que eu aqui adiantei aliás em resposta à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta, o Senhor Armindo Nunes, para agora podermos concretizar Junta a Junta esses mesmos investimentos nestas questões concretas, ou seja, nos arruamentos, nas manutenções e nas pavimentações.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto catorze:** *Adesão do Município ao Pólo de Competitividade e Tecnologia Engineering & Tooling – Pool_net Portuguese Tooling Network – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O perfil económico do município de Oliveira de Azeméis, em particular a relevância e as características das empresas do concelho que pertencem aos sectores que integram as actividades nucleares e de suporte do Cluster Engineering & Tooling; - Que os Pólos de*

Competitividade e Tecnologia (PCT) são um instrumento de incentivo à criação de redes de inovação que se traduzem em parcerias integradas por empresas, e instituições de suporte relevantes, que partilhem uma visão estratégica baseada em actividades inovadoras, orientada para o desenvolvimento de projectos de elevada intensidade tecnológica e com forte orientação e visibilidade Internacional; - Que a missão do Pólo de Competitividade e Tecnologia Engineering & Tooling é desenvolver e produzir moldes, ferramentas especiais e peças maquinadas de alta precisão, de forma a otimizar as funcionalidades dos produtos e dos processos de fabrico, integrando o molde numa cadeia alargada de serviços de engenharia, ampliando assim a cadeia de valor. Pretende-se que o Sector de Engineering & Tooling nacional (que integra um número bastante significativo de empresas de Oliveira de Azeméis) seja reconhecido mundialmente como um dos mais avançados a nível tecnológico e de maior valor acrescentado na concepção e produção de moldes, ferramentas especiais e peças maquinadas de alta precisão. - Que a integração no Pólo de Competitividade e Tecnologia Engineering & Tooling, através da adesão à Pool_net Portuguese Tooling Network (associação que tem como objectivo principal a gestão e coordenação do Pólo de Competitividade) se traduz num conjunto de vantagens significativas, especialmente a três níveis: - Marketing da Indústria; - Configuração de Programas Específicos para a Indústria (maior facilidade de articulação com o Governo e com os incentivos á Indústria); - Majorações de 5% de incentivos para todos os projectos das empresas e organizações do Pólo de Competitividade, no âmbito do QREN. Propõe-se a adesão à Associação Pool_net através da subscrição de capital social no valor de 500,00 € (Quinhentos Euros) e que o representante do Município junto da Pool_net seja a Chefe de Gabinete de Apoio ao Presidente, Dra. Ângela Maria Pinho Fernandes. Para efeitos do nº 2, da alínea m), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deverá a mesma ser remetida à Assembleia Municipal para a competente autorização.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a falar da indústria dos moldes e vem a propósito da semana dos moldes que decorreu na semana passada em Oliveira de Azeméis e na Marinha Grande e a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis decidiu integrar esta Pool-net que acima de tudo aquilo que quer fazer é valorizar mais os moldes. Porquê? Porque nós somos dos melhores entre os melhores, quer as empresas que estão a operar em Oliveira de Azeméis, quer na Marinha Grande e para aproveitamento de alguns fundos disponíveis do QREN. E importante associar a marca moldes a um sector, portanto haver aqui uma associação, uma marca colectiva e a ideia é que os moldes como têm uma vocação exportadora enorme possam associar ao seu trabalho e ao seu desempenho uma coisa muito simples que diga “Moldes de Portugal”, ou seja, para que os Estados Unidos, a Alemanha, a França, a Polónia, o Brasil, ou seja, para onde as indústrias*

de moldes exportam possam estar associadas a esta questão de ser tecnologia portuguesa. Isto tem sido acarinhado pelo Ministério da Economia, aliás o Senhor Secretário de Estado Fernando Medina esteve na abertura do encerramento e no encerramento mesmo esteve o Senhor Ministro Vieira da Silva. Tanto um como outro fizeram referências positivas, como não podia deixar de ser, à indústria, em particular a Oliveira de Azeméis e à Marinha Grande, mas acima de tudo disseram que esta indústria era um exemplo, um exemplo para o País, por o que traduzia em termos de inovação, de investigação, de desenvolvimento e acima de tudo pela vocação exportadora, pela importância da vocação exportadora nos tempos que correm. E nós decidimos integrar esta Pool-net por € 500, era a quota que tínhamos que pagar para pertencermos e, portanto, fomos a primeira Câmara Municipal a pertencer a este Pólo de Competitividade e Tecnologia. Obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Américo Carvalho. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso palavra ao Senhor Américo Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Madail. =====

===== Boa Tarde. Uma vez neste púlpito para falar sobre o ponto em discussão, não poderei deixar de salientar como Presidente de Junta de Freguesia a satisfação pelas boas informações que ouvi do Senhor Presidente de Câmara acerca da rede de abastecimento de água e saneamento que há muito ansiamos e necessitamos. Espero que estas obras, entre outras, se concretizem com a brevidade possível para a minha e outras freguesias. Peço desculpa desta introdução, mas surgiu durante a Assembleia. Acerca do ponto em discussão, da adesão do Município ao Pólo de Competitividade e Tecnologia – Pool_net Portuguese é louvável a adesão do nosso Município a esta grande iniciativa que abrem horizontes às empresas de fabricação de moldes no que diz respeito à exportação. O protocolo celebrado com a autarquia na semana passada, onde decorreram nesta sala vários seminários inseridos na semana do molde, os quais tiveram grande aderência, demonstra que todos precisamos de nos unirmos para que a nossa indústria continue a crescer com qualidade. Sabemos que o nosso concelho é pioneiro na construção de moldes e ferramentas especiais, exportando para todo o mundo e para mercados e indústrias de elevada exigência. Temos uma qualidade acima da média, no entanto, e devido à concorrência asiática com baixos custos e duvidosa qualidade, as empresas vão sentindo muitas dificuldades. É necessário proteger esta indústria de qualidade e os seus postos de trabalho. As empresas do nosso Município estão na linha da frente na inovação tecnológica da indústria de moldes e adesão à Pool-net por parte da autarquia vem reforçar e ajudar ao crescimento das mesmas no sentido de promover, consolidar e reforçar a competitividade das empresas com forte potencial de exportações. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos. =====

===== Dar só mais uma informação que não dei na minha intervenção e obviamente para agradecer estas palavras do Senhor Américo Carvalho, um especialista nesta área dos moldes, mas faz parte também, aliás quem dinamiza e incentiva esta Pool-net, este Pólo de Competitividade são as associações do sector e, portanto, a Câmara Municipal vai também contribuir e escutar os empresários e os industriais da área dos moldes de Oliveira de Azeméis. Muito obrigado. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a adesão do Município ao Pólo de Competitividade e Tecnologia Engineering & Tooling – Pool_net Portuguese Tooling Network. =====

===== **Ponto quinze:** Proposta de Criação do Conselho Municipal do Idoso – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A intervenção dos Municípios no âmbito da acção social em geral e em particular nos grupos mais vulneráveis, tem-se revelado indispensável para, progressivamente, se atingirem níveis condignos de vivência e alcançar a realização individual e colectiva, de forma a promover-se uma mais plena integração social. - A Rede Social de Oliveira de Azeméis, no seu documento Diagnóstico Social, recentemente actualizado para o período 2010/2012, na área temática dos idosos, denominada por “Município Maior”, identificou um conjunto de problemas relacionados com a vivência quotidiana dos idosos residentes no concelho de Oliveira de Azeméis, nomeadamente problemas ligados à participação social e ao reconhecimento do papel do idoso na sociedade actual, propondo a criação de espaços de cidadania para a participação do idoso, de espaços de debate que incluam as pessoas mais velhas como participantes de pleno direito na tomada de decisões sobre situações que lhes digam directamente respeito e o reforço do quadro legal na área da protecção dos idosos face a atentados aos seus direitos. - Correndo o Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social onde se pretende dar particular atenção à problemática da exclusão social, não se pode deixar de assinalar a vulnerabilidade em que grande parte da população idosa se encontra no nosso país, e de se encontrar formas concretas de actuar, promovendo políticas activas de resposta aos problemas e necessidades sentidas, atentos às novas dinâmicas de evolução social e à complexidade crescente e multifacetada que as problemáticas de cariz social apresentam e representam para os Idosos, para as suas famílias, e para toda a comunidade. - Neste contexto, ao abrigo das suas atribuições e competências nesta matéria e inserido nas políticas sociais definidas pelo

Município (agregando um conjunto de entidades relevantes na área em questão) propõe-se a criação do Conselho Municipal do Idoso, como estrutura de particular importância no que respeita à representação, cidadania e participação activa da população idosa do concelho de Oliveira de Azeméis. Propõe-se: - A aprovação da criação do Conselho Municipal do Idoso, nos termos do documento que se anexa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º4 do artigo 64º alínea c) da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro. - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os mesmos efeitos e do determinado na alínea m) n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra à Senhora Vereadora Dra. Gracinda Leal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Boa noite a todos os presentes. Esta proposta vem no sentido de dar também resposta a uma situação que a Rede Social já detectou na actualização do seu diagnóstico social, que foi actualizado em Maio do presente ano. Refere-se relativamente à população idosa, dizendo que era necessário criar estruturas e espaços em que os idosos possam exercer a sua cidadania e ter um papel activo também na tomada de decisões e de algumas medidas que são definidas para essa população. Vem também de acordo com um incentivo e um estímulo da própria ONU, que diz que é preciso dar voz aos mais idosos e vem também no seguimento de um facto que é por demais conhecido, que é o envelhecimento das populações, este fenómeno social devidamente constatado e que as projecções demográficas indicam que daqui a 40 anos, em 2050, já termos cerca de 31,8% de pessoas com mais de 65 anos, contra 13,1% de jovens, daí que foi pensada a criação desta estrutura por forma a promover a participação activa dos idosos.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Regulamento do Arquivo Municipal de Oliveira de Azeméis – Aprovação final.* =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “- Considerando que a Câmara Municipal, em reunião ordinária de 11 de Maio de 2010, deliberou aprovar por unanimidade o Projecto de Regulamento do Arquivo Municipal de Oliveira de Azeméis, bem como a sua sujeição a audiência de interessados e apreciação pública, o que já foi efectuado; - Atenta a audiência dos interessados, foi enviado ofício e Projecto de Regulamento, designadamente à Direcção-Geral de Arquivos e ao Arquivo Distrital de Aveiro; - Constatou-se que, após conferência dos prazos, foram cumpridos os normativos legais sobre a audiência dos interessados e de apreciação pública; - Na sequência das sugestões apresentadas pelas entidades consultadas, foram realizadas algumas correcções formais: a) Sendo retiradas as referências específicas à legislação, substituindo-se pela expressão “de acordo com a legislação em vigor”; b) Foi alterada a expressão “Auto de Entrega” (constante do n.º 2 do art.º 6º), para “Auto de Entrega/Guia de Remessa”; c) Foi acrescentado no n.º 1 do art.º 33º, a expressão “de acordo com as disposições legais em vigor” - o que não altera, o conteúdo da proposta do Projecto inicial. Em face do exposto, propõe-se que: - A Câmara Municipal delibere dar a sua anuência ao presente Regulamento, documento este que ficam arquivado em pasta anexa ao livro de actas, bem como, submetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação; - Se determine a posterior publicação no Boletim Municipal digital, inserção na página electrónica, bem como publicitação nos termos do art.º 91º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.”* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra à Senhora Vereadora Dra. Gracinda Leal.* =====

=====
 ===== *Esta proposta vem no seguimento da abertura ao público do nosso Arquivo Municipal desde o ano passado. É necessário cada equipamento ter normas de funcionamento e este projecto vem no sentido de regular o funcionamento daquele equipamento.* =====

=====
 ===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o referir documento.* =====

=====
 ===== **Ponto dezassete:** *Prestação de Serviços de Auditoria Externa das Contas Municipais – Adjudicação.* =====

=====
*Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Atendendo ao disposto no n.º 2, do art. 48º, da Lei n.º 2/2007, informo que, face à minha ausência bem como à do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Hermínio Loureiro, por motivo de férias, foi determinado proceder, através de despacho, de 20 de Agosto de 2010, proferido pelo Sr. Vice-Presidente, Dr. Ricardo Tavares, e de acordo com a competência delegada por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves, datado de 6 de Novembro de 2009, publicado em Boletim Municipal, à abertura do procedimento por ajuste directo em regime geral, nos termos estabelecidos no artigo 36º, conjugado com os artigos 114º a 127º, do CCP, tendente à contratação da prestação de serviços para verificação das contas do Município. Nestes termos, informo que em Relatório Preliminar elaborado pelo Júri do Procedimento datado do dia 26 de Agosto de 2010, foi proposta a adjudicação da prestação do serviço ao concorrente “**António Anjos, F. Brandão & Associados, SROC**” e que após a realização da audiência prévia escrita dos concorrentes, efectuada a 27 de Agosto de 2010, não foram apresentadas quaisquer observações por parte dos concorrentes ao referido documento, pelo que o Júri do Procedimento propõe no Relatório Final, datado do dia 6 de Setembro de 2010, a adjudicação da “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA” ao concorrente “**António Anjos, F. Brandão & Associados, SROC**”, pelo valor global de 28.000,00€ (vinte e oito mil euros), correspondente a um valor mensal de 875,00€ (oitocentos e setenta e cinco euros), para um período de vigência de 32 (trinta e dois) meses, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Assim propõe-se: Que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 2, do artº 48º, da Lei das Finanças Locais, acima mencionada, submeta à Assembleia Municipal para efeitos de adjudicação ao concorrente com a proposta de mais baixo preço - **António Anjos, F. Brandão & Associados, SROC** - a prestação de serviços de auditoria externa das contas municipais, pelo valor supra indicado, de acordo com o objecto do procedimento e pelo período de vigência já referido. Junta-se para conhecimento e anuência, o Convite e Caderno de Encargos do procedimento, Relatório Preliminar e Relatório Final, em anexo, bem como se autorize a posterior celebração de contrato escrito nos termos, condições e efeitos previstos no Convite e Caderno de Encargos do ajuste directo em regime geral n.º 73/10. Encontrando-se os restantes elementos junto ao PI/8217/2010, para os devidos efeitos.”* =====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
É só para dar nota que esta adjudicação feita à empresa António Anjos, F. Brandão & Associados, foi feita pela proposta do mais baixo preço, portanto, foi esse o critério de adjudicação. É uma obrigação de termos um revisor e ele aqui está. =====

=====
Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

=====
Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a adjudicação à firma “António Anjos, F. Brandão & Associados”. =====

=====
Ponto dezoito: *Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 30 de Junho de 2010 – Apreciação.* =====

=====
Para cumprimento do artigo 6º do D.L. nº 38/2008 e alínea c) do nº 4 do artigo 40º da Lei nº 2/2007 (Lei das Finanças Locais), foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de actas. =====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
Já tínhamos isto marcado há algum tempo, sabemos que temos sempre nesta Assembleia Municipal esta discussão relativamente ao acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro, neste caso concreto do 1.º semestre de 2010. E é também chegado o momento de cobrarmos as promessas e de alguns cumprirem aquilo que tínhamos apostado aqui na última discussão. É só um simples almoço, não é nada de especial, mas acho que para manter a boa prática devemos ir por aí. Mas vamos falar de coisas sérias: este relatório refere-se à execução a 30 de Junho de 2010, com os dados actualizados à data de 07 de Julho do mesmo ano. Como sabem é uma obrigação, nós temos que mandar estes relatórios semestrais de acompanhamento do Plano aos Membros do Governo que são responsáveis pelas áreas das Finanças e das Autarquias Locais no prazo máximo de trinta dias após o final do semestre a que reportam. O relatório visa analisar e evidenciar alguns pontos que merecem aqui alguma reflexão, que é para nos concentrarmos naquilo a que o relatório diz verdadeiramente respeito, ou seja: o ponto de situação do Empréstimo de Saneamento Financeiro; a taxa de execução anual, neste caso reportada à data de 30 de Junho, face à execução económico-financeira prevista no Plano de Saneamento Financeiro para o ano 2010; a evolução da dívida e endividamento municipal; a evolução dos indicadores do equilíbrio económico-financeiro, saber se estamos a caminhar bem ou não e as conclusões também sobre o grau de cumprimento do plano, dos objectivos do equilíbrio financeiro e se está ou não está de acordo com aquela legislação de enquadramento que segue, que é mais concretamente a Lei das Finanças Locais. Portanto, dar-vos nota que este relatório do 1.º semestre de 2010 demonstra bem a capacidade do município cumprir os objectivos anuais determinados no Plano de Saneamento Financeiro, ou seja, é um relatório semestral e portanto um relatório intercalar, mas julgo que fica bem clara a capacidade que o município tem para cumprir os objectivos. Dar-vos nota que a execução económica, referindo-me concretamente à execução económica a 30 de Junho, nós registamos um superavit de € 2.863.285 (dois milhões oitocentos e sessenta e três mil duzentos e

oitenta e cinco euros). Às vezes joga-se muito com os números e eu aqui não queria jogar, queria só ser muito concreto e muito objectivo e deixar depois essa discussão, porque percebo que há sempre uma discussão um bocado partidária ou político-partidária sobre estas matérias. Eu acho que o Senhor Ministro das Finanças ia gostar de ler isto, ele recebeu, agora ele ia gostar de ler para perceber como é que de alguma forma podemos aqui recuperar as contas e ele se seguisse este exemplo teríamos um País seguramente diferente. Dar-vos nota que o superavit que nós estamos comprometidos no plano é de € 2.469.120 (dois milhões quatrocentos e sessenta e nove mil e cento e vinte euros) e temos neste momento, em Junho de 2010, um superavit de € 2.863.285 (dois milhões oitocentos e sessenta e três mil duzentos e oitenta e cinco euros). Temos que continuar como é evidente, mas é um dado relevante. Dar-vos nota que a dívida total do município a 30 de Junho de 2010 é de € 49.698,615 (quarenta e nove milhões seiscentos e noventa e oito mil seiscentos e quinze euros). Face a Dezembro de 2009, a redução da dívida total do município é de € 2.036.336 (dois milhões e trinta e seis mil e trezentos e trinta e seis euros), portanto acho que há aqui um esforço significativo, já para não falar se estivermos a fazer contas à redução acumulada relativamente ao exercício antecedente ao saneamento financeiro, estamos a falar de uma redução de dívida de € 5.486.554 (cinco milhões quatrocentos e oitenta e seis mil quinhentos e cinquenta e quatro euros), mas concentremo-nos nesta redução de dois milhões e trinta e seis relativamente a Dezembro de 2009. Relativamente à dívida de empréstimos de médio e longo prazo, não excepcionados no endividamento, ela é de € 40.185.112 (quarenta milhões cento e oitenta e cinco mil cento e doze euros), ou seja, a redução no semestre é de € 854.266 (oitocentos e cinquenta e quatro mil duzentos e sessenta e seis euros). Nós estamos a falar do 1.º semestre como é evidente e, portanto, temos que continuar a fazer este trabalho para fazer cumprir o limite legal da redução naquilo que diz respeito à Lei n.º 2/2007. Relativamente ao endividamento líquido municipal a 30 de Junho, estamos a falar de € 37.060.907 (trinta e sete milhões e sessenta mil euros e novecentos e sete euros), o que dá uma redução no 1.º semestre de € 2.772.234 (dois milhões setecentos e setenta e dois mil e duzentos e trinta e quatro euros). Este valor supera aquela que é a imposição legal, ou seja, a redução anual que estamos a falar de € 1.498.933 (um milhão quatrocentos e noventa e oito mil novecentos e trinta e três euros) e, portanto, nós no 1.º semestre temos já uma redução de € 2.772.234 (dois milhões setecentos e setenta e dois euros e duzentos e trinta e quatro euros). Quanto à questão do volume da dívida a fornecedores, ela é neste momento, Junho de 2010, de € 3.385.979 (três milhões trezentos e oitenta e cinco mil novecentos e setenta e nove euros), estamos a falar de uma redução semestral de € 1.982.676 (um milhão novecentos e oitenta e dois mil seiscentos e setenta e seis euros), ou seja, a dívida a fornecedores representa 9,88% das receitas totais do ano anterior e, portanto, respeita claramente aquele que é o limite legal. Falando do prazo médio de pagamentos, que deu aqui uma grande discussão da última vez que discutimos aqui o plano, estamos a falar de um prazo médio de pagamento, a Junho de 2010, de 106 dias. Como sabem havia aí uma aposta que se fosse até 110 dias alguém havia de pagar um almoço e, portanto, aqui está a 106 dias e, portanto, vamos aguardar pela marcação

desse simpático almoço, que será para discutir também outras coisas. Nós estamos a reduzir o prazo médio com toda a clareza, sendo certo que nós não estamos no número que é fixado pelo plano, sabemos que o plano fixa 48 dias e, portanto, temos neste momento um prazo superior ao objectivo fixado no plano que são 48 dias. Mas estamos claramente dentro do limite, que como sabem o limite máximo legal são 180 dias e, portanto, nós também aqui recuperámos, nós tínhamos 146 dias, quanto estivemos aqui a fazer esta discussão tínhamos 146 dias e hoje temos 106 dias. Estes são os números que eu aproveito para dar maior realce e dar-vos esta informação, mas dizer-vos o seguinte: só é possível atingirmos estes números porque temos contado com a colaboração de todas as Juntas de Freguesia, todas sem excepção, todas têm sido sensíveis ao esforço que temos que fazer para reduzir o endividamento, para melhorar o prazo médio de pagamento aos nossos fornecedores e, portanto, as Juntas de Freguesia têm sido extraordinárias, bem como todo o movimento associativo e todas as actividades que trabalham com a Câmara Municipal. Dizer-vos também que isto tem trazido outro tipo de resultados positivos, na minha opinião, à Câmara Municipal que é na relação que temos com os fornecedores. Os fornecedores olham para a Câmara de Oliveira de Azeméis hoje de outra maneira, sentem hoje mais algum conforto e sentem que temos condições e capacidade para poder cumprir com as nossas obrigações em tempo mais útil do que no passado acontecia. Isto como é evidente a partir do momento que se fez o Plano de Saneamento Financeiro. É um esforço gigantesco, reconheço, é um esforço que também tem vindo a ser feito muito à custa da redução do investimento, mas eu acho que quando assumimos estes compromissos temos que os levar por diante e precisamos necessariamente do conforto de todos, da compreensão de todos. Eu bem sei que é muito mais fácil gastar e investir, fazer, assumir compromissos, mas nós temos necessariamente que cumprir com o Plano de Saneamento Financeiro e é esse o esforço que estamos a fazer e, portanto, aqui fica o meu agradecimento às Juntas de Freguesia uma vez mais, aos seus Presidentes, mas também a todo o movimento associativo, aos nossos fornecedores e também, porque é justo fazê-lo nesta altura, aos nossos funcionários, aos funcionários da Câmara, nomeadamente às chefias e a quem tem responsabilidades, porque como é vidente também na Câmara Municipal a redução, o rigor e toda esta contenção se estende aos diversos departamentos e divisões da Câmara Municipal. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Manuel Francisco Valente, Dr. Miguel Portela, Dr. António Rosa e Dr. Fernando Pais Ferreira. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Manuel Francisco Valente, do PS. =====

===== À margem do almoço, não nos vamos esquecer, Senhor Presidente, que ainda estamos a meio do jogo. Só estamos no intervalo e há muitas reviravoltas. Espero que não. É que se efectivamente não se tratasse de dados provisórios semestrais eu diria que o Executivo Camarário finalmente encontrou o caminho para atingir os objectivos a que se propôs, portanto isso é pacífico, não direi o contrário. Há aqui um monte de situações que vamos esperar para ver e não desejo ter nada que contrarie o bom andamento até agora encontrado. Todavia há que esperar pela execução anual, é preciso ver se se confirma ou não esta evolução globalmente positiva neste 1.º semestre. De qualquer das formas, eu penso que mesmo na base deste relatório há que ter em conta três pontos que serão fundamentais e que terão que ter alguma atenção porque não são tão dourados como o Senhor Presidente da Câmara quis colocar e eu também não quero ver aqui a “garrafa meio cheia, meio vazia”, mas quero ir perfeitamente aos números concretos que cá estão. E refiro-me à dívida total do município, à dívida total a fornecedores e voltamos ao prazo médio de pagamento. Até porque há um bocado falamos do Ministro das Finanças, sabe que vem aí os cortes para as Câmaras? Portanto, vamos esperar e a realidade é assim, a austeridade não passa para um lado só. Mas vou dar aqui três notas rápidas, não lhe vou dar parabéns nenhuns porque continuo a dizer que estamos no intervalo do jogo. Chegaremos ao momento de dizer alguma coisa quando chegar ao final. Vamos ter em atenção que a dívida total no final de Junho de 2010 é superior ao previsto no Plano de Saneamento Financeiro para o final de 2010 em € 3.800.000 (três milhões e oitocentos mil euros), portanto estamos a falar de 8,29% mais. A dívida total a fornecedores, a mim espanta-me mais e eu digo que acho que os fornecedores devem ter alguma razão e algum optimismo nesta redução do prazo de pagamento, mas quando estamos a falar do endividamento a dívida a fornecedores reduziu realmente em relação a Dezembro de 2009, mas não é isso que nós estamos aqui a analisar. No entanto, as previsões para o final do ano 2010, segundo o relatório, aponta para um desvio de + €1.930.000 (mais de um milhão e novecentos e trinta mil euros) do que o estava estimado no Plano de Saneamento Financeiro e isto quer dizer que são mais 133%. Um optimismo moderado, mas não esqueçamos que a segunda parte tem que vir aí. E diria depois que no prazo médio de pagamento a fornecedores, aquele que vai dar o tal almoço, é que se é verdade que ele baixa para os 106 dias, é um facto, é verdade também que está também acima 59 dias do estimado no Plano de Saneamento Financeiro. Não vamos dizer que isto é bom, mas só porque perdemos por pouco já ficámos todos contente. Eu gosto de ganhar e, portanto, digamos que agora estamos a reduzir e estamos a reduzir a desvantagem e estamos talvez no caminho certo. Mas volto e repito: aguardemos pela execução anual para ver se realmente o Executivo Camarário encontrou o tal rumo certo em termos económico-financeiros, ou se este semestre é tão só a tal andorinha que chegou mas que não fez a primavera. Eu espero sinceramente que a primeira hipótese seja a verdadeira e este seja o rumo certo e que consigamos atingir os objectivos planeados no Plano de Saneamento Financeiro. Um pouco à margem e para pedir-lhe uma explicação se a souber dar, porque li num semanário económico em Agosto de que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis se encontra com um atraso

superior a seis meses no pagamento a obras públicas, empreiteiros e qualquer coisa do género. Tenho aí o recorte do jornal se isso for necessário, penso que está dada essa notícia, gostaria de saber se isso tem algum fundamento ou não. De qualquer das formas e para terminar, o almoço pode ser marcado. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Voltamos ao assunto que me preocupa bastante, eu sei que sou muito pessimista e as contas fazem-me confusão, no entanto hoje venho cá talvez mais dar uma ideia, apontar caminhos, sugestões se estiverem abertos a tal. Venho só fazer uma pequena análise do que nos foi dado. Sabemos que as autarquias são um pilar fundamental de qualquer democracia, mas as boas contas também. Dirão que é a visão mais contabilística e que há mais vida para além do défice, mas a verdade é que a partir de certos níveis, os credores não nos darão espaço de manobra. Portugal ou começa a trabalhar com boas contas, falo a nível geral que também acaba por influenciar as autarquias, ou então corremos o risco de ser uma Nação independente. A gestão é uma disciplina muito complexa para ser exercida assim, sem critérios, sem estacas e sem controlo. Se formos ver a determinação dos proveitos próprios temos proveitos totais no valor de € 15.786.000; transferências e subsídios na ordem dos € 7.986.000; proveitos próprios na ordem dos € 7.800.000. Como custos mais importantes temos o pessoal € 4.127.000; fornecedores de serviços externos € 3.465.000; financeiros € 361.000, o que dá uma soma total dos custos mais importantes de € 7.953.000. Destes custos deve considerar-se que: 1) Pessoal, é uma rubrica de difícil redução dado o seu carácter; 2) Financeiros, o valor indicado dos encargos financeiros relativamente ao passivo bancário dá-nos uma taxa de 1,65%, não sei se é a realidade da taxa de juro que se está a pagar dos encargos bancários, se assim for é uma taxa bastante boa, se não for parece-nos que o valor não estaria correctamente escrito. Em relação ao fornecimento de serviços externos, parece ser a única rubrica que pode ser reduzida, até porque não representa um valor acrescentado. O Município deve então fazer um esforço para aumentar os seus proveitos próprios, para diminuir o peso no Orçamento do Estado porque cada vez menos podemos contar com o Estado e reduzir as despesas que representem consumos externos, numa perspectiva local, e importações no sentido de comprar fora. Cada vez é mais importante que a autarquia desenvolva mecanismos de engenharia financeira que a tornem o mais independente possível do Estado, pois por parte deste só vemos cortes e desresponsabilização. A nível dos proveitos: O fomento do uso da Economia Digital, em substituição da prestação de serviços presenciais como a Câmara já tem feito em alguns aspectos, apesar de serem mais caros em termos camarários e mais incómodos para os cidadãos. Já existem bastantes possibilidades, há que puxar pela imaginação para colocarmos os cidadãos a explorá-las. Menos atendimentos de balcão equivalem a menos funcionários ocupados nesse departamento e libertos para outras áreas necessárias. A nível dos custos: A

redução dos fornecedores de serviços externos pode fazer-se, por exemplo, mediante uma melhor utilização dos recursos internos, nomeadamente, Pessoal. Como o Senhor Presidente da Câmara já disse, deu os parabéns aos funcionários, achamos que se deve continuar. Antes de subcontratar, confirmar se o que se pretende não pode ser assegurado por serviços internos, racionalizar processos e operações, eliminar redundâncias, adoptar políticas de objectivos gerais e descentralizados. O chamado balanço de corte, por exemplo. A nível de produtividade e eficácia: o recurso a estudos de benchmarking devem ser fomentados em vez de estar apenas a olhar para Plano de Saneamento, é bastante redutor. Começar a olhar para fora, ver exemplos de situações que penso que poderão ter resultado em outras autarquias. O País sofre da falta de eficácia e de baixa produtividade. Oliveira de Azeméis poderia bem tentar estar no pelotão da frente da inversão destes indicadores que explicam e justificam o real e cada vez maior atraso do nosso País. Como? O chamado benchmarking, comparando-nos com os que com dimensão idêntica são melhores do que nós. Depois, ver como eles fazem para concluir o que temos de mudar e como temos que fazer. Todos podemos e devemos procurar fazer mais e melhor. Cada departamento deve ser um centro de proveitos e não um centro de custos. Temos de mudar a mentalidade. Esta mudança de paradigma permitiria a Oliveira de Azeméis uma melhoria da sua imagem, melhor do que a que seja idealizada e concebida por qualquer empresa de imagem que nos venha tentar ensinar a gastar dinheiro. Infelizmente nisso o nosso País já revelou ser catedrático. Quanto ao passivo, realmente nota-se uma evolução favorável. Estes humildes conselhos, foi uma perspectiva que nós tivemos na análise do processo, continuamos preocupados mas queremos colaborar na resolução do problema financeiro. Obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia em exercício, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD. =====

===== Senhor Presidente, isto vai sendo um tema frequente e permanente nas nossas Assembleias Municipais e é de facto um tema importante. Na análise deste relatório de facto há aqui um aspecto que importa enquadrar e que o Senhor Manuel Francisco fez na sua intervenção, estamos a meio do ano, portanto, no fundo o que estamos a fazer é um balanço intermédio do ano. Se tudo fosse linear ao longo do ano, diríamos que no final do ano estaríamos a dobrar aquilo que é bom, a duplicar, e naquilo que é menos bom estaríamos também pior. Na realidade não é assim, portanto, sem dúvida, há que esperar pelo próximo semestre ou pelo semestre que está em curso para tirarmos conclusões finais, mas a cada momento temos que tirar conclusões daquilo que é a realidade e, portanto, é isso que estamos aqui a fazer. Eu começava a minha intervenção, Senhor Presidente, por lhe fazer uma proposta. Se fizer o favor de aceitar esta minha proposta, não é propriamente um almoço, eventualmente o destinatário desta minha proposta poder-lhe-á pagar um almoço e não fará mais do que a sua obrigação, e a minha proposta era que o Senhor Presidente fizesse, ou tentasse, fazer um protocolo com o Senhor Eng.º José Sócrates no sentido de fazer uma consultadoria para

redução do défice, porque seguramente que se o fizesse ganhávamos todos. Ganhava o País seguramente porque pior não fica e ganhava também o Município de Oliveira de Azeméis porque seguramente, Senhor Presidente, ia abdicar dos seus honorários em favor do Município. E isso ajudava à receita. Eu digo isto porque seguramente teria para dizer como verdades essenciais nesta abordagem que é importante antes de mais falar verdade no que respeita à dívida, do que respeita à situação de uma instituição, do País, do Município e depois então traçar metas no sentido de concretizar os objectivos traçados. Sem dúvida, o Senhor Presidente referiu e muito bem, genericamente os objectivos traçados para o final deste ano estão superados neste momento, mas seguramente também, e digo-o porque tenho a obrigação de o dizer, não será expectável que daqui a seis meses estejamos aqui a dizer que todos eles foram superados no dobro, porque efectivamente a irregularidade da arrecadação de receitas e de execução de despesas é grande ao longo do ano e, portanto, seguramente que poderá haver variações. Mas independentemente disso “candeia que vai à frente alumia duas vezes” e, portanto, o ponto em que nos encontramos neste momento é extremamente importante. Eu gostava apenas de destacar um aspecto que eu acho de grande importância, sobretudo atendendo ao contexto estranho de crise económica e de dificuldade de arrecadação de receita e de geração de riqueza. É que relativamente ao momento em que este Plano de Saneamento Financeiro foi feito, e recordo que foi em 2007, neste momento a meio do ano o município arrecadou receita no valor de 49,7% daquilo que previu há dois anos atrás. Obviamente que pode dizer-se mera coincidência, será porventura, mas na verdade atendendo a que o cenário de há dois anos atrás sendo difícil e sendo crítico era substancialmente melhor do que é hoje e isto não são palavras nossas sequer, são palavras que todos os dias ouvimos o Governo, particularmente, a ser surpreendido por uma situação cada vez pior, portanto, atendendo ao ponto em que nos encontramos neste momento este é um aspecto a destacar de grande importância, porque significa que o Município apesar de uma situação mais complicada de contexto na verdade consegue continuar, ou conseguirá continuar ter as receitas que previu há dois anos para executar o seu trabalho e para executar os seus projectos. Apesar desta situação francamente positiva, sem dúvida também que não digo nada de novo e esta é uma preocupação que todos temos, que este é um relatório de sucesso, mas que obviamente a prudência e a responsabilidade na gestão tem que continuar porque nada está atingido em definitivo. Eu gostava de dizer que este objectivo é obviamente um objectivo político também, o objectivo de consolidar as contas municipais, sem dúvida que é um objectivo político. Mas também não posso deixar de referir, subscrevendo o que disse o Senhor Presidente, que a estrutura organizacional da Câmara Municipal, a estrutura técnica, no fundo todos os colaboradores da Câmara Municipal se não estivessem ao serviço deste objectivo também tudo seria muito mais difícil. Eu quero destacar isto pelo seguinte: porque perante isto e perante este sucesso, que é um sucesso partilhado, tenho que dizer que tenho pena, porque quem tinha a obrigação para fazer um trabalho bem feito não o fez, nomeadamente o nosso Governo, o Governo do Eng.º José Sócrates, assistimos hoje a uma situação caricata que de uma forma indiscriminada haverá

muitos destes colaboradores com mérito que irão ver o pagamento do seu trabalho ser reduzido de uma forma absolutamente discricionária e sem distinguir aqueles que têm mérito daqueles que não têm. Isto é um aspecto muito importante também para a conquista de objectivos estratégicos dos municípios, é ter também pessoas que estejam motivadas, não será seguramente com reduções aleatórias a todos aqueles que façam bem ou façam mal tenham de facto estas penalizações. Isto acontece de facto pela situação extremamente difícil em que o nosso País vive. Um último aspecto, perante este contexto eu creio que importa dizer, para terminar, que a receita adoptada por Oliveira de Azeméis está a resultar. E está a resultar de uma forma estrutural, sustentada e gradual, sem avanços e recuos e com efeitos práticos que se vêem. Assim, Senhor Presidente, creio que poderá continuar a obter a compreensão quer de todos os Oliveirenses, mas acima de tudo dos Senhores Presidentes de Junta muito em particular. É que apesar destes sacrifícios que hoje aqui foram referidos e que de facto aconteceram ao longo dos últimos anos, eles têm sido solidários, têm compreendido e com estes dados e com a prática estão a perceber que vale a pena este sacrifício e que podem ter uma perspectiva de esperança para o futuro próximo. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== Eu antes de mais queria fazer uma pequena correcção, no seguimento daquele alerta, daquele repto que dirigiu ao Senhor Presidente da Câmara no sentido de fazer um protocolo de consultadoria financeira com o Eng.º José Sócrates, eu diria que é um bocado perigoso tendo em conta que os Presidentes de Junta estão cá e viram de facto quartados 42,5% das dotações às Juntas de Freguesia. Isto é apenas uma análise que eu queria deixar aqui. De qualquer maneira, eu já falei com o Senhor Presidente da Assembleia em exercício, eu preparei a intervenção no sentido de falar este documento conjuntamente com o documento elaborado pelo Revisor Oficial de Contas que consta do ponto seguinte, o Senhor Presidente disse que não tinha nada a opor, portanto, a minha intervenção incidirá sobre os dois pontos, assim já não me inscreverei no ponto seguinte. É óbvio que estes documentos, elaborados um pelo Revisor Oficial de Contas e outro pelo Gabinete de Auditoria Interna da Câmara Municipal, reportam a 30 de Junho de 2010 que traduzem, ao que nós julgamos, a realidade até esta data. A situação final é que é essa que revela para efeito da análise do cumprimento dos objectivos definidos no Plano de Saneamento Financeiro, que ficará para análise na altura própria como é óbvio. Importa reter aqui alguns dados sobre duas situações: eu incidirei sobre a execução orçamental da despesa e incidirei também em termos de execução orçamental da receita. Em termos de execução orçamental da receita, pela análise que nós fizemos e mantendo-se o nível de arrecadação evidenciado, o Município estará em condições de cumprir o previsto no Plano de Saneamento Financeiro, ou seja, não é pelo lado da receita que o município estará mal, é óbvio que quanto mais receita tiver, é óbvio que combaterá também a

despesa que isso significará, mas nós já ficamos contentes porque ao nível da receita o Município cumprirá em princípio o Plano de Saneamento Financeiro. O que está aqui em causa é, como nós temos várias vezes alertado a Câmara Municipal e este Executivo Camarário, o lado da despesa. E isto porquê? Porque segundo os Revisores Oficiais de Contas a execução orçamental da despesa apresenta-se nos 41%. Porém se incluirmos os compromissos assumidos e não pagos, esta percentagem sobe para os 58%, o que significa que a despesa no 2.º semestre teria que ser apenas de nove milhões para cumprir as metas do Plano de Saneamento Financeiro. Isto porque estamos já comprometidos vinte e três milhões de euros de despesa no 1.º semestre e sendo a despesa total prevista neste plano de trinta e dois milhões para 2010, restam-nos apenas nove milhões. Analisando o endividamento global do Município verifica-se haver uma diferença significativa entre os números apresentados pelo Revisor Oficial de Contas, que refere uma dívida de 50,8 milhões e 49,7 milhões apresentado pelo Gabinete de Auditoria Municipal. Há aqui um desfazamento, importa ser qualificado, mas também parece que não é de grande importância. Porém, seja qual for o valor correcto, estamos ainda muito longe da necessária redução global de mais de quatro milhões de euros no endividamento, para chegarmos ao final de 2010 com um endividamento de quarenta e seis milhões de euros, valor esse que também consta do Plano de Saneamento Financeiro. A dívida a fornecedores é outro aspecto que apesar do que já foi dito e das intervenções anteriores, é um aspecto que merece alguma reflexão da nossa parte. Convém lembrar que na génese do Plano de Saneamento Financeiro esteve a transferência da dívida a fornecedores da autarquia para entidades bancárias, aliviando assim as dificuldades de tesouraria das empresas credoras. Contudo, continua-se a verificar uma situação de incumprimento com o estabelecido no Plano de Saneamento Financeiro, que previa uma dívida a fornecedores que não excederia 1,5 milhões de euros e que neste momento é mais do dobro, agravada ainda com o incumprimento dos prazos médios de pagamento que são de 106 dias e eu aqui não vejo este prazo médio de pagamento como motivo de regozijo porque este prazo é em si mais do dobro previsto também no Plano de Saneamento Financeiro. Esta situação merece uma análise cuidada do Município até porque no inquérito aos prazos de recebimento declarados pelas empresas de obras públicas, o Município de Oliveira de Azeméis consta do grupo de autarquias que paga a mais de seis meses, já tivemos também oportunidade de verificar isto. Esta prática de pagarmos mal, tarde e a más horas obviamente que não prestigia no meu entendimento Oliveira de Azeméis e torna, no meu entendimento, até de alguma forma inúteis os investimentos que este Executivo tem feito na promoção da imagem e que quer o Executivo, quer o PSD se tem regozijado neste aspecto, o que a realidade facilmente desmascara. Obviamente que a vossa réplica, a réplica do Executivo será sempre quando não convém a situação é nacional, evocando a preocupante conjuntura nacional e internacional, argumentando pela enésima vez com o corte das transferências do Estado para o Município, etc., que não se consegue controlar a despesa, etc. Desde logo não nos venham pedir, é óbvio que o Executivo vem dizer “bem, mas vocês também não têm nenhuma proposta concreta”. O Executivo Camarário é que tem que lançar mãos dos vários instrumentos que tem

à disposição, no sentido de efectivamente fazer um corte efectivo nas despesas. O problema é sempre este, é a realidade, é atirar para os outros, etc., e nós talvez mascarando alguma incapacidade que possa haver na gestão desta situação. E a realidade é que a difícil situação do Município não resulta da conjuntura anual e nem o argumento de que a recuperação financeira poderá estar a ser afectada pela crise colhe, porque as receitas continuam com um bom desempenho, talvez fruto das taxas máximas que vou falar daqui a pouco. Este princípio tem o seu presente e o seu futuro comprometido, no nosso entendimento não é devido à situação actual é durante décadas de políticas de gestão e de prioridades erradas, traduziram-se num buraco financeiro que tem como responsáveis não só os gestores do passado, mas também todos aqueles que durante anos avalizaram nesta casa todos os orçamentos e documentos de prestação de contas que potenciavam este acumular de erros. O Senhor Presidente de Câmara também está e também consta do lote desses responsáveis, não pode fugir dessa responsabilidade. O Senhor Presidente sabe tão bem como eu que as taxas de juro que tanto têm ajudado o Município, eu não ouvi ninguém a falar nisto, que tanto têm ajudado as contas do Município a não serem tão dramáticas não se vão eternizar a estes níveis. Mas mais grave ainda, estas contas não reflectem qualquer preocupação do Executivo em amortizar o empréstimo de trinta e quatro milhões de euros, atendendo a que falta apenas um ano para terminar o seu período de carência e vamos ter que começar a pagar aquilo que pedimos emprestado. E a nossa realidade, apesar de não poder ser vista de forma isolada, não tenhamos dúvidas que somos nós que temos que a reavaliar, que somos nós que temos que encontrar instrumentos para contornar esta realidade que cada vez é mais catastrófica. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =

===== Em primeiro lugar, tenho que assumir aqui publicamente de que perdi uma aposta. Perdi uma aposta, porque eu ontem estava com uma pessoa com responsabilidades políticas de grande relevância e falamos sobre o que é que hoje se ia passar na Assembleia Municipal e eu disse assim, acreditei, “eu acho que amanhã o Partido Socialista vai lá falar pouco, mas vai dizer isto é o 1.º semestre e, portanto, vamos esperar até ao fim mas os Senhores estão no caminho certo”. Perdi a aposta. Eu até gostava de ser mosca para saber o que é que o Senhor Dr. Ferreira e os seus consultores nesta área dizem do Eng.º Sócrates e do Dr. Teixeira dos Santos, os Senhores devem dizer o piorio deles. Se os senhores das contas da Câmara Municipal, se o Senhor tem o atrevimento de dizer o que disse relativamente ao esforço que estamos todos aqui a fazer, o que o Senhor dirá do Dr. Teixeira dos Santos. Coitado do Senhor. Tenho-a a si como uma pessoa coerente e responsável, aliás o Senhor é uma pessoa coerente e é uma pessoa responsável, agora de uma vez por todas, não custa nada dizer “meus caros, isto deve-vos estar a custar muito fazer isto, mas vocês estão a tentar endireitar a coisa”. Não custa nada dizer isto. Repare que o Senhor teve o desplante, desplante no bom sentido da palavra, de

já estar a falar das taxas de juro, o Senhor já está a agoirar as taxas de juro. Onde o Senhor já vai, quando nós só ainda estamos aqui. Olhe, e depois os seus consultores e o Senhor Dr., porque eu reconheço aquela questão do António Rosa sobre a consultadoria, nem pensar, porque eu não tenho competência para tal e a gente só deve vestir o fato que pode vestir. Nunca deve vestir um fato maior. Há pessoas que vestem fatos maiores, mas nós devemos ter a humildade de perceber até onde é que podemos ir. Mas ouça, a questão, para começarmos porque o Senhor Dr. pôs aí no ar uma dúvida que não precisava de pôr, porque os seus consultores e o Senhor podiam rapidamente ter chegado à conclusão que este relatório que o Senhor recebeu tem data de 22 de Setembro e que os dados que eu lhe falei no Plano de Saneamento Financeiro reportam à data de 07 de Julho, referem-se a Julho de 2010, mas os Senhores Revisores fizeram o trabalho de casa mais tarde, se calhar um bocadinho à boleia de outras coisas e deixe-me dizer já agora, porque nós não temos que ter nenhum receio das palavras, os Senhores Revisores são imprudentes, porque o Revisor não é Deus. Sabe porque é que o Revisor é imprudente? Porque se ler bem, e permita-me já falar na questão do Revisor que é no ponto seguinte, mas permita-me já dizer-lhe isto. Ele com base na argumentação do 1.º semestre diz aqui que os empréstimos de médio e longo prazo o valor fica aquém da redução mínima legal. Como é que ele sabe, se nós ainda estamos no 1.º semestre? Então também está ele agoirento a dizer que não vai lá chegar. Eu também aqui digo ao Senhor Revisor, se ele me estiver a ouvir, não está de certeza, mas se ele me estiver a ouvir, espere para ver e depois vamos ver quando ele fizer o relatório do ano o que é que ele vai escrever. Ele aqui também está a ser um bocadinho imprudente, não é? O Senhor tem que ter mais algum cuidado nos consultores que escolhe, sabe porquê? Para evitar dizer certas coisas, Senhor Dr. Deixe-me dar aqui nota do seguinte: o Senhor tinha isto tão bem preparado, mas às vezes estas coisas acontecem na política, quem anda à chuva molha-se, isto acontece a todos, também já me aconteceu a mim. Não se preocupe, o Senhor disse “os senhores vão pela enésima vez falar dos cortes do PEC”. Ninguém falou está a ver. Vou falar agora, pois vou. O Senhor Dr. na sua intervenção disse que tínhamos falado até à enésima vez e ninguém falou, mas eu vou falar só para recordar. É que a isto tudo acresce o PEC 2 que cortou ao Município de Oliveira de Azeméis, o Senhor Dr. sabe o valor, € 529.000 (quinhentos e vinte e nove mil euros), não foram quinhentos e vinte e nove escudos, foram € 529.000 (quinhentos e vinte e nove mil euros) e o Senhor Ministro Teixeira dos Santos e o Senhor Primeiro Ministro ontem disseram “2011 vem lá mais”, eu espero que seja igual, que não vá fazer mais do que isto, senão isto é uma desgraça. Mas repare: Senhor Dr., desculpe lá, nós estamos a falar de números, isto é uma realidade, o Estado cortou mesmo, não mandou, o Senhor não pense que eles dizem que não mandam e depois mandam. Nós a isto tudo ainda tivemos uma redução de € 529.000 (quinhentos e vinte e nove mil euros), senão era a somar, a estas coisas ainda aqui punha mais € 529.000, se calhar aí não eram os € 529.000 que a gente gastava aí um bocadinho com as Juntas de Freguesia que eles bem precisam e merecem. Mas, está a ver, estas questões não são assim tão despicientes, sabe porquê? Sabe onde é que nós não podemos cortar? Olhe, eu não posso cortar nos passes

escolares, eu não posso cortar nas AEC's, eu não posso cortar nas refeições, eu não posso cortar na iluminação pública senão deixo as pessoas às escuras e elas protestam e estas são aquelas despesas que nós não podemos cortar. Não queira outra vez fazer a discussão do pessoal, não queira vir outra vez com isso porque já perdemos aqui horas e horas. Portanto, isto só para vos dizer o seguinte: não tenham nenhum constrangimento, digam assim a fugir "evolução globalmente positiva", bonito, é simpático, "os senhores estão no bom caminho", é simpático, mas depois a seguir "os senhores não vão conseguir". Vamos esperar para ver, neste momento está um e um, porque eu fiz uma aposta e fui imprudente, acreditei que os Senhores iam ter outro comportamento nas palavras, nas palavras como é evidente e enganei-me. Meu caro Francisco Valente, tenho que recuperar agora para a próxima para ver se fico a ganhar dois a um. Quanto à questão do "benchmarking" que foi aqui falado pelo Dr. Miguel Portela, dar-lhe nota Senhor Dr. que eu julgo que isso é gratificante para a Câmara Municipal, não é pelo Executivo Político porque tem a ver com o trabalho dos Técnicos, mas nós temos sido frequentemente visitados quer por Universidades, quer por outras Câmaras. E algumas Câmaras vêm cá perguntar, porque também viram o Senhor Secretário de Estado da Administração Local, o Dr. José Junqueira, esse prestigiado Membro do Governo, que ainda recentemente disse que vai haver muitas Câmaras que vão recorrer ao Plano de Saneamento Financeiro e muito dessas Câmaras têm-nos contactado e os nossos Técnicos directamente para poderem explicar, porque nós fomos um bocado precursores disto é verdade. Eu não, porque não estava cá, mas a Câmara Municipal da altura foi um pouco precursora disto, é tido com a Câmara Municipal de Lisboa, mas a Câmara de Lisboa é diferente porque tem outro tipo de receitas e os orçamentos não se comparam com os nossos. E, portanto, nós fizemos esse trabalho das pedras e hoje temos esse "benchmarking," não somos nós que temos que aprender com os outros, são os outros que querem aprender connosco e nós cá estamos para ensinar, desde as Universidades a outras Câmaras Municipais. Não é o Executivo político, sabe que os políticos não podem ter a pretensão de ensinar nada a ninguém. Tenho aprendido imenso com os Técnicos da Câmara Municipal que espantosamente eram tão elogiados e de um momento para o outro deixaram de ser elogiados, eu não sei porquê, mas houve aqui um bicho que mordeu alguém, porque os Técnicos é que eram bons e os políticos é que eram maus e agora nunca mais se falou nos Técnicos da Câmara. Quanto à questão do Dr. António Rosa, é evidente que é um esforço gigantesco que estamos a fazer, mas não podemos deixar de dizer, e eu queria dizer isto com toda a frontalidade e com toda a naturalidade e aí o Deputado Francisco Valente foi de uma correcção extraordinária quando disse que nós estamos a analisar um relatório intercalar. É verdade, nós estamos a fazer uma análise semestral. Portanto, esta análise semestral, mas como o Francisco Valente falou de improviso eu gostei mais de o ouvir, eu também tenho o direito de expressar o meu gosto pelas intervenções, e é isso que nos deve mover e mobilizar para o futuro, que é no próximo semestre e muito desse semestre já está realizado e eu queria aqui tranquilizar aqueles pensamentos mais negativos que nós vamos uma vez mais atingir os objectivos com a compreensão de todos, com a compreensão dos

Oliveirenses e fundamentalmente dos Autarcas que têm sido os mais fustigados, que são os Presidentes de Junta, sem eles isto era quase impossível deixem-me dizer-vos se nós não conseguíssemos obter a sua compreensão. E também temos que dizer um pouco à custa do investimento, porque não se podem fazer omoletes sem ovos, senão não batia a bota com a perdigota, obviamente que houve também uma acalmia no investimento, há uma redução clara no investimento como é evidente. Portanto, eu como não gosto de fazer nem nunca gostaria de fazer aquele discurso que ontem ouvi dizer “eu aguentei, aguentei, mas isto tinha que ser e portanto é hoje”, uma bomba anda tudo baralhado, eu como não gosto de fazer isso acho que foi preferível nós fazermos este caminho e estarmos aqui no caminho certo, obviamente que vencemos uma etapa, estamos no intervalo, o jogo está-nos a correr bem e eu acho que vamos chegar ao final do jogo com uma vitória e a vitória é de todos os Oliveirenses, nem de nenhuma força política, nem de nenhum Executivo Municipal, mas de todos, porque sem a compreensão das pessoas é impossível de realizar este esforço, porque isto dói. Agora, nós não podemos ter dois pesos e duas medidas, quando o Governo toma estas medidas a malta aplaude, se for a Câmara a tomar a malta critica, vamos lá ser um bocadinho sérios nesta matéria. Nós estamos todos a fazer um esforço gigantesco, nós também estamos a cumprir com os objectivos que nos propusemos no Plano de Saneamento Financeiro, pelo menos dêem-nos uma pancadinha nas costas, não custa nada, que é para nós ficarmos um bocadinho mais animados. Muito obrigado.

===== A Assembleia Municipal apreciou o documento referido em epígrafe, tendo sido tomadas as seguintes posições: Sr. Presidente da Câmara - Apresentação para discussão de relatório de acompanhamento da Execução de Plano de Saneamento Financeiro, reportado 30 de Junho de 2010, com dados actualizados a 7 de Julho de 2010. Relatório semestral enviado aos Membros de governo responsáveis pelas áreas das Finanças e das Autarquias, conforme obrigação legal de envio no prazo máximo de trinta dias após o final do semestre a que reportam. Pontos do relatório colocados a reflexão: - Ponto de situação do Empréstimo de Saneamento Financeiro; - Taxa de execução no final do primeiro semestre face à execução económico-financeira prevista no Plano de Saneamento Financeiro para o ano 2010; - A evolução da dívida e endividamento municipal; - A evolução dos indicadores de equilíbrio económico-financeiro. Sendo um reporte intercalar, este relatório do 1º semestre 2010 evidência a capacidade de cumprimento dos objectivos determinados no Plano de Saneamento Financeiro para o ano 2010. A execução económica a 30 de Junho regista um superavit de € 2.863.285, sendo que o superavit a que o Município se comprometeu no Plano de Saneamento financeiro para o ano 2011 foi de € 2.469.120. A dívida total do município a 30 de Junho de 2010 é de € 49.698.615, apresentado uma redução de € 2.036.336 face a Dezembro.2009 e uma redução acumulada de € 5.486.554 face à dívida verificada no exercício antecedente ao saneamento financeiro. A dívida de empréstimos de médio e longo prazo, não excepcionados do endividamento líquido, totaliza € 40.185.112, com uma redução no semestre de € 854.266. O endividamento líquido municipal a 30 de Junho totaliza € 37.060.907, evidenciando uma

redução semestral de €2.772.234, superando a imposição legal de redução anual estimada para o ano 2010 de € 1.498.933. A dívida a fornecedores apresenta o valor de € 3.385.979€, apresentando uma redução semestral de € 1.982.676. A 30 de Junho 2010, esta dívida representa um prazo médio de pagamentos de 106 dias, ficando aquém do objectivo fixado no plano de 48 dias mas evidenciando uma recuperação face ao prazo médio de pagamento registado no final do ano 2009 que era de 146 dias. Só conseguido com a colaboração das Juntas de Freguesia, bem como, de todo o movimento associativo, a implementação e cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro tem trazido outro tipo de resultados positivos. Os fornecedores sentem que temos condições e capacidade para cumprir com as nossas obrigações em tempo mais útil do que no passado acontecia. É um esforço gigantesco que também tem vindo a ser feito muito à custa da redução do investimento, mas considero que assumindo estes compromissos temos que os levar por diante. É mais fácil gastar e investir, mas temos necessariamente que cumprir com o Plano de Saneamento Financeiro e é esse o esforço que estamos a fazer. Manuel Francisco Valente - Se não se tratasse de dados provisórios semestrais, diria que o Executivo Camarário finalmente encontrou o caminho para atingir os objectivos a que se propôs. Todavia, há que esperar pela execução anual, para se confirmar, ou não, a evolução globalmente apresentada no 1º semestre. Na base do relatório de acompanhamento devem ser tomados em conta três pontos menos positivos: - Dívida total do município; - Dívida total a fornecedores; e - Prazo médio de pagamento. A dívida total no final de Junho de 2010 é superior ao previsto no Plano de Saneamento Financeiro para o final de 2010 em €3.800.000, representado mais 8,29%. A dívida a fornecedores reduziu, realmente, em relação a Dezembro.2009, mas relativamente às estimativas para o final do ano 2010, apresentadas no Plano de Saneamento Financeiro, aponta para um desvio de + €1.930.000, representando um desvio de 133%. Quando ao prazo médio de pagamento a fornecedores, sendo um facto que baixou para 106 dias, é verdade também que está acima 59 dias do estimado no Plano de Saneamento Financeiro. Aguardemos pela execução anual para ver se o Executivo Camarário encontrou o tal rumo certo em termos económico-financeiros, ou se a execução do 1º semestre se tratou de uma excepção. Dr. Miguel Portela - Voltamos ao assunto que me preocupa bastante. Com a intervenção pretendo dar ideias, apontar caminhos e sugestões. A gestão é uma disciplina muito complexa para ser exercida assim, sem critérios, sem estacas e sem controlo. Na determinação dos proveitos temos um volume total de proveitos no valor de €15.786.000, com transferências e subsídios na ordem do €7.986.000 e proveitos próprios na ordem dos €7.800.000. Como custos mais importantes temos; o pessoal €4.127.000; fornecedores e serviços externos €3.465.000; financeiros €361.000, o que dá uma soma dos custos mais importantes de €7.953.000. Destes custos deve considerar-se que: 1) Pessoal, é uma rubrica de difícil redução dado o seu carácter; 2) Financeiros, o valor de encargos financeiros relativamente ao passivo bancário dá-nos uma taxa de 1,65%, não sei se é a realidade da taxa de juro de empréstimos bancários, se assim for é uma taxa bastante boa, se não for parece-nos que o valor não estaria correctamente escrito. Relativamente ao fornecimento e serviços

externos, parece ser a única rubrica que pode ser reduzido, até porque não representa um valor acrescentado. O Município deve então fazer em esforço para aumentar os proveitos próprios, para diminuir o peso no Orçamento de Estado. A nível de proveitos: O fomento do uso da Economia Digital, em substituição da prestação de serviços presenciais. A nível de custos: A redução dos fornecedores de serviços externos, mediante a utilização dos recursos internos, nomeadamente, pessoal. A nível de produtividade e eficácia: o recurso a estudos de benchmarking devem ser fomentados, em vez de estar apenas a olhar para o Plano de Saneamento, é bastante redutor. Quanto ao passivo, realmente nota-se uma evolução favorável.

Dr. António Rosa - Ao analisar este relatório de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro, estamos a fazer um balanço intermédio do ano, há que esperar pela execução do 2º semestre para tirarmos as conclusões finais, mas a cada momento devem ser tiradas conclusões daquilo que é a realidade. Genericamente os objectivos traçados para o final deste ano estão superados neste momento e, sendo expectável variações no 2º semestre relativamente à execução da receita e despesa verificada no 1º semestre, apresentam indícios de serem atingidos no final do ano, portanto, o ponto em que nos encontramos neste momento é extremamente importante. Aspecto a destacar, num contexto estranho de crise económica e de dificuldade de arrecadação da receita e de geração da despesa, o Município a meio do ano arrecadou 49,7% da receita anual prevista, há dois anos atrás, para o ano 2010. É um aspecto de grande importância, porque o Município apesar de uma situação globalmente mais complicada consegue continuar a ter as receitas que previu há dois anos, para executar o seu trabalho e seus projectos. Este é um relatório de sucesso, mas obviamente a prudência e a responsabilidade de gestão tem que continuar porque nada está atingido em definitivo. O objectivo de consolidação das contas municipais é também um objectivo político. A estrutura organizacional da Câmara Municipal se não estivesse, também, ao serviço deste objectivo tudo seria mais difícil. Aspecto que deve ser destacado porque perante este sucesso partilhado, assistimos a uma situação em que muitos dos colaboradores com mérito irão ver o pagamento do seu trabalho ser reduzido de uma forma discricionária. É muito importante também para a conquista de objectivos estratégicos dos município ter pessoas motivadas. Perante o actual contexto, a receita adoptada por Oliveira de Azeméis está a resultar. Está a resultar de uma forma estruturada, sustentada e gradual, sem avanços e recuos e com efeitos práticos que se vêem. Os Oliveirenses e os Senhores Presidentes de Junta, em particular, têm sido solidários e compreendido os sacrifícios. Com os dados apresentados e com a prática, estão a perceber que vale a pena o sacrifício e que podem ter uma perspectiva de esperança para o futuro próximo.

Sr. Fernando Pais Ferreira - Em termos de execução orçamental da receita, mantendo-se o nível de arrecadação evidenciado, o Município estará em condições de cumprir o previsto no Plano de Saneamento Financeiro. Do lado da despesa, segundo os Revisores Oficiais de Contas, a execução orçamental apresenta-se nos 41%, porém se incluirmos os compromissos assumidos e não pagos, esta percentagem sobe para 58%, o que significa que a despesa do 2º semestre teria de ser apenas de nove milhões para cumprir as metas do Plano de Saneamento Financeiro.

Analisando o endividamento global do Município, verifica-se uma diferença significativa entre os números apresentados pelo Revisor Oficial de Contas, que refere uma dívida de 50,8 milhões e 49,7 milhões apresentado pelo Gabinete de Auditoria Municipal. Há aqui um desfasamento, importa ser qualificado, mas também parece que não é de grande importância. Independentemente do valor correcto, estamos ainda muito longe da necessária redução global de mais de 4 milhões de euros no endividamento, para chegarmos ao final de 2010 com um endividamento de 46 milhões de euros, valor esse que também consta do Plano de Saneamento Financeiro. A dívida a fornecedores merece alguma reflexão. Na génese do Plano de Saneamento financeiro esteve a transferência de dívida de fornecedores da autarquia para entidades bancárias, aliviando as dificuldades de tesouraria das empresas credoras. Contudo verifica-se uma situação de incumprimento com o estabelecido no Plano de Saneamento Financeiro, que previa uma dívida a fornecedores que não excederia 1,5 milhões de euros e que neste momento é mais do dobro, agravada ainda com incumprimento dos prazos médios de pagamento que são de 106 dias, mais do dobro do previsto no Plano de Saneamento Financeiro. Esta situação merece análise cuidada, até porque no inquérito aos prazos de recebimento declarados pelas empresas de obras públicas, o Município de Oliveira de Azeméis consta do grupo de autarquias que paga a mais de seis meses. A prática de pagarmos mal, tarde e a más horas, não prestigia Oliveira de Azeméis. A difícil situação do Município não resulta da conjuntura anual e nem o argumento de que a recuperação financeira poderá estar a ser afectada pela crise colhe, porque as receitas continuam com um bom desempenho. Décadas de políticas de gestão e de prioridades erradas traduziram-se num buraco financeiro que tem como responsáveis não só os gestores do passado, mas também todos aqueles que durante anos avalizaram nesta casa todos os orçamentos e documentos de prestações de contas que potenciavam este acumular de erros. As taxas de juros, que tanto têm ajudado as contas do Município a não serem tão dramáticas, não se vão eternizar a estes níveis. Mas mais grave ainda, estas contas não reflectem qualquer preocupação do executivo em amortizar o empréstimo de 34 milhões de euros, atendendo a que falta apenas um ano para terminar o seu período de carência e que vamos ter que começar a pagar aquilo que pedimos emprestado. A nossa realidade, não devendo ser vista de forma isolada, somos nós que temos de a reavaliar e que temos de encontrar instrumentos para contornar esta realidade que cada vez é mais catastrófica. Sr. Presidente da Câmara (esclarecimentos) Considerando a execução apresentada no 1º semestre lamenta-se o referido relativamente ao esforço que estamos a fazer. Com coerência e responsabilidade o esforço e a evolução globalmente positiva deveriam ser reconhecidos. O PEC 2 cortou ao Município o valor de €529.000, tendo sido referido pelo Sr. Ministro Teixeira dos Santos e o Senhor Primeiro Ministro que haverá mais reduções no ano 2011. Valores que poderiam ser parcialmente canalizados para as necessidades das Juntas de Freguesia. Estes cortes não são assim tão despicientes, porque a Câmara não pode cortar nos passes escolares, nas AEC's, nas refeições, na iluminação pública. Avaliando exclusivamente as contas do 1º semestre é imprudente afirmar-se que a redução anual da dívida de empréstimos de

médio longo prazo fica aquém da redução mínima legal, conforme referido no relatório do Revisor Oficial de Contas. Esta é uma avaliação que deverá acontecer com as contas finais do ano. Relativamente à dúvida levantada de diferença entre relatórios, o relatório do Revisor Oficial de contas data de 22 de Setembro, sendo o relatório de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro emitido em Julho.2010 com dados actualizados à data de 7.Julho.2010. Quanto à questão do Dr. António Rosa, é evidente que é um esforço gigantesco que estamos a fazer. Sendo verdade que estamos a analisar um relatório intercalar, procurando tranquilizar pensamentos mais negativos, com a compreensão dos Oliveirenses e dos Autarcas e à custa duma acentuada redução do investimento, a execução do 2º semestre vai atingir os objectivos. Estando a fazer um esforço gigantesco, considerando que este é o caminho a fazer, estamos a cumprir com os objectivos que nos propusemos no Plano de Saneamento Financeiro. =====

*===== **Ponto dezanove:** Certificação legal das Contas do Município - Parecer do Revisor/ Auditor externo – Conhecimento e apreciação. =====*

===== Presente o relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município, para conhecimento e tomada de posição, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Nós de alguma forma já discutimos aqui este relatório, na resposta à intervenção do Senhor Dr. Fernando Ferreira. O relatório foi distribuído, tem os números que tem, tem essa discrepância dos números, eu já dei a explicação para essa discrepância, tendo em conta depois a distribuição pela análise dos balancetes. Portanto, estarei disponível para prestar algum esclarecimento. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido documento. =====

*===== **Ponto vinte:** Revisão ao Orçamento – Inscrição de Novo Projecto/Acção (n.º 132/2010 – “Centro Escolar de Ul”) – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que a inscrição de novas rubricas da despesa, resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações, leva à necessidade da elaboração, apreciação e aprovação de uma revisão orçamental; Considerando que compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de

organização e funcionamento, sob proposta da Câmara, aprovar as revisões ao Orçamento e às Opções do Plano; Considerando que, previsivelmente vai ter início durante o ano 2010 a empreitada “Centro Escolar de Ul”, e que não foram previstas no Orçamento e PPI 2010 o Projecto/Acção correspondente; Propõe-se a inscrição no PPI 2010- 2013 do Projecto/Acção nº 132/2010, com a designação “Centro Escolar de Ul”.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Tem a ver com uma revisão que precisamos de fazer ao Orçamento para a inscrição de um novo projecto/acção, que tem a ver com a construção de um Centro Escolar em Ul. Como sabem a construção dos centros escolares que tenham início e que sejam contratualizados ainda durante o ano 2010 têm uma garantia, pelo menos até ao momento ainda não foi alterada, de financiamento QREN de 80% e não sabemos aquilo que acontece em 2011. E, portanto, como esta obra não estava inscrita no orçamento, é só uma revisão para inscrição e obviamente que está a ser feito o trabalho com a Junta de Ul para poder avançar este centro escolar e, portanto, aqui é um pouco estarmos prevenidos e aproveitar ao máximo a questão dos 80% que o Senhor Primeiro Ministro anunciou no QREN. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número vinte à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e um:** Fixação da Taxa de Derrama para 2011. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: · O definido no nº1 do art.º 14º da LFL, os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC); · Os constrangimentos e restrições orçamentais, designadamente as decorrentes das medidas adicionais do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), Lei nº.12 – A/2010, conforme o art.º13, em que são reduzidas as transferências do Orçamento de Estado (OE) para as autarquias locais, o que implica uma redução de 3,79% (cerca de 529.000€) nas transferências para o nosso Município; · Que a crise económica está afectar a economia em geral e as empresas em particular e não obstante os montantes da Derrama terem sofrido uma diminuição de 382.636,00€ neste ano, face ao mesmo período homólogo (Jul08/Jun09) do ano transacto, apontamos manter as taxas pelos valores de 2010; · Não obstante das reduções atrás referidas o **Executivo vai manter a sua orientação**

para uma política de apoio às empresas, designadamente às PME's e de dinamização do tecido económico do concelho; · Que, ao abrigo do nº4 do art.º 14º da LFL, a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros), propõe-se: Nestes termos, ao abrigo do disposto no art.º 14º da LFL, conjugado com a alínea f) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º5-A/2002, a fixação pela Assembleia Municipal, das seguintes taxas de Derrama para o ano 2011; · Taxa geral de 1,2%; · Taxa reduzida de derrama de 0,75%, para sujeitos passivos com o volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros).” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *A proposta que nós apresentamos para a Derrama é de taxa geral de 1,2% e taxa reduzida de derrama de 0,75%, para sujeitos passivos com o volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros). Nós estamos a apresentar as mesmas taxas que foram aplicadas sempre no município.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Carlos Afonso.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Carlos Afonso, do PS.* =====

===== *Boa noite. Estabelece o art.º 14.º da Lei das Finanças Locais, no seu n.º 1, que o Município pode deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC). O n.º 4 do mesmo artigo permite à Assembleia Municipal, por proposta da Câmara Municipal, deliberar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150.000. As taxas de derrama propostas pela Câmara Municipal para 2011 são de 1,2% como taxa geral, portanto n.º 1 do art.º 14.º das Finanças Locais e 0,75% para a taxa reduzida, n.º 4 da mesma Lei. Estas taxas são idênticas às praticadas no ano 2010. No distrito de Aveiro, abaixo de 1,2% no ano 2010 só havia Mealhada com 1% e S. João da Madeira com 1,14%. Nos restantes Municípios aplicaram a taxa geral máxima. Para o ano 2011, S. João da Madeira continua com uma taxa geral de 1,14% e a taxa reduzida passou para 1%; Santa Maria da Feira continua com a taxa geral de 1,5%. O Partido Socialista congratula-se com a posição apresentada pela Câmara Municipal, no sentido de fixar taxas mais baixas do que os Municípios à nossa volta e a justificação apresentada pela Câmara*

Municipal de apoio às empresas é louvável e o Partido Socialista acolhe-a uma vez que é um sinal de incentivo dado aos empresários e aos restantes agentes económicos. Este abaixamento da taxa de derrama permite uma concorrência maior com os Municípios à nossa volta com taxas superiores e pode capitalizar mais investidores e potenciar a criação e fixação de mais empresas. Mas o abaixamento das taxas de derrama só por si nada capitalizará para o concelho se as zonas industriais planeadas continuarem no papel e não passarem a ser implementadas, infra-estruturadas e oferecidas aos empresários. Relembro que a grande zona industrial UI/Loureiro que podia e devia ser o grande pólo de desenvolvimento do concelho continua estagnada, senão mesmo morta. A tomada de medidas avulsas, como esta do abaixamento da taxa de derrama só por si não irá promover a criação e fixação de novas empresas e investidores. O Município tem que tomar outras medidas. Espero que o Município mostre tanta preocupação para as empresas e os empresários e demonstre também essa mesma preocupação para com a parte social. Nesse sentido a Câmara Municipal deverá também reduzir a carga fiscal ao nível de IMI e IRS dos Municípios duramente castigados pela conjuntura e pelo desemprego, sendo os nosso Municípios os que têm um índice de poder de compra inferior à média nacional da Região Norte de Entre o Douro e Vouga. Esta sensibilidade terá que ser para todos os lados, empresários e restantes municípios e não apenas e só para o tecido empresarial, sob pena de se estar sistematicamente a violar o princípio constitucional da igualdade. O argumento da crise das receitas do Município não colhe, quando é certo que o Município tem que ter um forte papel social melhor para os seus municípios, ajudando-os a atenuar as suas dificuldades. Esse sinal será o abaixamento da carga fiscal no âmbito da competência que tem. =====

===== O Senhor Presidente em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Só uma informação, vem na sequência da intervenção do Senhor Deputado Carlos Afonso e que se prende com a área de acolhimento empresarial de UI/Loureiro. Para lhe dizer Senhor Deputado que foi já apresentada uma candidatura ao QREN da Área de Acolhimento Empresarial de UI/ Loureiro. Estamos a falar de um volume de investimento superior a dez milhões de euros. Já está lá no ON2 para ser avaliada e esperamos nós, a expectativa é grande, ser aprovada. Obviamente que não é de um momento para o outro, não temos a varinha mágica para dizer “agora vamos fazer aqui a zona industrial”. Esse trabalho foi feito, demorou algum tempo, foi preciso fazer-se um estudo de viabilidade, de impacte ambiental, porque tem a ver com a questão do tratamento dos resíduos na área de acolhimento empresarial, tem um sistema de tratamento próprio dentro da própria área empresarial e isto demorou tudo o seu tempo, mas mesmo assim achamos que fizemos em tempo recorde e vamos esperar agora a aprovação. Era só este esclarecimento que queria dar. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

=====
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número vinte e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, fixando as seguintes Taxas de Derrama para 2011: taxa geral de 1,2% e taxa reduzida de derrama de 0,75%, para sujeitos passivos com o volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros).* =====

=====
 ===== **Ponto vinte e dois:** *Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2011.* =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “A Lei n.º 5/2004 de 10 de Fevereiro veio permitir a cobrança, por parte dos Municípios respectivos, de uma taxa municipal de direitos de passagem, com o intuito de mitigar os encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público (Operadores), em local fixo, dos domínios públicos e privado municipal. Isto posto e considerando que: O percentual a aprovar por cada Município deverá ser aprovado anualmente até ao final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina (art. 106º, n.º 2 al. B); - O seu valor máximo é de 0,25% devendo tal constar de forma expressa na facturação mensal emitir pelos Operadores de redes e comunicações electrónicas (art. 106º, n.º 3): - A ANMP por circular n.º 41/2004 de 09/03/2004 sugeriu a aprovação do percentual em causa no seu valor máximo; - E ainda o percentual aprovado e cobrado no ano de 2010 foi de 0,25%, propõe-se: nos termos e ao abrigo do preceituado no art. 106º da Lei 5/2004 de 10 de Fevereiro (Lei das Comunicações Electrónicas), conjugado com os artigos 64º, n.º 6, al. a) e para efeitos artigo 53º, n.º 2, e), da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a aplicação de um valor percentual de 0,25% como Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2011.”* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====
 ===== *A taxa de 2010 foi de 0,25% e a taxa proposta para 2011 é de 0,25%. Nós estamos incluídos nos Municípios que lutam para que esta situação seja alterada, seja modificada para que os operadores que usam e abusam do nosso território possam e tenham que pagar mais do que aquilo que pagam hoje. É um trabalho que está a ser coordenado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses e obviamente não nos deixa satisfeitos quando nós estamos a falar de uma receita que é uma receita que é tão reduzida para aquilo que nós entendemos que os operadores podiam e deviam pagar. A taxa que propomos é aquela que é recomendada pela Associação Nacional de Municípios, que é de 0,25%.* =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor José Lourenço. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor José Lourenço, do PS, que disse: =====

===== Neste ponto o Senhor Presidente disse que se trata meramente de uma formalidade, que tem que se aprovada até final do ano. Apreciamos a manutenção da taxa e também achamos pertinente a taxa aplicada. Trata-se também, e como já foi debatido em últimas Assembleias, nomeadamente nos dois últimos anos, este ponto já foi debatido pela pertinência também pelo que os operadores também se calhar não estão a fazer. Já foi reconhecida a sensação de que de facto não há muita clareza por parte dos operadores no tratamento destas questões, tais como os valores posteriormente entregues ao Município. Todos nós também reconhecemos que não temos, nem existem instrumentos que nos permitam verificar a incidência, ou seja, verificar a veracidade destes números. Devemo-nos cingir ao princípio da boa-fé que pensamos que as operadoras estarão a utilizar. Na Assembleia Municipal do ano passado, o Senhor Presidente reconheceu tudo isto, acrescentou também que tal questão está na base da preocupação do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios, assim como da maior parte dos municípios portugueses, é reivindicação de todos. E acrescentou ainda que este assunto seria um dos que estaria em cima da mesa do Congresso Nacional de Municípios realizado em Dezembro. Acolheu também de bom grado uma proposta efectuada pelo colega Dr. Fernando Pais que também referiu que iria colocar na mesa para ajudar na resolução destes problemas. Posto isto, o Senhor Presidente já adiantou algo, mas gostaríamos de saber mais sobre esse congresso, que medidas, se de facto existem mais e se irão haver alguns instrumentos para que possamos vir a receber aquilo que achamos justo. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Nós estamos a falar, só para que tenhamos a noção, valores de 2007- € 15.600; 2008 - € 16.636; 2009 – 16.375, ou seja, estamos a falar de valores que são, obviamente todos entendem, pequenos para a ocupação e para os direitos de passagem destes operadores. Eu posso-lhe fazer chegar, mas se consultar o site da Associação Nacional de Municípios Portugueses percebe que está lá centenas e centenas de papéis, de ofícios e de comunicados da Associação Nacional de Municípios Portugueses a pressionar o Governo para isto. Deixe-me dizer-lhe que eu acho que há sensibilidade do Governo também para alterar isto, mas há uma resistência brutal das operadoras, porque obviamente se o Governo conseguisse “convencer” as operadoras a aumentar esta parte, podia até se calhar cortar noutros sítios e dizer “os senhores têm aqui uma nova forma de arrecadação de impostos”. Portanto, eu acho que isto é mesmo

uma questão de tempo, de paciência, de resistência e de insistência. Nós cá continuamos, se calhar noutros aspectos a Associação Nacional de Municípios não tem tão fortemente defendido os interesses nalgumas matérias, mas nesta eu acho que a Associação Nacional de Municípios tem feito um bom trabalho, tem pressionado aquilo que pode, no congresso isso foi discutido, moções e mais moções, tudo aprovado por unanimidade, porque não há ninguém que seja contra isto e toda a gente entende de que havia de haver outro mecanismo de controle que obrigasse ou possibilitasse, que obrigasse porque isto é tão óbvio, que obrigasse a melhorar a arrecadação de receita dos municípios por via desta taxa. Eu acredito que isto vai mudar, sinceramente, mas ainda não é para 2011, vamos aguardar. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, fixando a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2011 em 0,25%, com a seguinte votação: a favor - vinte e cinco do PSD, dois do CDS/PP e um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; contra - doze do PS. =====

*===== **Ponto vinte e três:** Fixação das Taxas sobre os Prédios Urbanos no âmbito do Imposto Municipal de Imóveis (IMI) para 2011. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: · Que a comunicação à Direcção Geral dos Impostos, por transmissão electrónica de dados, das deliberações da Assembleia Municipal que fixam as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2011, referidas no art.º112º do CIMI, deve ser recebida nesse serviço até 30 de Novembro de 2010. Caso isso não se verifique serão aplicadas as taxas mínimas (n.º13, do Art.º112 do CIMI, na redacção actual conferida pelo art.º 77 da Lei n.º53 A/2006 de 29 de Dezembro); · O plano de Saneamento Financeiro aprovado, que aponta para a **maximização de receitas, designadamente em matéria de impostos locais e taxas**, conforme o estatuído na f), n.º2 do art.º 4º do Decreto-Lei n.º38/2008 de 7 de Março; · As constantes assumpções de novas responsabilidades e transferências por parte dos Municípios, os constrangimentos e restrições orçamentais, designadamente as decorrentes das medidas adicionais do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), Lei n.º.12 – A/2010, conforme o art.º13, são reduzidas as transferências do Orçamento de Estado (OE) para as autarquias locais, o que implica uma redução de 3,79% (cerca de 529.000€) nas transferências para o nosso Município. Propõe-se: Mediante deliberação da Assembleia Municipal e sob proposta da Câmara Municipal se fixem as taxas aplicar em 2011, pelos valores máximos em vigor: 1 - Nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 112º, nº1 alíneas b) e c) e nº5 do Código do Imposto sobre Imóveis (CIMI), na redacção actual da Lei n.º 64-A/2008 de 5 de Dezembro e da Lei nº 21/2006 de 23 de Junho, alínea a), do n.º6, do artigo 64º, e alínea f), n.º 2 do art.º. 53 da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção actual de Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, se fixe as taxas do IMI para 2011*

em: · Prédios urbanos: 0,7%; · Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,4%; 2 - Que também se comunique à DGCI, o directamente estatuído no n.º3, do art.º 112º do CIMI, na redacção actual conferida pelo art.º 93º da Lei 64-A/2008 de 5 de Dezembro, ou seja, que as taxas previstas anteriormente e correspondente às alíneas b) e c) do n.º 1 do mesmo artigo do CIMI, são elevadas, anualmente, ao dobro nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e elevadas, anualmente, ao triplo nos casos de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio; 3 - Se majore em 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, na área de intervenção do plano de urbanização da cidade e nas áreas e freguesias cujo levantamento já se efectuou em anos anteriores, (Prédios Urbanos = 0,91% e Prédios Urbanos Avaliados nos termos do CIMI = 0,52%), considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. Para o efeito deverão os serviços da DGP UA proceder ao levantamento dos prédios urbanos degradados, nas áreas acima referidas, e proceder à identificação dos respectivos proprietários para comunicarem à DGCI até 30 de Novembro de 2010, conforme o n.º 8 do art.º 112º do CIMI, na redacção actual dada pela Lei n.º6/2006, de 27 de Fevereiro e Lei n.º 21/2006 de 23 de Junho; 4 - Se majore no dobro (1,6%), a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situações de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma colecta de imposto inferior a 20€ por cada prédio abrangido nos termos do n.º9, do art.º 112º do CIMI, conforme redacção actual dada pela Lei n.º21/2006 de 23 Junho. Para o efeito e nos termos do n.º11, do art.º 112º do CIMI conforme redacção actual dada pela Lei n.º21/2006 de 23 de Junho, deverá o Gabinete Técnico Florestal proceder ao levantamento dos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono (conforme definido e nos termos do n.º10 do mesmo artigo) e à identificação dos respectivos proprietários, até 30 de Março de 2011, para comunicação via electrónica à DGI; 5 - Para as restantes situações ainda não é oportuno propor a respectiva fixação de taxas.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== A proposta que o Executivo Camarário aqui trás é manter os valores que foram fixados para 2010. Como sabem nós temos, com base naquilo que é o Plano de Saneamento Financeiro, de maximizar as receitas designadamente em matéria de impostos directos e das taxas e, portanto, nada foi alterado nesta perspectiva. Aliás tivemos uma quebra nas receitas, conforme eu próprio já tive aqui a oportunidade de afirmar. Portanto, as propostas que nós apresentamos para o IMI são para os prédios urbanos 0,7% e para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI 0,4%, ou seja, mantemos as taxas que apresentamos para o ano 2010, nem reduzimos, nem aumentamos. =====

=====
Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Fernando Pais Ferreira, Dr. Miguel Portela e Dr. António Rosa.
=====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS.
=====

=====
De facto o Senhor Presidente deve ter aqui cometido um lapso, mas deve ser um lapso absolutamente desculpável uma vez que disse que as taxas eram as mesmas do ano anterior, que nem reduziam, nem aumentavam. Certamente saberá que estas taxas são as taxas máximas permitidas por Lei, portanto aumentar não pode aumentar, também não pode reduzir. Senhor Presidente, eu queria agora falar mais directamente para os Senhores Presidentes de Junta porque, independentemente da gestão camarária, esta situação é uma situação que interessa fundamentalmente às freguesias e às freguesias como um todo, no sentido de que são os próprios residentes nas freguesias que contribuem para esta arrecadação de impostos. Sei também que o Plano de Saneamento Financeiro implica uma maximização das receitas ao nível dos impostos, ao nível do IMI e nós, como decorreu da intervenção do Dr. Carlos Afonso Oliveira, achamos muito bem a descida da derrama, achamos também que é uma medida importante para sedimentar o tecido empresarial aqui, não é suficiente só por si, mas já denota algum esforço relativamente a isto. Mas a grande questão que nos põe aqui é que de facto não houve uma redução, o Município podia ter sido tentado a fazer uma redução destas taxas de IMI como alguns Municípios fazem. Oliveira de Azeméis optou, quanto a nós com alguma lógica e coerência no sentido da maximização da receita, por manter níveis máximos de taxas relativamente aos prédios urbanos e urbanos avaliados. Mas eu agora vou falar expressamente para os Presidentes das Juntas que estão aqui e que vão votar isto. O Partido Socialista entende que o Município Oliveirense tem relativamente a vocês, Presidentes de Junta, aqui uma oportunidade de vós “compensar”, obviamente não se trata aqui de uma figura compensatória, mas de atribuir às freguesias algo que as freguesias dão ao Município, ou seja, este dinheiro que é pago é dinheiro fruto do trabalho e dedicação que cada um de vocês, Presidentes de Junta, faz nas vossas terras. Bem ou mal, uns mais, outros menos, mas temos a certeza de que cada um de vocês, Presidentes de Junta, dá o melhor para a vossa terra. Então, a nossa proposta assenta num critério que nos parece perfeitamente justo e equitativo. A proposta do Partido Socialista é relativamente aos Presidentes das Juntas fazerem o seguinte: haver uma parte, ainda que sem grande significado, que nós vamos fazer essa proposta em concreto, haver uma parte dessa arrecadação de receita que seja directamente entregue às Juntas de Freguesia. Nós estamos a falar aqui, eu creio que ali o Senhor Deputado corrigir-me-á se eu estiver errado, mas estamos a falar de receita do IMI de quanto, quatro milhões e meio, cinco? Desses quatro milhões e meio, cinco milhões, aplicar-se-ia uma percentagem igual para todos e calculada de acordo com a participação de cada uma das Juntas de Freguesia e atribuirá, ou seja, vocês sabiam que a dinamização do parque urbanístico, residencial e comercial da vossa terra teria

uma compensação também por esta via para as Juntas de Freguesia, o que vos aumentaria a receita. É uma proposta Senhor Presidente, por uma questão que toda a gente ficasse clara desta situação, o Partido Socialista entendeu distribuir a cada um dos Deputados e eu pedi autorização ao Senhor Presidente da Assembleia, a cada um dos Deputados esta proposta em concreto, porque é uma proposta que eu acho que é absolutamente digna, não mexe rigorosamente nas receitas do Município e contribui para que os Presidentes de Junta tenham algum retorno efectivo daquilo que prestam ao Município em termos de imposto. É óbvio, eu estou convencido que a maioria dos Presidentes de Junta, se não a sua totalidade, não pode deixar de votar a favor desta decisão, sob pena de serem responsabilizados. O Senhor Presidente da Câmara obviamente tem uma opinião contrária, porque quer gerir o dinheiro, a sua opinião já foi expressa em reunião própria. Eu entendo que vocês, Presidentes de Junta devem ponderar uma votação favorável e conferir de facto alguma dinâmica equitativa a esta contribuição ao nível do Imposto Municipal sobre Imóveis. =====

===== O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apresentou a seguinte proposta: “Fixação das taxas sobre os prédios urbanos no âmbito do Imposto Municipal sobre Imóveis A Bancada do Partido Socialista nesta Assembleia, propõe que se definam as seguintes taxas para o ano económico de 2011: Prédios Urbanos: 0,7%; Prédios Urbanos Avaliados nos termos do CIMI: 0,4%. Que o valor resultante do diferencial entre a taxa de 0,65% e 0,7% nos prédios avaliados e entre 0,35% e 0,4% dos prédios avaliados os termos do CIMI, seja transferido para as Juntas de Freguesia, na proporção da arrecadação de receita referente a casa uma das Freguesias.” =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou um esclarecimento à Mesa. =

===== Senhor Presidente, está a ser distribuída a proposta e eu gostava que o Senhor Deputado Fernando Pais Ferreira, que é um experiente e profundo conhecedor da matéria em apreço, que pudesse justificar legalmente a proposta que está a fazer. Se ela não viola uns princípios que está na Lei relativamente à matéria fiscal. Como é um especialista em direito fiscal, que eu sei que é, se nos pudesse explicar essas questões era importante. =====

===== O Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira disse: =====

===== Senhor Presidente, independentemente de qualquer irregularidade formal que possa haver, aqui está uma questão de princípio e de justiça na aplicação deste critério. É essa a questão. Eu não conheço nenhuma irregularidade formal. Não conheço nenhuma irregularidade formal, mas independentemente disso o que nos interessa é de facto a justiça da proposta. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP, que disse: =====*

===== *Na nossa opinião, do CDS, o IMI entre outras taxas podia fazer parte de um pacote de medidas de apoio a casais jovens através da redução de taxas para incentivar a fixação desses casais no nosso concelho. Na nossa opinião o aumento dos impostos acaba por ter um efeito perverso pois acaba por reduzir as próprias receitas. Muitas vezes as subidas de taxas resultam mais do que os impostos e porquê? Porque o imposto paga-se por nada de proveitoso para nós, enquanto que a taxa paga-se para um fim mais palpável e que utilizamos. Dúvidas, tivemos muitas em relação a este ponto porque é um assunto muito melindroso. Como em tudo o exemplo terá de vir de cima e os exemplos do poder central abafam as transferências às autarquias e a nossa com a agravante do Plano de Saneamento Financeiro vê a sua situação mais agudizada. No fundo, meus amigos, continua a ser sempre o mesmo a pagar a factura de uma forma ou de outra, mas na situação que neste momento vivemos e depois do novo agravamento de medidas de austeridade por parte do governo não me sinto com moral para apontar o dedo ao pedido da autarquia de aplicar as taxas máximas. Contarão com o voto favorável da bancada do CDS-PP tanto neste ponto como na proposta de taxa máxima no IRS. =*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD. =====*

===== *Senhor Presidente, em primeiro lugar a Bancada do PSD naturalmente que subscreve a proposta feita pela Câmara Municipal, sobretudo baseada num princípio de prudência e sobretudo no princípio de bom senso relativamente àquilo que é a vida que temos hoje, a realidade que nos envolve e todas as decisões que se tem sucedido ao longo dos últimos tempos. Eu gostava de deixar aqui também uma nota, até pela informação que tenho e que não deixa de ser curiosa e se calhar aqui eu atrevia-me a descansar o Senhor Presidente em relação àquele desconforto que manifestou há pouco relativamente ao sentido da Bancada do Partido Socialista aqui na Assembleia Municipal. É que na verdade há aqui uma evolução muito positiva no sentimento que foi manifestado em reunião de Câmara Municipal pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista, que creio eu terão à semelhança do que fizeram em anos anteriores sucessivos, propuseram a redução desta taxa. Portanto, há aqui uma evolução positiva e essa evolução positiva terá uma de duas razões: ou é de facto a situação que todos vivemos nos últimos dias, nomeadamente a partir de ontem ao final do dia, se é, enfim ao menos tem algum aspecto positivo, ou então é porque efectivamente reconhecem que não deveria haver outra decisão que não fosse a manutenção desta taxa. Portanto, obviamente que o Partido Social Democrata está em acordo com a proposta apresentada pela Câmara Municipal. Eu também aproveito esta intervenção, para não ter que utilizar de novo a palavra, para me referir à proposta apresentada pelo Partido Socialista para que daqui a pouco eventualmente acolhamos*

a sua análise e votação. Em primeiro lugar, eu não sou nem pretendo ser jurista mas isto não é tanto uma questão jurídica é mais uma questão daquilo que são as generalidades da gestão autárquica, é que há um princípio sagrado no POCAL, que é o princípio da não consignação. É uma violação legal consignar receita a uma qualquer despesa e, portanto, mais não seja esta seria uma ferida de morte desta proposta. Independentemente disto, eu também me atreveria a dizer uma coisa e aqui se calhar falo também olhos nos olhos com todos os Senhores Presidentes de Junta, é que se calhar com esta proposta haveriam de sair todos prejudicados. Reparem: está a ser feita uma proposta de se consignar às Juntas de Freguesia o diferencial entre 0,65% e 0,7% da receita proveniente do IMI e eu recorro que voluntariamente e esta é uma tónica que ao longo de muitos anos foi debatida aqui e parece que há uma confusão de conceitos, a Câmara Municipal transfere para as Juntas de Freguesia com base em critérios que são esses mesmos, não são só o IMI, são a população, são a área, são um conjunto de outros factores que determinaram uma matriz de transferências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia. E se porventura houvesse uma intenção da Câmara Municipal em colocar em prática esta proposta, naturalmente, digo eu, isto não há magia, portanto, o dinheiro não cai do céu, se tomamos uma opção temos que a fazer em detrimento de outra e, portanto, se calhar se abdicasse dos protocolos actualmente feitos com as Juntas de Freguesia de transferências mensais e passasse a fazer este pequenino presente para as Juntas de Freguesia, seguramente também todos sairiam prejudicados. Portanto, creio que os Senhores Presidentes de Junta nesse aspecto não têm que ficar minimamente preocupados ou intranquilos com a realidade actual. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou à votação a admissão da proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a qual foi admitida por unanimidade. =====

===== Colocada à votação a proposta apresentada pelo Partido Socialista, foi a mesma rejeitada por maioria, com a seguinte votação: votos a favor – treze do PS; votos contra - vinte e cinco do PSD, dois do CDS/PP e um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número vinte e três à votação, tendo sido deliberado por maioria: 1. fixar as seguintes taxas do IMI para 2011: prédios urbanos - 0,7%; prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI – 0,4%; 2. Que também se comunique à DGCI, o directamente estatuído no n.º3, do art.º 112º do CIMI, na redacção actual conferida pelo art.º 93º da Lei 64-A/2008 de 5 de Dezembro, ou seja, que as taxas previstas anteriormente e correspondente às alíneas b) e c) do n.º 1 do mesmo artigo do CIMI, são elevadas, anualmente, ao dobro nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e elevadas, anualmente, ao triplo nos casos de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma

próprio; **3.** Se majore em 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, na área de intervenção do plano de urbanização da cidade e nas áreas e freguesias cujo levantamento já se efectuou em anos anteriores, (Prédios Urbanos = 0,91% e Prédios Urbanos Avaliados nos termos do CIMI = 0,52%), considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. Para o efeito deverão os serviços da DGPUA proceder ao levantamento dos prédios urbanos degradados, nas áreas acima referidas, e proceder à identificação dos respectivos proprietários para comunicarem à DGCI até 30 de Novembro de 2010, conforme o n.º 8 do art.º 112º do CIMI, na redacção actual dada pela Lei nº6/2006, de 27 de Fevereiro e Lei nº 21/2006 de 23 de Junho; **4.** Se majore no dobro (1,6%), a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situações de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma colecta de imposto inferior a 20€ por cada prédio abrangido nos termos do n.º9, do art.º 112º do CIMI, conforme redacção actual dada pela Lei n.º21/2006 de 23 Junho. Para o efeito e nos termos do n.º11, do art.º 112º do CIMI conforme redacção actual dada pela Lei n.º21/2006 de 23 de Junho, deverá o Gabinete Técnico Florestal proceder ao levantamento dos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono (conforme definido e nos termos do nº10 do mesmo artigo) e à identificação dos respectivos proprietários, até 30 de Março de 2011, para comunicação via electrónica à DGI; **5.** Para as restantes situações ainda não é oportuno propor a respectiva fixação de taxas, com os seguintes votos: a favor – vinte e cinco do PSD, dois do CDS/PP e um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; contra – treze do PS. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira. =====

===== A nossa proposta de votação contra tem um significado, não pode ser dissociada da outra, nós próprios propusemos a manutenção do regime das taxas, o que nós votamos contra à proposta, foi o não destino desse valor. =====

===== **Ponto vinte e quatro:** Definição de percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos de 2011 – Fixação de percentagem. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: · O definido na alínea c) do no n.º1 do art.º 19º conjugado com os números 2 e 3 do art.º 20 da LFL, os municípios têm direito a participação variável no IRS, até ao limite de 5%, devendo deliberar anualmente uma percentagem de IRS; · O disposto no art.º 77 do Decreto-Lei nº 72-A/2010, que altera os efeitos da ausência de deliberação e comunicação, prevista no nº.3, do art.º. 2 da LFL, mas sem definir qual o ano de rendimentos em que é reflectido o imposto; · O plano de Saneamento Financeiro aprovado, que aponta para a **maximização de receitas,**

designadamente em matéria de impostos locais e taxas, conforme o estatuído na f), n.º2 do art.º 4º do Decreto-Lei n.º38/2008 de 7 de Março; · Os constrangimentos e restrições orçamentais, designadamente as decorrentes das medidas adicionais do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), Lei n.º.12 – A/2010, conforme o art.º13, em que são reduzidas as transferências do Orçamento de Estado (OE) para as autarquias locais, o que implica uma redução de 3,79% (cerca de 529.000€) nas transferências para o nosso Município; · A percentagem de participação no IRS será aplicada sobre os rendimentos auferidos em 2011 e transferida para o Município no ano de 2012; propõe-se: Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº1 do art.º 19 e o nº2 do art.º20 da LFL, conjugado com a alínea h) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º5-A/2002, a deliberação da percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos do ano de 2011, pela Assembleia Municipal, em 5%.”

=====
O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.
 =====

=====
A argumentação que vou utilizar é a mesma que utilizei para as propostas que a Câmara Municipal apresentou nos pontos anteriores, ou seja, tendo em conta o Plano de Saneamento Financeiro que estamos obrigados a cumprir e a maximização das receitas, designadamente em matéria de impostos locais e taxas, nós vamos propor a taxa de IRS em 5%, rigorosamente igual à que foi apresentada no ano anterior, nem mais nem menos.
 =====

=====
Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Bruno Aragão.
 =====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS.
 =====

=====
Esta será a minha intervenção mais fácil porventura nestes anos, porque se o Senhor Presidente me permite vou utilizar quase exclusivamente palavras que foi dizendo ao longo desta Assembleia. Em primeiro para dizer “sim senhor, parabéns, está no bom caminho no que se refere à derrama” e utilizando mais uma vez uma palavra sua “é só uma questão de sermos coerentes” e fazermos o mesmo exercício agora para as famílias. No que se refere à taxa de IRS em vez de cobrarmos o valor máximo de 5%, temos também um esforço e estímulo e cobramos apenas 4,5%. Sim, sabemos que é uma perda de receita, sabemos isso, sabemos quanto é, pelo menos tendo em conta os valores que foram cobrados no ano anterior. Sabemos que é um esforço para o Município, sim sabemos isso; reconhecemos as dificuldades orçamentais e também conhecemos o Plano de Saneamento Financeiro, mas utilizando mais uma vez palavras suas, Senhor Presidente, “a questão da pobreza está cada vez mais em cima da mesa”, disse e penso que foi no PAOD. Acho que todos reconhecemos de facto que a

realidade de muitas famílias do concelho é difícil; reconhecemos o esforço que cada uma tenta fazer nesta fase. É óbvio que falamos numa perda de receita do Município, mas é uma perda que se sente directamente no bolso das pessoas. Continuamos a cobrar uma taxa próxima do máximo se cobrarmos 4,5% e esses 0,5% mais do que um estímulo para as famílias são um sinal de confiança clara de que o Município numa fase difícil como esta está do seu lado e reconhece esse esforço. Volto a dizer: é um esforço do Município naturalmente, mas é um esforço que é visível e tem consequências práticas. É óbvio que já sabemos que o Plano de Saneamento propõe que se cobre os valores máximos nesta questão, mas continuamos com valores muito próximos do máximo. Se fizerem as contas ao Município a questão não é tão pesada assim e para as famílias, muitas famílias pode ser mais até, isto é uma questão preventiva, porque muitas vezes o que acontece depois é que actuamos com medidas de apoio social, claramente remediativas que nunca resolvem, infelizmente, os problemas que encontramos. Aqui pelo contrário permitimos às famílias algum desafogo inicial e elas próprias gerem os seus recursos conforme entendem. Como digo em relação às empresas é uma questão de coerência. =====

===== O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apresentou a seguinte proposta: “Definição de Percentagem de Participação no IRS sobre os Rendimentos de 2011. Considerando que devem vigorar para as famílias oliveirenses os mesmos princípios praticados com as empresas e que visam a não aplicação das taxas máximas como forma de estímulo à economia local, a Bancada do Partido Socialista nesta Assembleia, propõe que se delibere uma percentagem de 4,5% na participação do IRS sobre os rendimentos de 2011.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou à votação a admissão da proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partidos Socialista, a qual não foi admitida por maioria, com a seguinte votação: votos a favor – treze do PS e dois do CDS/PP; votos contra - vinte e cinco do PSD e um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número vinte e quatro à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, fixando a percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos do ano 2011 em 5%, com os seguintes votos: a favor - vinte e cinco do PSD, dois do CDS/PP e um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; contra – treze do PS. =====

*===== **Ponto vinte e cinco:** Alteração do contrato de concessão de exploração do estacionamento de superfície celebrado com a Costa Parques, S.A. – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A pretensão de alteração do Contrato de Concessão de Exploração do Estacionamento de Superfície, apresentada em 20 de Julho do ano corrente pela Costa Parques - Estacionamentos,

S.A, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas (por necessidade de reequilibrar a Concessão, em virtude da diminuição do número de lugares, inicialmente objecto da concessão e da diminuição do horário de exploração); - O teor da Informação Técnica e Jurídica, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas, propõe-se: Pelos fundamentos expostos, a alteração das cláusulas do Contrato de Concessão de Exploração do Estacionamento de Superfície, celebrado por escritura pública de 27 de Março de 2009, com a Costa Parques - Estacionamentos, S.A, nos seguintes termos: “PRIMEIRA: A área da concessão e exploração do estacionamento de superfície é a constante da planta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao presente aditamento; SEGUNDA: O prazo da concessão é de oito anos e dez meses, contados da data de início da exploração, a qual será comunicada ao Primeiro através de carta registada com aviso de recepção.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar de uma alteração ao contrato de concessão de exploração, tendo em conta quer o número de lugares disponíveis, quer a variação que foi feita nos horários. Portanto, há a necessidade de proceder a esta alteração por parte de quem tem a concessão e a exploração do estacionamento à superfície, neste caso concreto da empresa Costa Parques Estacionamentos. Isto também já recolheu os pareceres jurídicos e foi também aprovado em reunião de Câmara e tem que vir agora aqui para ser discutido e aprovado em sede de Assembleia Municipal. Basicamente estas alterações prendem-se o número de lugares e as horas de estacionamento. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Ramiro Rosa e Ricardo Bastos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Ramiro Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis. =====

===== A minha intervenção era só para fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara. Tenho sido interpelado várias vezes na rua por vários comerciantes, no sentido de tentar saber como é que está a situação de fiscais ou não fiscais para fiscalizar o ter ticket ou não ter ticket. Portanto, era esta a minha a minha questão, eu comprometi-me em expor o problema à Assembleia e depois dar resposta. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS. =====

=====*Nós achamos que este prolongamento em vinte meses do contrato existente é a prova provada em como um mau planeamento resulta sempre num custo adicional para o Município. É um mau contrato e continua a sê-lo, pois não acautelou que no final do mesmo o Município não tomasse, por exemplo, posse dos referidos equipamentos. Este facto colocará o actual concessionário em clara vantagem sobre os outros concorrentes e mesmo sobre a Câmara Municipal que negociará as percentagens de forma completamente diferente para equilibrar as percentagens que ela recebia.*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos.*=====

=====*Só para respeitar obviamente a intervenção do Senhor Deputado Ricardo Bastos e dar nota da pergunta concreta e objectiva que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis fez sobre o início da fiscalização. Inicialmente esteve previsto para a primeira semana de Outubro, mas em virtude dos feriados e em virtude de uma campanha de informação, quer junto dos órgãos de comunicação social, quer junto da população em geral, que está a ser delineada em conjunto com a Câmara Municipal pela empresa Costa Parques. O início desse procedimento de fiscalização está definido para o dia 18 de Outubro. Muito obrigado.*=====

=====*Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número vinte e cinco à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: a favor - vinte e cinco do PSD, dois do CDS/PP e um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; contra: treze do PS.*=====

=====***Ponto vinte e seis:** Projecto de sinalização da zona da Escola Secundária Ferreira de Castro, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação.*=====

=====*Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: - que a sinalização vertical e horizontal existente é insuficiente e que necessita de modificações devido às alterações de funcionamento da escola, com o objectivo de melhorar as condições de segurança, propõe-se: a) que seja implantado o projecto de sinalização em anexo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; b) - que a sinalização horizontal seja constituída por marcas: M2 (LBT (linha branca descontínua)), M1 (LBC (linha branca contínua)), M12 (LAC (linha amarela contínua)), M8 (linha de paragem), M11 (passagem para peões), M14 (linha amarela em ziguezague) e de estacionamento reservado para deficientes. c) - que a sinalização vertical seja constituída por: - 14 sinais H7 (passagem para peões) - 3 sinais C13 (proibição de exceder a velocidade máxima de 30 quilómetros por hora) - 3 sinais A 14 (crianças) - 1 sinal B 1 (cedência de passagem) - 3 sinais A2a (lomba) - 1 sinal B2 (paragem*

obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos) - 1 sinal D2b (sentidos obrigatórios possíveis) - 2 sinais D3 (obrigação de contornar a placa ou obstáculo) - 3 sinais H1a (estacionamento autorizado) - 3 sinais Modelo 11d (para veículos portadores do dístico de deficiente) - 4 sinais O7 (balizas de posição) Na implementação da sinalização horizontal e vertical, deve ser respeitada a planta anexa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, com a localização da sinalização, deve ainda ser respeitado o Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 01 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a falar de um projecto integrado de sinalização na zona da Escola Ferreira de Castro. Como sabem aquela zona está a ser motivo de uma grande intervenção com a construção do novo centro escolar e vai levar no futuro a alterações de ordenamento do trânsito, a colocação de sinais, uma preocupação especial também para os peões e para o estacionamento. O estacionamento de viaturas de transportes colectivos, os transportes escolares que levam as crianças e que as deixam na zona escolar, bem como também para os pais e para os próprios professores e alunos que têm carro e outros funcionários também. Houve aqui uma preocupação fundamental, isto já deu muita discussão na reunião de Câmara, foram chamados os Técnicos para darem também a sua opinião, foram feitas um conjunto de sugestões, o próprio Conselho Executivo da Escola também foi ouvido sobre esta matéria. E, portanto, trazemos aqui este projecto para ser discutido e obviamente a nossa ideia é que ele venha a ser aprovado.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Manuel José Soares.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Manuel José Soares, do PS.* =====

===== *O Partido Socialista vai votar favoravelmente este projecto, mas propõe algumas melhorias. A primeira, no sentido de aproximar a paragem de autocarros à entrada da escola, tendo em conta o conforto dos alunos, principalmente em tempo chuvoso; a criação de uma rotunda que tente evitar acidentes eventuais e, enfim como já referiu, a sugestão de ouvir a opinião da Direcção da Escola e da Associação de Pais no sentido de reconfigurar o estacionamento.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número vinte e seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== ***Ponto vinte e sete:** Proposta de sinalização vertical na Rua dos Ingleses, freguesia de Macieira de Sarnes – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: - a necessidade de informar os Senhores Condutores que circulam na Rua dos Ingleses, freguesia de Macieira de Sarnes, da existência de uma escola e para garantir uma melhor segurança aos alunos, professores e encarregados de educação, propõe-se: a) - a colocação de um sinal vertical H7 - Passagem para peões, no sentido norte/sul; b) - a colocação de um sinal vertical I8 - Aproximação de Travessia de Crianças a 300 metros; um sinal vertical A14 - Crianças e um sinal vertical H7 - Passagem para peões, todos no sentido sul/norte. Na implementação da sinalização vertical deve ser respeitado o Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 01 de Outubro com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto.”* ===
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É a colocação de sinalização vertical na Rua dos Ingleses, freguesia de Macieira de Sarnes. É junto ali à escola e foi uma sugestão proposta pela Junta de Freguesia e obviamente que nós trazemos aqui à Assembleia Municipal.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número vinte e sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== ***Ponto vinte e oito:** Proposta de sinalização vertical na Rua Padre Manuel Marques (Mestre), freguesia de Palmaz – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: - a necessidade de implantar sinalização vertical, para ordenar de forma mais correcta o estacionamento na Rua Padre Manuel Marques (Mestre), na freguesia de Palmaz, uma vez que a rua é caracterizada por um perfil estreito e irregular, tendo na zona mais estreita 2,80m e na zona mais larga 5,60m, apresentando ainda, construção marginal a face da via, propõe-se: a) - a colocação de dois sinais verticais C15 (Estacionamento Proibido) na Rua Padre Manuel Marques (Mestre). Um no entroncamento com a Avenida Soares de Basto e outro no*

entroncamento com a Travessa do Cachinho. Na implementação da sinalização vertical deve ser respeitado o Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 01 de Outubro com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Também é uma proposta que foi discutida pela Junta de Freguesia de Palmaz, estamos a falar de uma via estreita que provoca constrangimentos e problemas de segurança no trânsito. Portanto, com a proibição de estacionamento passa-se a fluir nesta via com mais segurança e o trânsito decorre também com mais facilidade. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número vinte e oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto vinte e nove:** Proposta de sinalização na Ponte do Caminho dos Moinhos, freguesia de Santiago de Riba-Ul – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os deveres municipais de assegurar a segurança rodoviária, consagrados e atribuídos aos municípios, no domínio do seu património/domínio público, no domínio da Lei n.º 169/99, de 18.09, na actual redacção; - A informação do Eng. Luís Arêde, no sentido de que a acima referida ponte apresenta perigo para a segurança de pessoas e veículos, dado o seu estado de deformação, propõe-se: a) A proibição de trânsito de viaturas na referida ponte; b) A colocação da seguinte sinalização vertical: - Um sinal H4 (via pública sem saída) - Dois sinais C2 (trânsito proibido); c) Após aprovação, a remessa à Assembleia Municipal para aprovação definitiva.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estas são daquelas coisas que quando os técnicos nos apontam para a perigosidade da segurança das pessoas e dos veículos dado o estado da própria ponte, temos que ter duas preocupações: uma, é obviamente procurar recuperar e reconstruir a infraestrutura, a ponte; outra, para garantir a segurança de pessoas e bens proibindo a sua passagem. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número vinte e nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto trinta:** Proposta de alteração de sinalização na zona das Aldas/ Portela, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: - a necessidade de revisão da sinalização existente, de forma a tornar a circulação mais coerente com as características das vias no cruzamento da Rua de Aveiro com a Rua de S. João da Madeira e no entroncamento da Rua da Marinha Grande com a Rua de S. João da Madeira, propõe-se: a) retirar os dois sinais verticais B2 (paragem obrigatória em cruzamentos e entroncamentos) existentes na Rua de Aveiro e na Rua da Marinha Grande, junto do cruzamento e do entroncamento destas, com a Rua de S. João da Madeira; b) - colocar três sinais B2 (paragem obrigatória em cruzamentos e entroncamentos), dois no cruzamento da Rua de Aveiro com a Rua de S. João da Madeira dando prioridade à Rua de Aveiro e um sinal vertical B2 (paragem obrigatória em cruzamentos e entroncamentos), no entroncamento da Rua da Marinha Grande com a Rua de S. João da Madeira, dando prioridade à Rua da Marinha Grande. Na implementação da sinalização vertical, deve ser respeitada a planta anexa com a localização da sinalização, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, o Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 01 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar aqui de alterações de prioridade ali na zona da Quinta da Ortiga, para que todos percebamos quais são as ruas de que estamos a falar. Portanto, foi feito o estudo e fazer alterações de prioridades para melhorar a segurança de pessoas e de viaturas. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número trinta à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto trinta e um:** *PI/4489/2010 – Marinho & Valente, Lda. – Pedido de isenção de taxas pela ocupação de espaço público – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: A - A necessidade de estimular actividades comerciais nas ruas pedonais (Rua António Alegria e Bento Carqueja); B - Que da dinamização das actividades comerciais e outras iniciativas, resultará a promoção e animação do centro urbano da cidade e em especial das suas ruas pedonais; C - Que no presente período de crise económica os preços constantes das tabelas aplicáveis à ocupação de espaço público desincentivam a instalação de esplanadas e outras iniciativas nas ruas pedonais, praças e passeios públicos; D - Que o art.º 12º, n.º 2 e 3 da Lei n.º 7/2007 (Lei das Finanças Locais) e o art.º 6º, n.º 1 do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças e Outras Receitas Municipais, publicado no Boletim Municipal, n.º 57 de Novembro de 2009, confere à Assembleia Municipal, mediante proposta do executivo, a faculdade de conceder isenções parciais ou totais aos seus tributos, pelo período máximo de 5 anos, renovável. Delibera-se, 1.º Propor à Assembleia Municipal que, com os fundamentos e ao abrigo das disposições legais referidos nos considerandos que antecedem, e sem prejuízo do licenciamento ou autorização exigíveis, delibere conceder isenção total de taxas, tarifas ou outros encargos, pela ocupação de espaço público, nas ruas e praças pedonais da cidade, para instalação de esplanadas e/ou outro tipo de mobiliário de suporte a actividades de animação e promoção de actividades culturais, comerciais ou outras; 2.º Que tal isenção seja concedida até ao final do mandato autárquico em curso.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O assunto é um pedido de isenção de taxas pela ocupação do espaço público e o requerente é a empresa Marinho & Valente, Lda. Tendo em conta a dinamização do comércio local, tradicional e também neste caso concreto da zona pedonal, estamos a falar da Rua António Alegria e da Rua Bento Carqueja, a Câmara Municipal decidiu isentar de taxas esta ocupação do espaço público durante os próximos anos, ou seja, durante o exercício do nosso mandato. Foi feita também uma auscultação ao comércio daquela zona, a iniciativa partiu desta empresa, Marinho & Valente, Lda., mas obviamente que esta isenção é extensiva a toda a ocupação do espaço público na zona pedonal, Ruas Bento Carqueja e António Alegria.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Miguel Portela.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP.* =====

===== *O comércio tradicional sofre de modo geral no nosso país dias difíceis e em particular no nosso concelho, essa situação já é sentida há algum tempo. Todas as medidas tomadas pelo Executivo que vão no sentido de auxiliar o comércio tradicional serão incondicionalmente louvadas pelo CDS-PP. Por isso, para além de aprovar esta medida, louvamos a medida também.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número trinta e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade conceder a isenção total de taxas, tarifas ou outros encargos pela ocupação de espaço público nas ruas e praças pedonais da cidade para instalação de esplanadas e/ou outro tipo de mobiliário de suporte a actividades de animação e promoção de actividades culturais, comerciais ou outras, até ao final do mandato autárquico em curso.* =====

===== ***Ponto trinta e dois:** PI/2938/2009 – António Joaquim da Costa Almeida e outros – Margem de acerto e rectificação.* =====

===== ***PI/2938/2009 – ANTÓNIO JOAQUIM DA COSTA ALMEIDA E OUTROS,** residente na Rua dos Sacramentos, n.º 201, lugar de Besteiros, freguesia de Travanca, concelho de Oliveira de Azeméis, vem em aditamento ao processo em epígrafe (ampliação de três unidades industriais), requerer margem de acerto e rectificação para a área de 3240m2, considerada no PDM como área de transição, ficando a referida área a ser considerada espaço industrial.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares.* =====

===== *Boa noite a todos. Relativamente ao ponto trinta e dois, conforme consta da proposta, é uma margem de acerto feita nos termos dos números 2 e 4 do Regulamento do PDM. No fundo visa-se a legalização da ampliação de três unidades industriais e de um anexo. Existe um parecer favorável por parte do técnico que emitiu o parecer que está anexo à proposta e já foram cumpridos os formalismos necessários à aprovação da margem de acerto e agora compete à Assembleia Municipal aprovar definitivamente nos termos do n.º 4 do artigo 70.º ==*

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Miguel Portela e Fernando Pais Ferreira.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP.* =====

===== *Eu hesitei, porque fiquei baralhado, ou eu vi mal ou eu acho que pela análise cuidadosa do parecer do gabinete técnico das obras particulares apercebemo-nos que a aprovação destes acertos vêm agravar uma situação que já de si é desconforme. Foi o que eu li. Mesmo o parecer jurídico sugere a apresentação de outra documentação (certidões) que venha a facilitar a tomada de decisão. Pelo descrito não nos parece possível a aprovação deste ponto.*

===== *Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira.* =====

===== *A singeleza desta informação dispensa-me de fazer qualquer comentário. Adiro integralmente e sem reservas à intervenção feita pelo Dr. Miguel Portela.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Eu só quero aqui lembrar, se calhar leram mal, o que está aqui em causa é a aprovação da margem de acerto, não é do licenciamento. O licenciamento compete ao Vereador com competência delegada, aqui é só a margem de acerto que está em causa.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número trinta e dois à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: a favor - vinte e cinco do PSD; contra - doze do PS e um do CDS/PP.* =====

===== **Ponto trinta e três:** *PI/884/2010 – Limpária- Recolha e Reciclagem de Resíduos, Lda. – Margem de acerto e rectificação.* =====

===== **PI/884/2010 – LIMPÁRIA – RECOLHA E RECICLAGEM DE RESÍDUOS, LDA. (I/69469/2010)**, com sede na Rua do Rio Antuã, n.º 400, no lugar de Passos, freguesia de Fajões, concelho de Oliveira de Azeméis, vem em aditamento ao processo em epígrafe, licenciamento de obras para a construção de edificação comercial destinada a recolha e reciclagem de resíduos, furo, poço e muros de vedação, requerer margem de acerto e rectificação para a área de 6182m², considerada no PDM como área de transição para espaços industriais. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares. =====

===== Tal como o pedido anterior, trata-se de uma construção que já é bastante antiga e a Câmara Municipal tem ao longo destes últimos anos procurado resolver e regularizar construções antigas. Toda a gente tem consciência que há muitas construções antigas que precisam de ser regularizadas, mas quando queremos apresentar aqui propostas de margem de acerto para aprovar, toda a gente chumba as propostas que a Câmara apresenta, tirando o Grupo Parlamentar do PSD. Todos temos consciência, mas são sempre os mesmos a reprovar as propostas de margem de acerto, que é uma proposta que existe no Regulamento do PDM e pode ser uma forma de legalmente regularizar as situações das empresas. Como toda a gente sabe, hoje é importante para todas as empresas a obtenção das licenças de utilização e elas só são possíveis depois de terem as licenças de construção aprovadas e por isso é que é necessária a aprovação das margens de acerto. Conforme podem ver aqui, apesar de existir aqui um parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara a dizer que está prevista uma via que poderá conflitar com esta construção antiga, a verdade é que essa situação já está salvaguardada e será salvaguardada em termos de licenciamento. Essa condicionante será imposta na decisão de licenciamento mas não aqui na aprovação da margem de acerto. A margem de acerto é mais um passo com vista à decisão de licenciamento. Essa condicionante vai ser imposta e até consta da exposição que o próprio requerente faz e o próprio diz “eu não quero nada da Câmara, eu até contribuo e quero contribuir para que esta estrada se faça”, é o que ele diz aqui na chamada memória descritiva e justificativa. Portanto, penso que isso não é impeditivo para a aprovação desta margem de acerto. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Carlos Afonso e Dr. Miguel Portela. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Carlos Afonso, do PS. =====

===== Ao contrário do que diz o Senhor Vereador Ricardo Tavares, não são sempre os mesmos a rejeitar as propostas. Que eu saiba todas as margens de acerto que vieram a esta Assembleia foram todas aprovadas. São os mesmos a votar contra, a rejeitar propostas não foram. É só esta correcção. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP.* =====

===== *Em relação a este ponto queríamos ressaltar alguns aspectos do parecer do gabinete técnico e que na nossa opinião aponta algumas ideias chave importantes. Em relação à margem de acerto é referido que este cálculo não terá sido feito com os pressupostos mais correctos. E o parecer técnico é perfeitamente claro neste aspecto. É referida que foi feita uma construção em zona considerada ilegal e que a sua legalização irá criar constrangimentos à edificação de vias a construir naquela zona. É também referida a necessidade de ressarcir terceiros por aprovar esta pretensão. São factos que apesar não constarem do Plano Municipal de Ordenamento do Território em vigor, são relevantes mesmo que legalmente não tenham o devido valor. Até podemos compreender as necessidades e dificuldades que esta situação causa ao visado e sentimos a importância da resolução desta questão, no entanto enquanto Membros de um Estado de Direito, a Lei deverá ser respeitada sob pena de qualquer dia confundirmos o que é certo com o que é errado. Estaremos ao dispor para estudar alternativas consideradas correctas, legais e não lesivas de terceiros, mas com estas condicionantes e segundo o parecer técnico não poderemos dar o nosso voto favorável a esta pretensão.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número trinta e três à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: a favor - vinte e cinco do PSD; contra - onze do PS e um do CDS/PP; abstenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque.* =====

===== **Ponto trinta e quatro:** *PI/13821/2009 – Filinto da Costa Ferreira Alves – Margem de acerto e rectificação.* =====

===== **PI/ 13821/2009 – FILINTO DA COSTA FERREIRA ALVES (44846/2010)**, *vem em aditamento ao processo em epígrafe (legalização de alterações introduzidas no pavilhão destinado a reparações de veículos automóveis, armazém e bombas de combustíveis, sito na Rua do Centro Vidreiro, lugar de Bustelo, freguesia de S. Roque, deste concelho), requerer margem de acerto e rectificação para a área de 750 metros quadrados, considerada no PDM área de transição e área de equipamento.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares.* =====

=====*Também tem a ver com a legalização de uma ampliação, alteração de edificação e alteração no posto de combustíveis. O que aqui se passa é que o PDM definiu e reservou uma área para ampliação ou para construção de um chamado Posto da GNR, portanto área de equipamento, e esse Posto da GNR não foi construído nesse espaço, mas sim no espaço que todos conhecemos. Portanto, estando isto reservado como área de equipamento para um fim que já não é necessário, o pedido de margem de acerto é para que esta área de equipamento deixe de ser área de equipamento e passe a ser área de transição, com vista à regularização da edificação existente.*=====

=====*Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira.*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS.*=====

=====*Esta situação de margem de acerto é uma situação ligeiramente diferente das anteriores, há de facto aqui um parecer técnico. Eu só queria fazer um tipo de intervenção que não tem propriamente a ver com esta deliberação, é que de facto aqui não há o parecer da equipa de revisão do PDM. Seria também importante chamá-los à colação no sentido deles se pronunciarem. O PDM está em revisão há vários anos, nós estamos constantemente a aprovar margens de acerto, não sei até que ponto isto irá colidir com uma eventual revisão criteriosa e orientada do PDM. É só isso.*=====

=====*Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número trinta e quatro à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: a favor - vinte e cinco do PSD, um do CDS/PP e dois do PS; abstenções - onze do PS.*=====

=====***Ponto trinta e cinco:** Processo n.º 42-2010 – Aluguer e manutenção de equipamentos multifunções para as escolas do 1.º ciclo e jardins-de-infância do concelho de Oliveira de Azeméis – Repartição de encargos em mais do que um ano económico – Autorizada.*

=====*Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “No âmbito da minha competência delegada através de despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves, datado de 6 de Novembro de 2009, publicado em Boletim Municipal, e considerando as informações técnicas n.º I/6291/2010 e I/39410/2010, documentos estes que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas, bem como os despachos por mim proferidos nos referidos documentos: - Pretende-se a abertura de Procedimento na modalidade de Concurso Público Sem Publicação no JOUE, ao abrigo do*

*disposto no artigo 36º, conjugado com os artigos 130º a 154º, do Código dos Contratos Públicos (CCP) para a contratação do **ALUGUER E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MULTIFUNÇÕES PARA AS ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, PELO PERÍODO DE 48 MESES, CUJO VALOR ESTIMADO É DE 110.400,00€; Com efeito, e uma vez que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, e que o prazo de execução é de quatro anos, propõe-se ao órgão executivo que submeta à aprovação do órgão deliberativo, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 22º, conjugado com o seu n.º 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, a seguinte repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico: - Novembro e Dezembro de 2010: 4.600,00€; - Janeiro a Dezembro de 2011: 27.600,00€; - Janeiro a Dezembro de 2012: 27.600,00€; - Janeiro a Dezembro de 2013: 27.600,00€; - Janeiro a Outubro de 2014: 23.000,00€.*** =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Em primeiro lugar, agradecer aos Senhores Deputados Municipais por terem aceite o agendamento por 2/3 destas duas propostas. Relativamente a esta proposta, estamos a falar da repartição dos encargos financeiros de 2010 a 2014. Estes equipamentos multifunções, para que todos percebamos, são fotocopiadoras. É a instalação de fotocopiadoras em 51 estabelecimentos de ensino, cujo valor estimado é de €110.400 (cento e dez mil e quatrocentos euros). Portanto, aqui é a distribuição pelos diversos exercícios, de 2010 a 2014, desse valor e para isso precisamos obviamente de recolher autorização. Tem a ver também com a própria amortização dos equipamentos informáticos que é de quatro anos e, portanto, entendemos que era oportuno também fazer esta distribuição por estes anos, tendo em conta o esforço que estamos a fazer para dotar as nossas escolas, todas elas, escolas do 1.º ciclo e jardins-de-infância, de fotocopiadoras em condições, obviamente.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número trinta e cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, para fornecimento de refeições para alunos do 1.º Ciclo e Jardins-de-Infância do concelho para o ano lectivo de 2010/2011.* ==

===== **Ponto trinta e seis:** *Reconhecimento da excepcionalidade da necessidade de recrutamentos.* =====

=====
Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Lei n.º3-B/2010, de 28 de Abril (Lei do Orçamento de Estado para 2010), procedeu à alteração da Lei n.º12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), a qual entrou em vigor em 29 de Abril do ano corrente; - Que relativamente à “Admissão de pessoal”, o art.º23.º da Lei n.º3-B/2010, determina que: 1. O recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida pelos órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação do objectivo definido no artigo 3.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência deve observar a regra de recrutamento de um trabalhador por, pelo menos, duas saídas por aposentação, exoneração, demissão, despedimento ou outra forma de desvinculação. 2. A emissão do parecer previsto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, fica condicionada à demonstração da observância, por cada órgão ou serviço, do cumprimento do disposto no número anterior, podendo, em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, e ponderada a evolução global dos recursos humanos do ministério em que aquele se integra, ser emitido parecer favorável ao recrutamento em número superior ao previsto no número anterior”; - Que nos termos do n.º11, do mesmo artigo: “O disposto nos n.os 1 a 5 é aplicável pelas autarquias locais, com as seguintes adaptações: a) A emissão do parecer previsto no n.º 2 compete, conforme o caso, às entidades a que se refere o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto -Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro; b) Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, e ponderada a evolução global dos recursos humanos do município ou freguesia em que o serviço se integra, pode ser emitido parecer favorável ao recrutamento em número superior ao previsto no n.º 1; c) A decisão prevista na alínea e) do n.º 4 compete, conforme o caso, às entidades a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º do Decreto -Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro”; - O disposto no art.º 38º da Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho (Lei de Execução do Orçamento de Estado), quanto a “admissões de pessoal”; - Que em 2009, foram abertos os procedimentos concursais constantes da Tabela I, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; - Os quais à data da entrada em vigor do diploma (29.04.2010), encontravam-se nas fases nela identificadas; - A necessidade de salvaguardar os direitos, garantias e legítimas expectativas dos candidatos admitidos; - Que se tratou de necessidade permanentes; - Os referidos lugares, já se encontravam previstos no mapa de pessoal de 2009, e estão previstos no mapa de pessoal de 2010; - O número total de efectivos saídos no ano de 2009, foi de 15 trabalhadores e no decurso de 2010, de 12, correspondendo a um encargo mensal de 11.812,44 € (Onze mil, oitocentos e doze euros e quarenta e quatro centimos – Conf. Tabela III, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; - Que pela evolução global dos recursos humanos no Município de Oliveira de Azeméis, o número de admissões tem vindo a diminuir; - As várias interpretações dadas ao citado art.º 23º, no que respeita à expressão “recrutamento”; - Que a ser interpretada em sentido estrito, e entender-se por “recrutamento”, o conjunto de procedimentos que visa atrair candidatos potencialmente qualificados, capazes de satisfazer as

necessidades de pessoal de uma entidade empregadora pública ou de constituir reservas para satisfação de necessidades futuras” (alínea a) do art.º2 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro), a regra constante do art.º 23, não é aplicável a estes procedimentos concursais; - A impossibilidade de, em momento anterior, designadamente à data da abertura dos identificados procedimentos concursais, cumprir o requisito fixado, dado que ele não era exigível; - O disposto no n.º1 do art.º 12 do Código Civil - “A lei só dispõe para o futuro; ainda que lhe seja atribuída eficácia retroactiva, presume-se que ficam ressalvados os efeitos já produzidos pelos factos que a lei se destina a regular”; - Os identificados recrutamentos implicam uma despesa mensal com os trabalhadores admitidos de 10.179,92 € (dez mil cento e setenta e nove euros e noventa e dois cêntimos), valor este inferior ao que resultava dos encargos mensais com os trabalhadores saídos (11.812,44 €) - Conf. Tabela II e III, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas; - Que as necessidades eram permanentes, a fase adiantada dos procedimentos concursais (homologados) e que os custos resultantes destas contratações é inferior ao das saídas; Assim, verificado o cumprimento dos requisitos consignados no n.º2 do art.º 23, e como forma de salvaguardar e acautelar as situações decorrentes dos identificados procedimentos concursais, incluindo os próprios contratos celebrados, bem como a segurança jurídica e demais princípios orientadores da gestão dos recursos humanos da Administração Pública; não obstante as disposições atrás invocadas poderem considerar-se já derogadas face à publicação do art.º 10º da Lei de Execução do Orçamento de Estado (Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho); Propõe-se que se delibere proceder: - Ao reconhecimento da excepcionalidade da necessidade dos identificados recrutamentos, nos termos e com os fundamentos atrás especificados; - À ratificação dos procedimentos de recrutamento, incluindo as contratações efectuadas e convalidação dos mesmos e de todos os actos entretanto praticados, com efeitos reportados à data a que o mesmos respeitem ou foram praticados, emitindo-se assim parecer favorável aos referidos recrutamentos, pela via excepcional, prevista no n.º2 do art.º23º da Lein.º3-B/2010, de 28 de Abril.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Nós estamos aqui de alguma forma a actuar preventivamente para evitar surpresas ou algumas complicações, tendo em vista as recentes alterações. Nós já discutimos esta matéria, na altura do mapa de pessoal e da contratualização do pessoal, nós estamos a falar de procedimentos concursais em curso, abertos, quando nós chegamos à Câmara. Lembrem-se que nós já estivemos aqui a discutir isto, se eram precisos, se não eram precisos, partimos do pressuposto que se o processo tinha sido aberto era porque eram precisos, estava em curso. Agora com a alteração das regras, nomeadamente com aquela das duas saídas para uma entrada, aquilo do artigo 23.º da Lei do Orçamento de Estado para 2010 e a questão dos

valores de encargos que deve ser inferior ao valor das saídas, esta dúvida pode-se levantar porque os procedimentos concursais já estavam em curso e a finalizar e neste sentido de forma a acautelar eventuais dúvidas de interpretação nesta matérias, nós decidimos recorrer ao mecanismo excepcional previsto na alínea a) do n.º 11 do art.º 23.º de se emitir um parecer favorável à ultrapassagem da regra atrás mencionada, ratificando-se assim todos os actos praticados. Nós estamos aqui a ter uma atitude preventiva, estas matérias são sempre algo delicadas, este é o tal processo que está em curso e como vêem ainda não está terminado, começou em 2009 e ainda não está terminado. É só esta explicação que eu queria dar sobre esta matéria, é uma questão de cautela. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Miguel Portela. =====

===== O Senhor Presidente em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Como é hábito meu, quando voto contra ou me abstenho justifico. Vou-me abster, não consegui fazer um juízo em tempo que considero coerente, penso que se calhar até são necessárias as contratações, mas também não consegui analisar isto muito bem, por isso farei a abstenção por não conseguir fazer o juízo. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou o ponto número trinta e seis à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: a favor: vinte e cinco do PSD; abstenções: doze do PS e uma do CDS/PP. =====

=== PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO) ===

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Prof. Leonel Martins. =====

===== O Senhor Presidente em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Prof. Leonel Martins, residente na freguesia de Oliveira de Azeméis. =====

===== Boa noite a todos os presentes. Estas Assembleias muito longas são más não só para os Senhores Deputados, mas também para o Público e principalmente para o Público porque quando vem falar no fim já ninguém está com disposição para o ouvir. O primeiro assunto que trago, já era para ter falado dele na anterior Assembleia Municipal, eu não falei na

altura porque o Senhor Ricardo não estava presente e eu achei que não devia abordar esta questão sem ele estar presente. Eu vou tentar ser sucinto. Para aí há uns quatro ou cinco anos, entrou na Câmara Municipal um projecto imobiliário para uma zona que é conhecida pela chamada Casa do Monteiro, projecto esse que implicava a destruição desse prédio, desse conjunto e que daria origem à construção de vários apartamentos, com uma cota acima da soleira de dois ou três andares, já não me recordo bem, e depois terminava com meia dúzia de pisos. Na altura, houve um conjunto de cidadãos Oliveirenses, munícipes, que se uniram e fizeram um abaixo-assinado, com centenas de assinaturas, que pode parecer pouco, atendendo à tendência amorfa do deixa correr dos Oliveirenses até teve uma grande adesão. E face a esse abaixo-assinado e talvez ao bom senso de quem tinha a competência de decidir, esse mesmo projecto não foi aprovado. Depois mais tarde surgiu outro projecto que em termos de volumetria era inferior, mas que continuava a implicar a destruição do conjunto chamado Casa do Monteiro, inclusivamente ia impedir a passagem do chamado troço 01 remetendo para uma via subterrânea. Esse projecto, quando foi feito aqui feita a apresentação do Plano de Urbanização, PU, teve aqui intervenções e face a essas intervenções, na altura o Senhor Presidente da Câmara, Senhor Ápio Assunção, assumiu aqui publicamente que esse projecto não era aprovado e que a Casa do Monteiro, podem consultar isso em acta, não era derrubada. Eu congratulei-me como todos os cidadãos que se interessam pelas questões do património, porque está aqui em causa o nosso património. Hoje vai a Casa do Monteiro, amanhã ao lado, precisamente o familiar do Senhor Godinho tem o prédio ao lado a dizer-se “vende-se” e naturalmente se aprovarem um projecto de imobiliário para ali é mais fácil e muito renderá. E daqui a mais o que é que nos resta do nosso património? As fotografias, mais nada, do nosso passado não existe nada, ou seja, Oliveira de Azeméis torna-se uma cidade sui generis, quer dizer é uma sociedade que em termos de município, de concelho, é centenária, mas depois vestígios desse passado não existe nada, é só apartamentos, mamarrachos. Sacrificava-se o nosso património porquê? Porque o que está em causa é o facto de não haver apartamentos em Oliveira de Azeméis, há pessoas que querem vir viver para cá e não têm onde se alojar. Ora, infelizmente qual é que é a realidade? Mesmo em frente à Casa do Monteiro basta-me passar o passeio e ali onde está a Farmácia Moderna há ali apartamentos à venda há anos, em Santo António há ali apartamentos à venda há anos, na Rua Bento Landureza há ali apartamentos à venda há anos e alguns mesmo sem acabar. A questão do apartamento/ alojamento, infelizmente não se põe em Oliveira de Azeméis. Porque é que estamos agora a sacrificar o nosso património por causa de apartamentos? Entretanto, como estava a dizer, numa última reunião, creio que foi reunião de Câmara, mais ou menos em Outubro, numa altura em que estávamos numa fase de transição em termos autárquicos, que em princípio viria o Senhor Hermínio para Presidente de Câmara, é aprovado em reunião de Câmara, se não estou enganado, esse mesmo projecto. Portanto, um projecto que implica a demolição do que eu considero património histórico. Reparem que nós nunca exigimos que o prédio, que aquele conjunto fosse preservado na totalidade, o interior não tem significado nenhum, o que tem significado é a parte exterior, que deve ser preservada. Se me

permite, o Senhor Hermínio não vai ficar ofendido, nos já tivemos uma conversa em particular, em que estava presente o António Rosa e o Senhor Hermínio também falou no caso de Lisboa em que se estava a apostar na reconversão dos interiores e manutenção. Eu fiquei abismado quando soube disto, foi há relativamente pouco tempo, foi um pouco antes das férias, fiquei abismado porque nunca imaginei, confiei sempre na idoneidade. Eu nunca imaginei, com sinceridade, que a nível local se baixasse a este ponto, de se dizer uma coisa e passado meia dúzia de dias, não sei por que razões, não sei por que interesses, mas nunca os interesses de Oliveira de Azeméis, nunca os interesses dos Oliveirenses toma-se esta iniciativa. Neste momento eu não sei se é possível fazer marcha atrás se não é. Eu só pergunto isto ao Senhor Hermínio: o Senhor na altura era candidato, o seu programa eleitoral relativamente ao património é muito vago, diz apenas “elaborar um guia para”, mas não diz concretamente. O Senhor neste momento é Presidente da Câmara, eu gostava que o Senhor frontalmente dissesse qual é a posição do Senhor face a esta situação. O outro assunto, eu nem devia trazer cá, é um assunto que no meu entender quem devia trazer cá era o Senhor Presidente da Junta de Freguesia. Eu pôs o assunto em Assembleia de Freguesia, não o entenderam e vou trazê-lo aqui. Eu entendo que alguém usou abusivamente o Município e eu vou explicar: no passado sábado houve um evento religioso no anfiteatro da Feira dos Onze, portanto alguém alugou e a Junta de Freguesia, e muito bem, cedeu o espaço. Vamos supor que o GOTA, que é um Grupo de Teatro, que alugava o espaço para realizar uma peça de teatro, forçosamente que na divulgação da actividade teria que pôr por baixo que é da responsabilidade organizar pelo GOTA. Acontece que quem organizou este evento religioso, esteve afixado em vários locais de Oliveira de Azeméis, tem lá escrito convite e depois descreve uma cerimónia de oração pela família, pelos necessitados, entrada livre e depois não tem a indicação de quem organizou, a única coisa que tem em cima é o logótipo do Município de Oliveira de Azeméis. O que quer dizer que quem tiver dois palmos de inteligência conclui que quem organizou o evento foi a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis com a conivência da Junta de Freguesia que cedeu o espaço. Se calhar não tem significado, mas hoje faz-se isto e amanhã o outro faz isto, não é? A minha intenção era que realmente o Senhor Presidente da Junta trouxesse esta questão, entenderam que não, que não interessava. Eu acho que é um abuso da parte de quem organizou. A última coisa, para terminar, é a questão da rua pedonal. Infelizmente, durante a semana da mobilidade foi a semana em que houve mais mobilidade na chamada rua pedonal, não mobilidade pedonal mas mobilidade de automóveis, aquilo foi demais, foi incrível. Felizmente os mequinhos já lá estão, estou convencido de que vai limitar, felizmente a Câmara Municipal isentou de taxas a ocupação do espaço exterior, o que quer dizer que forçosamente os peões agora não podem andar pelos passeios, vão ter de andar pelo meio e então forçosamente vão ter de ser tomadas medidas para evitar o trânsito. Obrigado e boa noite. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia em exercício concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Não quero ser obviamente maçador, até pelo adiantar da hora, mas a Dra. Gracinda Leal no início era para fazer a apresentação do programa de comemorações do Centenário da República. Não vamos agora estar aqui a explicar-vos o programa, mas dizer-vos que estão todos convidados obviamente e eu gostava de ter todos os Membros da Assembleia Municipal presentes nas Cerimónias do próprio dia 05 de Outubro em frente aos Paços do Concelho, vamos tocar o Hino Nacional, a Banda de S. Tiago de Riba-Ul, temos os Bombeiros e depois também nesse mesmo dia há a inauguração do Centro Escolar de Azagães - Carregosa e depois há um conjunto de iniciativas de índole cultural que eu aplaudo à participação, porque todos nós temos responsabilidades, estamos no exercício de funções públicas e políticas e, portanto, pedia a participação de todos. =====

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa em exercício propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. ===

===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício disse: =====

===== A todos boa noite e muito obrigado. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 21h 30m, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====